

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA

Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação.

SERGIO CEVALLOS

A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES VISANDO OS COMPONENTES CURRICULARES DOS “PROJETOS DE APROFUNDAMENTO” DO ITINERÁRIO FORMATIVO DO NOVO ENSINO MÉDIO DE UMA ETEC DO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

ARARAQUARA - SP
2025

SERGIO CEVALLOS

A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES VISANDO OS COMPONENTES CURRICULARES DOS “PROJETOS DE APROFUNDAMENTO” DO ITINERÁRIO FORMATIVO DO NOVO ENSINO MÉDIO DE UMA ETEC DO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação: Processos de Ensino, Gestão e Inovação da Universidade de Araraquara-UNIARA- como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Processos de Ensino, Gestão e Inovação.

Linha de pesquisa: Processos de Ensino

Orientação: Profa. Dra. Luciana Maria Giovanni

FICHA CATALOGRÁFICA

C418f Cevallos, Sergio

A formação continuada dos professores visando os componentes curriculares dos “projetos de aprofundamento” do itinerário formativo do novo ensino médio de uma ETEC do interior do estado de São Paulo/ Sergio Cevallos. – Araraquara: Universidade de Araraquara, 2025. 107f.

Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação - Universidade de Araraquara-UNIARA

Orientador: Profa. Dra. Luciana Maria Giovanni

1. Novo Ensino médio. 2. Formação continuada para professores.
3. Itinerários formativos. I. Título.

CDU 370

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CEVALLOS, Sergio. **A formação continuada dos professores visando os componentes curriculares dos “projetos de aprofundamento” do itinerário formativo do novo ensino médio de uma ETEC do interior do Estado de São Paulo.** 2025. 107. Dissertação do Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação da Universidade de Araraquara – UNIARA, Araraquara-SP.

ATESTADO DE AUTORIA E CESSÃO DE DIREITOS

NOME DO AUTOR: Sergio Cevallos

TÍTULO DO TRABALHO: **A formação continuada dos professores visando os componentes curriculares dos “projetos de aprofundamento” do itinerário formativo do novo ensino médio de uma ETEC do interior do Estado de São Paulo**

TIPO DO TRABALHO/ANO: Dissertação / 2025

Conforme LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998, o autor declara ser integralmente responsável pelo conteúdo desta dissertação e concede a Universidade de Araraquara permissão para reproduzi-la, bem como emprestá-la ou ainda vender cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação pode ser reproduzida sem a sua autorização.



Sergio Cevallos

Rua Victória Venturini Romão, 469 – Bariri (SP)

scevallos@uniara.edu.br



UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROCESSOS DE ENSINO,
GESTÃO E INOVAÇÃO, ÁREA DE EDUCAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação da Universidade de Araraquara – UNIARA – para obtenção do título de Mestre em Processos de Ensino, Gestão e Inovação.

Área de Concentração: Educação e Ciências Sociais.

Nome do autor: Sergio Cevallos.

Código de aluno: 15023-014

Data: 28 de março de 2025

Título do Trabalho: A formação continuada dos professores visando os componentes curriculares dos “*Projetos de Aprofundamento*” do Itinerário Formativo do novo ensino médio de uma ETEC do interior do estado de São Paulo .

Assinaturas dos Examinadores:

Conceito:

Prof. Dra. Luciana Maria Giovanni (orientadora)
Universidade de Araraquara/UNIARA

(X)Aprovado () Reprovado

Prof. Dra. Maria Lúcia O. Suzigan Dragone
Universidade de Araraquara/UNIARA

(X)Aprovado () Reprovado

Prof. Dra. Lucía Matias de Oliveira
Faculdades Integradas Potencial – FIP

(X)Aprovado () Reprovado

Versão definitiva revisada pela orientadora em: 28/05/2025.

Prof. Dra. Luciana Maria Giovanni (orientadora)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a quem se compromete de verdade. A quem não aceita atribuições sem ter a competência e a quem sabe que palavras vazias nunca substituem resultados concretos. Que cada página desta dissertação sirva como lembrete de que o verdadeiro impacto vem de quem faz, e não de quem apenas diz que faz.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação não representa apenas um título ou um objetivo alcançado. Ela carrega, em cada linha, horas de dedicação, sacrifícios invisíveis e a incansável busca por crescimento pessoal e profissional.

Agradeço a todos que estiveram ao meu lado, incentivando-me mesmo sem saber das minhas batalhas internas.

Aos que respeitaram o meu silêncio e acolheram, com compreensão, os momentos de ausência. Um reconhecimento especial à minha orientadora, Profa. Dra. Luciana Maria Giovanni, pelo seu apoio e orientação inabaláveis, e às minhas filhas, que são a minha maior inspiração e a razão pela qual continuo a seguir em frente. Que este esforço sirva de inspiração para que elas também acreditem que tudo é possível com determinação e trabalho árduo.

CEVALLOS, Sergio. **A formação continuada dos professores visando os componentes curriculares dos “Projetos de Aprofundamento” do Itinerário Formativo do novo ensino médio de uma ETEC do interior do estado de São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Processos de Ensino, Gestão e Inovação). Araraquara-SP: UNIARA, 2025 (Orientação: Profa. Dra. Luciana Maria Giovanni).

RESUMO

É objetivo deste estudo investigar o que propõem os documentos oficiais (em âmbito federal e nos âmbitos locais da Instituição Central/Centro Paula Souza e da unidade escolar/ETEC alvo da pesquisa) sobre formação continuada aos professores do novo ensino médio, em especial os professores responsáveis pelo componente “Projetos de Aprofundamento” dos itinerários formativos previstos nesta etapa da escolaridade básica no Brasil. São perguntas norteadoras da pesquisa: O que propõe a legislação específica sobre o chamado novo ensino médio? O que essa legislação prevê sobre formação continuada de professores para atuar nesse novo projeto de ensino médio? Os professores da ETEC alvo da pesquisa têm participado de algum programa pedagógico ou de formação continuada para lecionarem os novos componentes dos itinerários formativos do Novo Ensino Médio – em especial o componente “Projetos de Aprofundamento”? Que dizem os documentos centrais do Centro Paula Souza e da ETEC alvo da pesquisa sobre essa formação (projeto político-pedagógico da unidade, projeto de gestão escolar e coordenação e outros)? Trata-se de pesquisa realizada por meio de metodologia de natureza qualitativa e documental, analítico-descritiva do processo de formação continuada proposto nos documentos oficiais a serem analisados: em âmbito nacional, em âmbito central (Centro Paula Souza) e no âmbito local ou da unidade escolar / ETEC. A pesquisa compreendeu: análise bibliográfica referente à temática da pesquisa, construção e teste de instrumento para coleta de dados (Roteiro para Análise dos Documentos), localização, leitura e análise dos documentos, análise comparativa das similaridades e/ou diferenças nas políticas educacionais: nacional, central e local. Os resultados são apresentados em quadros-síntese de informações para melhor compreensão das ideias envolvidas. Fornecem as bases para a pesquisa, os estudos de autores como: Dourado, Soares, Silvas, Gioved, Shiroma, Evangelista, Marcelo, Marin e Franco - que analisam o novo ensino médio, bem como a formação, desenvolvimento e identidade profissional de professores. Os dados obtidos confirmam a hipótese norteadora da pesquisa, de que os programas pedagógicos e de formação continuada de professores para implementação do novo ensino médio tem se configurado como uma formação de professores alinhada com as novas diretrizes curriculares, tendo em vista a lógica empresarial e gerencialista imposta pelos documentos oficiais, à revelia das necessidades formativas e desafios enfrentados pelos professores na sua atuação, diante da contradição entre: formação geral e para a vida dos alunos X formação para as demandas do mercado de trabalho.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio. Formação Continuada de professores. Itinerários Formativos.

CEVALLOS, Sergio. **Teachers' Continuing Education aiming the curricular components of the "Development Projects" of the Formative Itinerary in the New High School at an ETEC in São Paulo State countryside.** Thesis (Master's degree in Education: Teaching, Management and Innovation Processes). Araraquara-SP: University of Araraquara – UNIARA, 2025 (Advisor: Luciana Maria Giovanni, PhD).

ABSTRACT

This study aims at investigating what the official documents (at the federal level and within the local contexts of the Central Institution/Paula Souza Center and the target school unit ETEC – State Technical School) propose regarding continuing education for teachers in the new high school, focusing on the teachers responsible for the "Development Projects" component of the formative itineraries planned for this stage of basic education in Brazil. The research is guided by the following questions: What does specific legislation propose regarding the so-called new high school? What does this legislation establish regarding continuing education for teachers working in this new high school? Have the teachers at the target ETEC participated in any pedagogical or continuing education program to teach the new components of the formative itineraries of the New High School – especially the "Development Projects" component? What do the central documents from Paula Souza Center and the target ETEC state about this teacher formation (such as the school unit's political-pedagogical project, school management and coordination plans, among others)? This study employs a qualitative and documental methodology, using an analytical-descriptive approach to examine the continuing education process proposed in the official documents to be analyzed at the national, central level (Paula Souza Center), and local or school unit level (ETEC). The research involved a bibliographic review on the subject, the development and testing of an instrument for data collection (Document Analysis Guide), the identification, reading, and analysis of documents, and a comparative analysis of similarities and/or differences in educational policies at the national, central, and local levels. The results are presented in summary tables for better comprehension of the key ideas involved. The study is based on the works of authors such as Dourado, Soares, Silvas, Gioved, Shiroma, Evangelista, Marcelo, Marin, and Franco – who analyze the new high school – as well as teacher education, professional development, and professional identity. The data obtained confirm the study's hypothesis: that the pedagogical and continuing education programs for teachers implementing the new high school have been structured as teacher training aligned with the new curricular guidelines, following a business-oriented and managerial logic imposed by official documents. This occurs to the detriment of teachers' actual formative needs and the challenges they face in their practice, highlighting the contradiction between general education for students' personal development and education aimed at meeting labor market demands.

Keywords: New High School. Teachers' continuing education. Formative Itineraries.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 FORMAÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL DO PESQUISADOR	9
1.2 FOCO DE INTERESSE.....	9
1.3 A PESQUISA REALIZADA	10
2 OBJETIVOS DA PESQUISA	11
2.1 OBJETIVO GERAL	11
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	11
2.3 HIPÓTESE.....	11
2.4 METODOLOGIA, PROCEDIMENTOS E ETAPAS DA PESQUISA.....	11
2.5 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DOS DADOS E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	14
3 MAPEAMENTO BIBLIOGRÁFICO	16
4 APOIOS TEÓRICOS.....	23
4.1 SOBRE FORMAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E IDENTIDADE PROFISSIONAL DE PROFESSORES.....	23
4.2 EDUCAÇÃO PERMANENTE, FORMAÇÃO CONTINUADA, EDUCAÇÃO CONTINUADA.....	25
4.3 SOBRE O NOVO ENSINO MÉDIO	32
5 OS RESULTADOS OBTIDOS: DAS CONCEPÇÕES DE ENSINO MÉDIO NOS DOCUMENTOS OFICIAIS ÀS AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NOS DOCUMENTOS DO CENTRO PAULA SOUZA E DA ETEC	41
5.1 O CENTRO PAULA SOUZA	41
5.2 A ETEC ALVO DA PESQUISA.....	45

5.3 SOBRE O NOVO ENSINO MÉDIO, A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES E O TRABALHO COM OS ALUNOS.....	48
5.4 COMO SE ARTICULAM NOS DOCUMENTOS A VISÃO POLÍTICA SOBRE O ENSINO MÉDIO E A PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA AOS PROFESSORES	97
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
REFERÊNCIAS.....	104
APÊNDICE 1.....	106

1 INTRODUÇÃO

1.1 Formação Acadêmica e Profissional do Pesquisador

Meu Nome é Sergio Cevallos e resido na cidade de Bariri (SP).

Em 1996 terminei minha primeira Graduação no curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados pela Universidade de Marília – Marília (SP). Em 2005 conclui minha Licenciatura Plena em Matemática pelo Centro Universitário Salesiano Auxilium – Lins (SP). No ano seguinte, 2006, terminei minha Licenciatura Plena em Informática pelo Centro Universitário Salesiano Auxilium – Lins (SP) e 2014 conclui minha Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade da Aldeia de Carapicuíba -FALC – Carapicuíba (SP).

Minha atuação profissional inicia-se em 1996 a 2017 como Desenvolvedor de Sistemas – MICROENTER INFORMÁTICA – Bariri (SP). Concomitante a esse período de 2000 – 2021 fui Professor do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - ETEC Jaú (SP) na área de informática e de 2021 a 2024 estou como Diretor da ETEC Jaú (SP).

1.2 Foco de Interesse

A implementação do novo ensino médio demanda uma formação de professores alinhada com as novas diretrizes curriculares para esse nível de ensino. É fundamental investir em programas de formação continuada para os docentes, de modo a garantir que estejam preparados para atender às demandas do novo modelo de ensino e para compreensão do novo projeto de formação proposto aos alunos nesse momento final da escolaridade básica no Brasil.

Nesse período inicial de implantação do novo ensino médio (2022 a 2024), os professores que ministram aulas dos diferentes componentes curriculares e, em especial, os responsáveis pelos componentes do “Projetos de Aprofundamento” do Itinerário formativo que compõe a matriz curricular do novo ensino médio, deveriam participar de programas pedagógicos ou de formação continuada relacionados ao esse chamado *novo ensino médio*.

É importante saber se é como as instituições de ensino viabilizam tais programas de formação continuada aos seus professores com o tema em questão.

Vale salientar, entretanto, em que consistem os chamados “Projetos de Aprofundamento” e como eles se inserem nos Itinerários Formativos oferecidos no novo currículo do ensino médio.

Nesse conjunto de disciplinas trabalham-se projetos, oficinas, núcleos de estudo, entre outras situações de trabalho. Com ele visa-se aprofundar as aprendizagens e consolidar a formação integral do jovem, possibilitado ao estudante ampliar aprendizagens em uma ou mais áreas de conhecimento.

Tem por objetivo a imersão do jovem nas aprendizagens relacionadas às competências gerais, às áreas de conhecimento, à formação técnica/profissional e desenvolver autonomia para realizar seu projeto de vida.

1.3 A pesquisa realizada

Problema e Questões de Pesquisa

O novo ensino médio se propõe como objetivo proporcionar uma formação mais ampla, flexível e adequada às necessidades dos estudantes, buscando prepará-los para a vida pessoal, profissional e cidadã. No entanto, muitos professores que ministram aulas nos componentes do “Projetos de Aprofundamento” do itinerário formativo do novo ensino médio, não participaram de nenhum programa de formação continuada relacionado a esse tema. É o que vem ocorrendo na ETEC alvo desta pesquisa.

Assim, as seguintes **perguntas norteadoras** podem sintetizar o problema central desta pesquisa:

O que propõe a legislação específica sobre o chamado novo ensino médio?

O que essa legislação prevê sobre formação continuada de professores para atuar nesse novo projeto de ensino médio?

A ETEC alvo da pesquisa tem oferecido algum programa pedagógico ou de formação continuada para os professores lecionarem os novos componentes dos itinerários formativos do Novo Ensino Médio – em especial o componente “Projetos de Aprofundamento”? Que dizem os documentos da instituição (centrais/Centro Paula Souza e da unidade escolar/ETEC) sobre essa formação – Projeto político-pedagógico da unidade, projeto de gestão escolar e coordenação e outros?

2 OBJETIVOS DA PESQUISA

2.1 Objetivo Geral

Investigar o que propõem os documentos oficiais (em âmbito federal e nos âmbitos locais da Instituição central/Centro Paula Souza e da unidade escolar/ETEC alvo da pesquisa) sobre formação continuada aos professores do novo ensino médio, em especial os professores responsáveis pelo componente “Projetos de Aprofundamento” dos itinerários formativos previsto nesta etapa da escolaridade básica no Brasil.

2.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar o que diz a legislação específica do novo ensino médio sobre formação continuada de professores para atuar nesse momento da escolaridade básica;
- b) Investigar o que tem proposto a ETEC alvo da pesquisa para formação continuada dos professores dos novos componentes dos itinerários formativos do Novo Ensino Médio – em especial o componente “Projetos de Aprofundamento”;
- c) Identificar o que dizem os documentos da instituição (centrais/Centro Paula Souza e da unidade escolar/ETEC) sobre essa formação.

2.3 Hipótese

Os programas pedagógicos e de formação continuada de professores para implementação do novo ensino médio tem se configurado como uma formação de professores alinhada com as novas diretrizes curriculares, tendo em vista a lógica empresarial e gerencialista imposta pelos documentos oficiais, à revelia das necessidades formativas e desafios enfrentados pelos professores na sua atuação, diante da contradição entre: formação geral e para a vida dos alunos X formação para as demandas do mercado de trabalho.

2.4 Metodologia, procedimentos e etapas da pesquisa

Trata-se de pesquisa documental, analítico-descritiva do processo de formação continuada proposto nos documentos oficiais (em âmbito federal e nos âmbitos locais da Instituição central/Centro Paula Souza e da unidade escolar/ETEC alvo da pesquisa) para os professores do novo ensino médio, em especial os professores responsáveis pelo

componente “Projetos de Aprofundamento” dos itinerários formativos previstos nesta etapa da escolaridade básica no Brasil.

A análise documental, segundo Giovanni (1999) permite utilizar diferentes tipos de materiais escritos ou orais, que possam ser utilizados como fontes de informações sobre o universo escolar, seu cotidiano, atores, contexto, ideias, valores e práticas – por meio dos seguintes passos: a) localizar e selecionar tais documentos; b) construir roteiro para análise dos documentos (ver Roteiro no Apêndice 1); c) realizar sua caracterização e d) organizar síntese das informações obtidas.

A pesquisa, de natureza qualitativa, pode ser descrita tal como a concebem Lüdke e André (1986, p. 23), ao destacarem sua importância e viabilidade: “(...) esse tipo de pesquisa oferece elementos preciosos para uma melhor compreensão do papel da escola e suas relações com outras instituições da sociedade”.

Assim esta pesquisa compreendeu:

- 1- A **análise bibliográfica** referente à temática da pesquisa: políticas públicas educacionais, organização e gestão da educação brasileira e atendimento ao ensino médio;
- 2- **Construção e teste de instrumento para coleta de dados:** Roteiro para Análise de Documentos, disponível no Apêndice 1 deste relatório;
- 3- A identificação do **perfil da unidade escolar alvo da pesquisa**, com levantamento de dados, informações e documentos oficiais sobre a população de professores e alunos e o atendimento a ambos;
- 4- Localização de documentos e análise de propostas referentes à política de formação continuada de professores, da unidade escolar, do Centro Paula Souza e da legislação federal sobre ensino médio;
- 5- Análise comparativa das similaridades e/ou diferenças nas políticas educacionais: nacional, central e local.

Os documentos selecionados para análise de informações são:

- Em âmbito nacional:

ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - ANFOPE *et all.* **O Desmonte da Escola Pública e os Efeitos da Reforma do Ensino Médio: exclusão, precarização, privatização, desresponsabilização do Estado.** mar. 2018. Disponível em:

https://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2018/11/Manifesto_entidades-Ensino-Medio-20mar%C3%A7o2018.pdf

ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - ANFOPE et all . DOCUMENTO: Carta Aberta pela Revogação da Reforma do Ensino Médio (LEI 13.415/2017). **Formação em Movimento – Revista da ANFOPE**. Rio de Janeiro-RJ: ANFOPE/UFRRJ, v.4, i.1, n.8, p. 675-680, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrj.br/index.php/formov/article/view/471/479>

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)** – Documento homologado em dezembro/2018. Define as competências e habilidades essenciais que devem ser desenvolvidas ao longo da educação básica, incluindo o Ensino Médio. A BNCC estabelece as diretrizes para a formação geral básica e os itinerários formativos. Brasília-DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/1996**: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, incluindo as regras gerais para o Ensino Médio. Brasília-DF: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Lei nº 13.415/2017**: Altera a LDB e institui a reforma do Ensino Médio, introduzindo a flexibilização curricular, a ampliação da carga horária, e os itinerários formativos. Brasília-DF: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Lei Parecer CNE/CP nº 15/2017**: Aprova a BNCC para o Ensino Médio e orienta a implementação das mudanças curriculares propostas. Brasília-DF: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Resolução CNE/CP nº 3/2018**: Homologa a BNCC para o Ensino Médio e estabelece as diretrizes para sua implementação. Brasília-DF: MEC, 2018.

- Em âmbito central (Centro Paula Souza):

O Centro Paula Souza (CPS), que administra as Escolas Técnicas Estaduais (ETECs) no estado de São Paulo, segue um conjunto específico de documentos regulatórios e normativos para orientar suas atividades de ensino. Esses documentos fornecem a estrutura necessária para a organização e o funcionamento das ETECs, garantindo que a educação oferecida esteja alinhada com as diretrizes estaduais e federais e com as necessidades do mercado de trabalho e da sociedade.

Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais: Estabelece as normas gerais para o funcionamento das ETECs, incluindo aspectos administrativos, pedagógicos e disciplinares. São eles:

Deliberação CEETEPS 23/2015: Dispõe sobre a atribuição de aulas nas Escolas Técnicas Estaduais do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.

Portaria CETEC nº 1.263/2017: Regulamenta os procedimentos de pontuação, classificação docente e atribuição de aulas, conforme fixado na Deliberação CEETEPS nº 23, de 17 de setembro de 2015.

Catálogo de Requisitos de Titulação: Fornecer a comunidade escolar do Centro Paula Souza e ao domínio público, os requisitos de titulação para atuar dentro das escolas técnicas do Centro Paula Souza. Nele pode-se obter informações sobre as Habilitações existente em cada Escola e quais os Componentes Curriculares e Titulações dos professores que podem ministrar esses Componentes respectivamente.

- No âmbito da unidade escolar (ETEC):

Todas as ETECs seguem rigorosamente as normas e regulamentos contidos nos documentos do Centro Paula Souza.

Além do Plano Plurianual de Gestão (PPG) e o Projeto Político Pedagógico (PPP) mencionados, cada ETEC, baseando-se no PPG e PPP do Centro Paula Souza, possui o seu PPG e o seu PPP próprios, moldados às suas características observando a região em que está inserida, os cursos ofertados e público atendido:

Plano Plurianual de Gestão (PPG): Tem como objetivo orientar o desenvolvimento pedagógico e administrativo da escola, definindo o caminho a ser percorrido e os objetivos a serem alcançados. O PPG visa organizar e direcionar o funcionamento da escola para alcançar a educação desejada, considerando o contexto em que está inserida.

Projeto Político Pedagógico (PPP): É um documento, inserido no PPG, essencial que guia o trabalho pedagógico das ETEC, nele estão definidos os objetivos, metas e ações baseadas em planejamento estratégico e participativo. Define também as diretrizes pedagógicas específicas das ETECs, incluindo metodologias de ensino, avaliação, e organização curricular, alinhada às diretrizes do Centro Paula Souza.

Plano de Curso: Documento específico de cada curso técnico, que detalha a estrutura curricular, a carga horária, os conteúdos programáticos, e os critérios de avaliação. O plano é aprovado pelo Centro Paula Souza e segue as diretrizes estabelecidas pelo MEC e pela BNCC.

2.5 Procedimentos para análise dos dados e apresentação dos resultados

Para Giovanni (1998), o trabalho de organização e análise dos dados e de apresentação dos resultados representa “(...) a percepção do que é relevante, pertinente ou

não em todo o material coletado”. Seguindo as orientações dessa autora, este trabalho incluiu as seguintes etapas:

- a)** organizar todo o material, dividi-lo em partes, mapeando e identificando as informações principais em cada fonte de dados;
- b)** perceber as relações entre as diferentes fontes de dados, entre elas e os resultados de outros estudos e entre elas e os apoios teóricos utilizados;
- c)** realizar o esforço de, progressivamente, responder as questões de pesquisa, objetivos e hipótese; e
- d)** apresentar os resultados em quadros-síntese de informações ou outro tipo de representação gráfica (tabelas, esquemas) para melhor compreensão das ideias envolvidas.

Finalmente, resta acrescentar a esta Introdução que a Dissertação está organizada em 04 partes: a primeira consiste nesta Introdução; a segunda está destinada a apresentar o levantamento bibliográfico inicialmente realizado; a terceira traz as leituras realizadas como apoios teóricos para a pesquisa; e a quarta apresenta e analisa os dados coletados.

Encerram a Dissertação: algumas Considerações Finais, as Referências e o Apêndice.

3 MAPEAMENTO BIBLIOGRÁFICO

O primeiro passo desta pesquisa consistiu no mapeamento bibliográfico inicial com dois (2) objetivos centrais: identificar o que o campo educacional tem produzido ou não em relação a como os programas pedagógicos e de formação continuada de professores para implementação do novo ensino médio tem se configurado como uma formação de professores alinhada com as novas diretrizes.

Para tanto, o levantamento foi realizado no **Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES** (<https://catalogodeteses.capes.gov.br>), com o uso dos seguintes **filtros**:

- Foram selecionadas três (3) palavras-chave (utilizadas como expressão exata), que inicialmente sugerem proximidade, relação ou possíveis contribuições para a pesquisa. São elas: *Novo Ensino Médio*, *Formação Continuada*, *Itinerário Formativo*;
- Anos: 2014 a 2023
- Área do Conhecimento: Educação
- Área de Concentração: Educação

Foram utilizados como **critérios de exclusão**: **a)** pesquisas cujos temas abordavam Políticas Educacionais, Gestão Escolar, Gestão Democrática, Políticas Curriculares não relacionadas ao ensino médio e **b)** pesquisas que não apresentavam relação com a temática de pesquisa ou se relacionavam a outras etapas da escolaridade básica.

Foram adotados os seguintes **procedimentos**: **a)** seleção inicial das pesquisas resultantes do levantamento por meio dos títulos; **b)** leitura dos resumos para refinar a primeira seleção.

Foram obtidos os seguintes **resultados**:

Palavra-chave: *Novo Ensino Médio*

Com a utilização da palavra-chave: *Novo Ensino Médio*, em sua expressão exata foram identificadas **364 produções**, nos anos 2014, 2016, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023; adicionando filtros referentes à Área do Conhecimento em Educação: **149**; com a utilização dos filtros sobre Área de Concentração em Educação: **84**. Após a leitura dos títulos foram selecionadas **4 produções** e após a releitura dos títulos e leitura dos resumos foram selecionadas **2 produções**, cujas informações centrais são apresentadas a seguir.

CENTA (2022):

Neste projeto de pesquisa, surge a questão de como a Autonomia Docente está relacionada às mudanças curriculares no contexto do Novo Ensino Médio, particularmente no cenário do Rio Grande do Sul. A hipótese é que a Autonomia Docente é fundamental para melhorar a qualidade da educação e que essa autonomia, quando confrontada com as reformas curriculares, deve ser compreendida e implementada de maneira eficaz. **Objetivo:** O objetivo principal deste estudo é explorar as interações entre a Autonomia Docente e as mudanças curriculares no Novo Ensino Médio. O foco está na compreensão das várias formas pelas quais a autonomia docente é manifestada durante o processo de implementação dessas mudanças. Para alcançar esse objetivo, o estudo visa analisar as relações entre a autonomia docente e as mudanças curriculares nas escolas da Rede Escolar Pública do Rio Grande do Sul mantidas pela 8ª CRE/SEDUC/RS. **Resultado:** A pesquisa revela que a Autonomia Docente é um elemento essencial para a qualidade educacional, envolvendo a conscientização sobre a docência e a compreensão do papel do ensino na sociedade. No entanto, essa autonomia enfrenta desafios quando confrontada com reformas curriculares, como aquelas introduzidas pelo Novo Ensino Médio. Os resultados sugerem que, para uma implementação eficaz das mudanças curriculares, é crucial fornecer orientações claras, formações específicas e uma estrutura sólida de apoio. A pesquisa também destaca a importância da Autonomia Docente em vários aspectos, desde estratégias e ações até decisões relativas ao currículo, bem como as complexidades enfrentadas na interpretação e execução das orientações propostas.

KRELLING (2022):

Problema: O problema central abordado está relacionado ao desalinhamento entre o currículo escolar e as necessidades e expectativas dos estudantes do Ensino Médio, especialmente no contexto do Novo Ensino Médio (NEM) em Santa Catarina. Os jovens enfrentam desafios para encontrar significado na escola, lidar com a pressão social e familiar relacionada ao futuro, e percebem a necessidade de uma educação que os prepare de forma mais eficaz para a vida adulta. **Hipótese:** A desconexão entre o currículo escolar e a realidade dos estudantes do Ensino Médio, juntamente com a pressão para antecipar decisões sobre o futuro, resulta em um descontentamento dos jovens com o sistema educacional, especialmente no que diz respeito ao componente curricular Projeto de Vida no contexto do NEM em Santa Catarina. **Objetivo:** O objetivo é compreender as percepções e experiências dos estudantes do Ensino Médio em Santa Catarina em relação

ao currículo escolar, com ênfase no componente curricular Projeto de Vida, identificando os desafios que enfrentam e as necessidades não atendidas em seu processo educativo.

Resultados: Os estudantes do Ensino Médio em Santa Catarina sentem uma pressão para antecipar decisões sobre o futuro, o que muitas vezes entra em conflito com seus desejos pessoais e a vivência plena da juventude. Existe uma percepção de que o currículo escolar não está alinhado com as vidas e aspirações dos estudantes, levando a uma falta de significado na escola além da obtenção de um certificado para o mercado de trabalho.

Palavra-chave: *Formação Continuada*

Com a utilização da palavra-chave: Formação Continuada, em sua expressão exata foram identificadas em todos os anos **11.001** produções; adicionando filtros referentes à Área do Conhecimento em Educação: **3634**; com a utilização dos filtros sobre Área de Concentração em Educação: **1639**; anos: 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023: **949**. Após a leitura dos títulos foram selecionadas **4** produções e após a releitura dos títulos e leitura dos resumos foram selecionadas **2 produções**, cujas informações centrais são apresentadas a seguir.

OLIVEIRA (2019):

O texto aborda o problema da formação continuada de professores, especialmente aqueles que atuam no Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). O problema envolve a falta de uma política consolidada de formação continuada para esses professores e a necessidade de compreender como eles investem em sua formação ao longo da carreira. **Investigação:** A pesquisa visa investigar o itinerário formativo dos professores do EBTT nos IFs, destacando os saberes que eles priorizam em sua formação. A investigação se concentra em compreender como esses professores se qualificam ao longo de suas carreiras e quais estratégias pedagógicas utilizam. **Objetivo:** O objetivo geral da pesquisa é investigar o itinerário formativo dos professores do EBTT nos IFs, com foco nos saberes docentes que priorizam. Os objetivos específicos incluem caracterizar o perfil dos professores, discutir seus percursos de formação continuada, identificar as estratégias pedagógicas que empregam e identificar estratégias institucionais de apoio à qualificação docente. **Resultado:** Foi apresentada a análise e discussão dos dados obtidos em sua pesquisa sobre a formação continuada de professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT)

do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). Eles seguem uma abordagem qualitativa na análise dos dados. Quanto a pesquisa exploratória coletou informações sobre o perfil e o desenvolvimento profissional dos professores do EBTT que atuam nos cursos de Licenciatura em Química e Bacharelado em Administração do IFPB/Campus João Pessoa. Utilizou dados disponíveis no site do IFPB e na Plataforma Lattes para essa análise. Também realizou uma pesquisa empírica, aplicando um questionário semiestruturado a alguns desses professores. Os pesquisados apresentam um caminho formativo que prioriza formações no campo específico de suas atuações, ou seja, realizaram cursos de pós-graduação dando continuidade às áreas de formação inicial. Informaram já terem cursado alguma disciplina didático-pedagógica, como também demonstraram interesse em realizar alguma formação pedagógica voltada para os saberes da docência

FERNANDES (2020):

Problema: A pesquisa diz respeito à formação continuada dos profissionais da educação nos Institutos Federais e aos desafios enfrentados para promover uma educação de qualidade. Há uma crescente complexidade na definição dos "profissionais da educação", e a legislação brasileira passou por mudanças que ampliaram essa definição ao longo dos anos. Além disso, a pesquisa destaca a necessidade de expandir o conceito de "profissional da educação" para incluir todos aqueles que implementam práticas educativas nas escolas. **Investigação:** A investigação se dá através de uma análise abrangente das políticas públicas relacionadas à formação continuada dos profissionais da educação, bem como o papel desempenhado por instituições como a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE). Também explora a importância da formação continuada na melhoria da qualidade do ensino e na adaptação aos desafios sociais e do mundo do trabalho em constante evolução. A pesquisa aborda a necessidade de uma formação inicial de qualidade, destacando que a formação continuada não deve substituir essa base sólida. **Objetivo:** O objetivo é compreender o cenário da formação continuada dos profissionais da educação nos Institutos Federais, analisando as políticas públicas, os desafios enfrentados e a importância desse processo para a qualidade do ensino. Além disso, a pesquisa busca destacar a necessidade de uma abordagem ampliada para definir quem são os "profissionais da educação" e como todos os envolvidos na comunidade escolar podem contribuir para a melhoria da educação. **Hipótese:** Sugere que a formação continuada dos profissionais da educação desempenha

um papel fundamental na promoção da qualidade do ensino e na adaptação às mudanças sociais e do mundo do trabalho. Além disso, a pesquisa sugere que uma abordagem ampliada para definir os "profissionais da educação", incluindo todos os envolvidos na comunidade escolar, pode levar a melhores resultados educacionais. **Resultado:** Os resultados enfatizam a importância da formação continuada dos profissionais da educação como um processo colaborativo e constante. Isso não apenas promove a qualidade do ensino, mas também ajuda os profissionais a se adaptarem às mudanças na sociedade e no mercado de trabalho. Além disso, destaca-se a necessidade de políticas públicas eficazes e do apoio das instituições de ensino para garantir que a formação continuada seja eficaz e acessível a todos os envolvidos na educação. A pesquisa também ressalta a importância de reconhecer todos os profissionais envolvidos na comunidade escolar como potenciais agentes de aprendizagem significativa, independentemente de sua função específica.

Palavra-chave: Itinerário Formativo

Com a utilização da palavra-chave: Itinerário Formativo, em sua expressão exata, foram identificadas **274**; adicionando filtros referentes à Área do Conhecimento em Educação: **115**; com a utilização dos filtros sobre Área de Concentração em Educação: **53**; anos: 2013, 2014, 2016, 2019, 202^o2, 2021, 2022 e 2023: **48**. Após a leitura dos títulos foram selecionadas **2 produções** e após a releitura dos títulos e leitura dos resumos foi selecionada **1 produção**, cujas informações centrais são apresentadas a seguir.

MENDES (2023):

Problema: O problema abordado nesta pesquisa foi a configuração do Projeto de Vida como componente curricular nas matrizes do Ensino Médio de seis escolas públicas e privadas nas cidades de Blumenau, Brusque e Indaial. Especificamente, a pesquisa buscou entender como essa política educacional foi traduzida na prática, se atingiu seus objetivos e se houve um impacto positivo na formação dos estudantes. **Hipótese:** A hipótese levantada foi que a configuração do Projeto de Vida como componente curricular seguiria moldes tradicionais, não inovando na sua organização e nem na relação de tempo e espaço, tornando-se apenas mais um componente entre os demais tradicionalmente implementados nas escolas. Além disso, a pesquisa considerou que a implementação dessa política educacional poderia não estar clara para os participantes envolvidos e que poderia haver uma ênfase excessiva no desenvolvimento profissional dos estudantes em

detrimento das dimensões pessoal e cidadã. **Objetivo:** O objetivo central da pesquisa foi analisar a configuração do Projeto de Vida como componente curricular nas escolas, desde sua influência nos documentos legais até sua implementação na prática. Isso envolveu a análise das políticas educacionais, da forma como o Projeto de Vida foi apresentado nos documentos legais, e como foi percebido e aplicado pelas escolas e profissionais da educação. **Resultado:** Ao final da pesquisa, constatou-se que a configuração do Projeto de Vida como componente curricular nas escolas pesquisadas seguiu moldes tradicionais, não apresentando inovações significativas em termos de organização e espaço/tempo. A implementação da política educacional também não ficou clara para a maioria dos participantes, e houve uma ênfase excessiva no desenvolvimento profissional dos estudantes, deixando em segundo plano as dimensões pessoal e cidadã. Destacou ainda a importância de uma formação mais clara e específica para os profissionais envolvidos no componente Projeto de Vida e sugeriu a necessidade de uma abordagem mais coletiva e menos individualista na concepção do Projeto de Vida, promovendo diálogo entre educador e educando. Além disso, apontou a necessidade de reposicionamento e alternativas para o trabalho com projetos de vida que considerem as diversas realidades e objetivos dos estudantes. Em resumo, a pesquisa forneceu insights importantes sobre a implementação do Projeto de Vida como componente curricular, destacando desafios e áreas que necessitam de aprimoramento para melhor atender às necessidades dos estudantes.

Fechando o levantamento:

Neste momento foi possível pôr em destaque alguns resultados das leituras realizadas, em relação à temática aqui investigada e contribuição para este texto.

A partir das palavras-chave, novo ensino médio, formação continuada e itinerário formativo, selecionamos 05 trabalhos relacionados às seguintes ideias: Novo ensino médio e o componente curricular Projeto de Vida; autonomia docente no novo ensino médio; formação continuada de professores do ensino básico, técnico e tecnológico; formação continuada para os profissionais da educação; contribuição para saberes e fazeres nos itinerários formativos e no componente curricular “Projeto de Vida”.

Como são temas relativamente recentes, as palavras-chave novo ensino médio e itinerários formativos foram as que menos trouxeram informações durante o levantamento – o que permite afirmar que existem poucas informações nesse campo, indicando o quanto ainda esse assunto pode e deve ser investigado.

Os resultados das pesquisas selecionadas permitem observar que, por mais que tenha sido discutido e pensado, o novo ensino médio não atendeu integralmente às expectativas da comunidade escolar. Docentes e discentes sentem que o projeto educacional em questão não apresenta inovações significativas, tornando-o um “novo ensino” com resultados tradicionais.

Observa-se, ainda, nas constatações das pesquisas selecionadas, que a formação continuada dos profissionais da educação deve ser um processo colaborativo e constante, promovendo a qualidade do ensino e da formação geral dos alunos e não somente a adaptação dos profissionais e dos alunos às mudanças exigidas pela sociedade e mercado de trabalho.

4 APOIOS TEÓRICOS

4.1 Sobre formação, desenvolvimento e identidade profissional de professores

Inicialmente vale pôr em destaque aqui as reflexões da Profa. Dra. Maria Amélia Santoro Franco sobre “Formação continuada de/para/com docentes: para quê? para quem?”, em capítulo publicado como parte da coletânea “Formação permanente de professores: experiências iberoamericanas”, organizada por Imbernón, Shigunov Neto e Fortunato (2019).

A autora reflete sobre sua experiência como diretora de uma escola pública, destacando a importância de entender os princípios formativos que norteiam esse processo. Para a autora trata-se de compreender como a política educacional orienta a formação continuada nas escolas, explorando a ideia de que a formação continuada de docentes é um tema central na educação.

Inicialmente, Franco (2019) enfatiza a necessidade de estabelecer parcerias com os docentes, promovendo a criação de grupos de investigação da prática pedagógica. Inspirada em autores como Kurt Lewin e Paulo Freire, ela ressalta a importância de uma abordagem participativa e dialógica.

Outro ponto destacado é a busca pela teoria na prática, ao invés de apenas aplicar teorias predefinidas. Autores como Charlot e Freire (*apud* Franco, 2019) são referenciados nesse contexto, enfatizando a importância da reflexão e da investigação na prática educativa.

A participação voluntária dos docentes é apontada como um princípio fundamental. Franco (2019) argumenta que a formação só é eficaz quando os professores se engajam de forma consciente e autônoma. Nesse sentido, a autora cita influências de Carl Rogers e outros teóricos da participação.

A autora também critica a mercantilização da formação docente, que muitas vezes se resume a cursos rápidos e descontextualizados. Ela defende uma abordagem mais holística, integrando a formação à vida e à prática profissional dos professores.

Franco (2019) ainda ressalta que a formação continuada não é apenas um complemento à formação inicial, mas sim um processo contínuo e dialético. Ela destaca a importância de uma abordagem emancipatória, baseada na reflexão crítica e na transformação coletiva das práticas educativas.

A jornada descrita revela uma abordagem de formação de professores baseada na Pesquisa-Ação Pedagógica (PAPe), permeada por experiências como as Conversas Pedagógicas e o Laboratório de Criação Docente. Inicialmente, as Conversas Pedagógicas proporcionavam um espaço para troca de experiências e reflexões, onde a escuta sensível era valorizada para compreender as vivências dos professores. Gradualmente, essa prática evoluiu para um laboratório de escrita coletiva, estimulando os docentes a compartilharem suas práticas pedagógicas e reconhecendo suas conquistas por meio de "parabéns pedagógicos".

A influência de pensadores como Paulo Freire e Terezinha Rios é destacada por Franco (2019), enfatizando a importância do compromisso ético e político na prática docente. A busca por uma prática reflexiva e crítica é ressaltada pela autora como essencial para a formação contínua dos professores, incentivando-os a questionar e transformar suas práticas.

A autora também discute o sentido da prática docente, promovendo reflexões sobre sua origem, suas condições e seu papel na sociedade. A pesquisa-ação pedagógica é apresentada como uma ferramenta para empoderar os professores, integrando teoria e prática, promovendo o diálogo e produzindo conhecimento autêntico sobre a realidade educativa.

Por fim, Franco (2019) enfatiza a necessidade de uma formação que se integre à vida dos professores. A PAPe emerge como uma abordagem transformadora da formação de professores, oferecendo espaços de reflexão, diálogo e ação para promover uma prática docente mais consciente, contínua, crítica e comprometida com a transformação social.

Nessa mesma linha de raciocínio, cabe acrescentar aqui a necessidade de repensar os termos utilizados na educação continuada dos profissionais da educação – que é o cerne do texto *“Educação continuada: introdução a uma análise de termos e concepções”* escrito pela professora Alda Junqueira Marin.

Sem a pretensão de revisão exaustiva, mas visando auxiliar o leitor a compreender essa temática em constante evolução, Marin (2019) destaca alguns termos comuns presentes no discurso cotidiano, tais como reciclagem, treinamento, aperfeiçoamento, capacitação, educação permanente, formação continuada e educação continuada.

Segundo a autora, a análise desses termos e suas implicações é fundamental para embasar decisões e ações na área educacional.

Reciclagem

O termo "reciclagem", amplamente utilizado na década de 1980, é frequentemente associado à ideia de atualização pedagógica. No entanto, sua aplicação a profissionais da educação levou a ações descontextualizadas e superficiais, resultando em impactos limitados ou até mesmo prejudiciais. A metáfora da reciclagem, aplicada a objetos materiais, não é compatível com a complexidade e a continuidade do conhecimento humano.

Treinamento

O termo "treinamento" sugere a modelagem de comportamentos, focando na capacidade de realizar tarefas específicas. Embora seja relevante em contextos como a educação física, onde habilidades práticas são essenciais, sua aplicação genérica na educação pode resultar em abordagens mecânicas e desvinculadas da manifestação da inteligência dos profissionais.

Aperfeiçoamento

Buscar a perfeição na educação é uma ideia inatingível e inadequada. A educação implica tentativa e erro, e a busca pela perfeição pode negar a própria essência do processo educativo. O aperfeiçoamento deve ser entendido como a correção de falhas e a busca por uma instrução mais completa, reconhecendo os limites e as contingências inerentes à atividade educativa.

Capacitação

A capacitação dos profissionais da educação envolve torná-los aptos e habilitados para desempenhar suas funções, sem cair na armadilha da persuasão ou do convencimento. É fundamental que a capacitação seja orientada pelo conhecimento e pela razão, promovendo uma formação continuada que valorize a autonomia e a reflexão crítica dos educadores.

4.2 Educação Permanente, Formação Continuada, Educação Continuada

Esses termos convergem em torno da ideia de um processo educativo contínuo, em constante desenvolvimento ao longo da vida profissional. A educação permanente, a formação continuada e a educação continuada abrangem diferentes dimensões do aprendizado e da prática educativa, valorizando o conhecimento como eixo central.

A análise dos termos e concepções na área da educação continuada revela a complexidade e a importância desse campo em constante evolução. A educação continuada não se resume a simples atualizações, mas sim a processos dinâmicos e

reflexivos que promovem o desenvolvimento profissional e a melhoria contínua das práticas educativas. É essencial aprofundar essas questões, assim como se faz com os conteúdos do currículo escolar, para garantir uma educação de qualidade em todos os níveis.

Ampliando essa visão, o artigo "A identidade docente: constantes e desafios", escrito por Carlos Marcelo (2009a), vem mostrar como a formação vai reconfigurando a identidade docente, especialmente num contexto em constantes mudanças. Assim, o texto aborda a importância da identidade profissional dos professores, destaca suas características e desafios em um contexto de constantes mudanças na sociedade e na educação. Ao longo do texto, diversos autores e pesquisas são citados para embasar os argumentos apresentados.

Esse texto ressalta a importância dos professores na qualidade do ensino, destacando que a identidade profissional docente é construída através de interações pessoais e profissionais ao longo da carreira. Relatórios internacionais, como o da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), destacam a relevância dos professores na aprendizagem dos alunos e ressaltam a necessidade de políticas para atrair, desenvolver e manter profissionais eficazes.

A discussão de Marcelo (2009a) se aprofunda na análise da identidade profissional docente, considerando-a como um processo evolutivo influenciado por experiências individuais e contextuais. Diversas características da identidade são exploradas, incluindo sua relação com a autoeficácia, motivação e satisfação no trabalho.

Marcelo (2009a) destaca também os desafios enfrentados pela profissão docente, como a desmoralização e o abandono devido às condições de trabalho precárias e às mudanças educacionais. Autores como Chapman, Aspin e Hargreaves, citados por Marcelo (2009a), discutem as transformações nos sistemas educacionais e a necessidade de redefinir o papel dos professores na sociedade do conhecimento.

São apresentadas pelo autor, catorze "constantes" na identidade docente, como: a socialização prévia dos professores; a influência das crenças sobre o ensino na prática profissional; o conteúdo que se ensina como elemento construtor da identidade profissional docente; a fragmentação do conhecimento docente; a cultura presente entre os próprios docentes de que alguns conhecimentos valem mais que outros; a ideia de que "aprende-se a ensinar ensinando", destacando-se: o valor do conhecimento prático; o isolamento do trabalho docente, com cada qual um considerado "senhor em sua aula"; os alunos considerados como o principal fator determinante da motivação profissional; a

evolução da carreira docente marcada pela saída da sala de aula, ou seja, “aquele que sai da sala de aula não volta”; a ideia de que em sala de aula tudo depende do professor, com os docentes sendo considerados como os artesãos do ensino; o docente como consumidor de conhecimentos superficiais ou “fast-food” sobre as salas de aula; a cultura escolar na qual se mantém a competência profissional não reconhecida / não divulgada e a incompetência ignorada; o despreparo de boa parte dos profissionais do ensino em relação ao uso das tecnologias no ensino ou desconfiança manifesta em relação a elas: “o que fazemos com essas geringonças?”; a influência cada vez mais frágil e incompleta dos docentes ou da aprendizagem formal/escolar, em relação às aprendizagens informais dos alunos fora da escola; e finalmente, o último aspecto constante, a marcar o processo de aprendizagem da profissão pelos professores tem a ver com as dificuldades da inserção na profissão, com o começar a ensinar marcado por dificuldades de uma realidade cotidiana que leva os professores principiantes a desistirem, pela insatisfação com o trabalho devido aos baixos salários, a problemas de disciplina com os alunos, à falta de apoio e às poucas oportunidades para participação na tomada de decisões.

Para Marcelo (2009a), ao adentrar o campo da formação docente, deparamo-nos com uma intrincada rede de conceitos e práticas que moldam a identidade profissional dos educadores. Desde as crenças arraigadas desde a formação inicial até a complexa interação entre conhecimento disciplinar e didático, cada aspecto influencia não apenas como os professores ensinam, mas também como percebem seu papel na educação. No texto, Marcelo (2009a) discrimina essas influências, que são:

1. Crenças e Conhecimento: Moldando a Prática

Feiman-Nemser e Pajares (*apud* Marcelo 2009a) oferecem um insight valioso sobre como as crenças dos professores, formadas desde cedo, atuam como filtros e barreiras à mudança. Essas crenças, enraizadas na infância e na cultura, moldam não apenas a maneira como os professores ensinam, mas também como percebem a própria disciplina que lecionam.

2. Conhecimento do Conteúdo: Fundamento da Identidade Profissional

Destaca a importância do conhecimento profundo do conteúdo a ser ensinado. Esse conhecimento não apenas determina o que é ensinado, mas também influencia como é ensinado. A fragmentação e a falta de coordenação entre os diferentes tipos de conhecimento exacerbam os desafios enfrentados pelos professores iniciantes.

3. Conhecimento Prático e Isolamento Profissional

A experiência prática emerge como uma fonte vital de conhecimento para os professores. Zeichner (*apud* Marcelo 2009a) e Dewey (*apud* Marcelo 2009a) ressaltam a importância da experiência reflexiva na formação docente, contrastando com a primazia muitas vezes dada ao conhecimento proposicional. No entanto, o isolamento dos professores nas salas de aula e a falta de colaboração entre pares representam desafios significativos.

4. Motivação e Carreira: Vínculos com os Alunos e Desafios Estruturais

A motivação intrínseca dos professores está intrinsecamente ligada à satisfação de ver os alunos aprenderem e crescerem. No entanto, mudanças na demografia estudantil e na cultura digital exigem que os educadores se adaptem constantemente. Além disso, a estrutura plana da carreira docente muitas vezes leva os professores a se afastarem da sala de aula, perdendo o vínculo direto com os alunos.

5. Responsabilidade e Artesanato: O Papel do Professor na Educação

A imagem do professor como artesão, habilmente construindo conhecimento e habilidades, destaca a responsabilidade individual do educador. No entanto, essa visão muitas vezes ignora as condições sistêmicas e estruturais que influenciam a prática docente.

Segundo Marcelo (2009a) em um cenário de mudança contínua e desafios estruturais, os professores enfrentam a tarefa complexa de construir e manter uma identidade profissional robusta. Para o autor, isso requer não apenas uma compreensão profunda do conteúdo e da prática pedagógica, mas também uma reflexão constante sobre as crenças e valores que moldam sua atuação. À medida que a educação continua a evoluir, os educadores devem permanecer ágeis, adaptáveis e comprometidos com o aprendizado ao longo da vida, buscando sempre o aprimoramento de sua prática em benefício dos alunos e da sociedade como um todo.

A profissão docente enfrenta uma série de desafios que exigem respostas inovadoras para garantir a qualidade da educação em um mundo em constante mudança. Nesse sentido, é essencial analisar as diversas facetas que compõem a identidade e o papel dos professores na sociedade contemporânea, propostas por Marcelo (2009a). São elas:

- a) **Identidade do Professor como Artesão:** O modelo do professor como artesão, proposto por Huberman (*apud* Marcelo 2009a), destaca a necessidade de reconhecer a singularidade e a autonomia do trabalho docente. Esses profissionais muitas vezes desenvolvem suas práticas de forma individualizada, acumulando conhecimento e habilidades de maneira idiossincrática. No entanto, surge a questão de como essa identidade artesanal pode coexistir com propostas cooperativas, como as comunidades de aprendizagem, sugeridas por Talbert e McLaughlin (*apud* Marcelo 2009a).
- b) **Docente como Consumidor de "Fast-Food":** A visão do docente como mero consumidor de reformas educacionais impostas de cima para baixo contrasta com a realidade da prática profissional. A burocratização e a falta de apoio adequado comprometem a eficácia dessas iniciativas, destacando a importância de envolver os professores no processo de mudança e oferecer formação continuada relevante.
- c) **Reconhecimento da Competência e Enfrentamento da Incompetência:** A necessidade de reconhecer e valorizar a competência docente, ao mesmo tempo em que se enfrenta a incompetência, é um desafio crucial. A definição e implementação de padrões profissionais claros, como sugerido por Yinger, Hendricks e Darling-Hammond (*apud* Marcelo 2009a), podem contribuir para a profissionalização do ensino e garantir a qualidade da educação.
- d) **Desconfiança ante as Tecnologias:** A introdução de tecnologias na prática docente esbarra na resistência dos professores, que muitas vezes se veem como artesãos que preferem desenvolver suas próprias abordagens. A falta de integração efetiva das tecnologias na educação destaca a necessidade de programas de formação adequados e de uma abordagem mais colaborativa no uso dessas ferramentas.
- e) **Influência Incompleta dos Docentes:** O papel tradicional da escola e dos professores como principais agentes de influência educativa estão sendo desafiados pela grande quantidade de aprendizagem informal proporcionada pela mídia e pela internet. Os professores enfrentam a competição dessas fontes alternativas de conhecimento, destacando a necessidade de se adaptarem e se reinventarem para permanecerem relevantes.
- f) **Inserção Profissional e Sobrevivência dos Professores Principiantes:** O período de inserção profissional é crucial para a transição dos professores em formação para profissionais autônomos. No entanto, muitos professores iniciantes enfrentam

dificuldades devido à falta de apoio, sobrecarga de responsabilidades e condições precárias de trabalho. É fundamental criar condições favoráveis e oferecer suporte adequado para garantir a retenção desses profissionais na carreira.

Em suma, os desafios enfrentados pela profissão docente, segundo Marcelo (2009a), exigem uma abordagem holística e colaborativa que reconheça a complexidade e a importância do trabalho dos professores na promoção da aprendizagem e no desenvolvimento dos alunos. Para esse autor, a transformação da profissão docente em uma profissão do conhecimento é essencial para garantir a qualidade e a equidade da educação em um mundo em constante evolução.

Portanto, compreender as constantes na identidade profissional docente é crucial para desenvolver políticas e práticas que promovam o bem-estar e a eficácia dos professores, garantindo assim a qualidade da educação e o sucesso dos alunos.

Assim, em um contexto de rápidas mudanças sociais, tecnológicas e culturais, os desafios enfrentados pela profissão docente são complexos e multifacetados. No entanto, ao reconhecer a centralidade dos professores na promoção da aprendizagem e no desenvolvimento dos alunos, Marcelo (2009a) destaca que é possível avançar em direção a uma educação de qualidade e equitativa, com o reconhecimento da autonomia e singularidade dos professores, o enfrentamento dos desafios da prática docente e a promoção de abordagens colaborativas e inovadoras para sua formação (inicial e continuada) e desenvolvimento profissional. Ao abordar esses desafios de maneira abrangente e comprometida, o autor mostra que podemos garantir que a profissão docente continue a desempenhar um papel fundamental na construção de um futuro educacional mais promissor e inclusivo.

Também no texto “Desenvolvimento Profissional Docente: passado e futuro”, Carlos Marcelo (2009b) amplia essa discussão trazendo para o centro do debate o conceito de *desenvolvimento profissional dos professores* como um processo essencial que ocorre tanto individualmente quanto de forma coletiva, dentro do ambiente escolar. Para o autor, ao longo dos anos, esse conceito tem evoluído, reconhecendo-se sua importância como um processo contínuo e de longo prazo. Este processo visa aprimorar as competências dos professores por meio de uma variedade de experiências, sejam elas formais ou informais, refletindo uma mudança na compreensão de como ocorre o aprendizado para ensinar.

Segundo Marcelo (2009b), historicamente, as escolas foram estabelecidas com o propósito de transformar as mentes dos alunos em mentes educadas. No entanto, para que esse direito à educação continue a ser respeitado, é necessário um esforço adicional por parte dos professores, refletindo compromisso, confiança e motivação. Relatórios internacionais, segundo o autor, destacam o papel crucial dos professores na qualidade da educação, salientando a necessidade de atrair, desenvolver e reter professores eficazes.

A compreensão da identidade profissional dos professores é fundamental nesse contexto, pois ela é uma construção complexa que, segundo Marcelo (2009b) evolui ao longo da carreira docente. Influenciada pela escola, por reformas educacionais e pelos contextos políticos, essa identidade abrange compromisso pessoal, valores, conhecimento das matérias e experiências passadas.

Para Marcelo (2009b), atualmente, uma nova perspectiva está surgindo, onde o desenvolvimento profissional é visto como um processo construtivista e contínuo, baseado na reflexão e na prática contextualizada na escola. Essa abordagem reconhece que os professores aprendem ao longo do tempo e que as experiências mais eficazes são aquelas que estão diretamente relacionadas com suas práticas diárias.

Assim, para o autor, o processo de se tornar um professor competente é longo e complexo, começando desde a formação inicial até o desenvolvimento contínuo ao longo da carreira. Os aspirantes a professores trazem consigo um conjunto de crenças sobre o ensino, moldadas por suas experiências de observação durante os anos de estudo. Essas crenças muitas vezes resistem à transformação durante a formação inicial, o que destaca a necessidade de uma abordagem mais eficaz nessa fase.

Marcelo (2009b) chama a atenção também para o fato de que a formação inicial de professores tem sido objeto de críticas devido à percepção de uma desconexão entre teoria e prática, fragmentação do conhecimento e pouca integração com o ambiente escolar. A redução da duração da formação inicial e um foco maior no período de inserção profissional são propostas para melhorar a preparação dos professores.

No entanto, Marcelo (2009b) aponta as críticas a essas propostas, destacando a importância da formação inicial na evolução do professor ao longo de sua carreira, ou seja, tornar-se um professor competente envolve um processo evolutivo complexo que vai além da mera experiência temporal na profissão.

Para esse autor, os professores passam por diferentes estágios de desenvolvimento, evoluindo de iniciantes para especialistas adaptativos, que não apenas

acumulam experiência ao longo do tempo, mas também desenvolvem uma estrutura de conhecimento profundo e multifacetado.

Além disso, o desenvolvimento profissional está intrinsecamente ligado à mudança. Para Marcelo (2009b) os professores mudam suas crenças e práticas de ensino não apenas por meio de atividades de desenvolvimento profissional, mas principalmente ao verificarem a utilidade e exequibilidade dessas novas práticas em sua própria sala de aula. Ou seja, as crenças dos professores desempenham um papel crucial nesse processo de mudança, influenciando tanto a aprendizagem quanto a eficácia das práticas de desenvolvimento profissional. Compreender como os professores constroem e modificam suas crenças é essencial para facilitar seu desenvolvimento profissional de maneira significativa.

Para o autor, o desenvolvimento profissional dos professores também está intrinsecamente ligado ao conhecimento que possuem e como o aplicam em sua prática. O conhecimento pedagógico, o conhecimento sobre as disciplinas que ensinam e o conhecimento didático do conteúdo são elementos essenciais que os professores devem dominar para ensinar de forma eficaz.

Em suma, o desenvolvimento profissional docente é fundamental para garantir a qualidade da educação. À medida que os paradigmas educacionais evoluem, a ênfase na reflexão, na contextualização escolar e na colaboração entre os professores se torna cada vez mais importante. O desenvolvimento profissional docente é um campo amplo e complexo que envolve uma interação dinâmica entre crenças, práticas, conhecimento e mudança. Compreender e apoiar esse processo é crucial para garantir a qualidade da educação e o sucesso dos alunos.

4.3 Sobre o novo ensino médio

No texto “O desmonte da escola pública e os efeitos da reforma do ensino médio: exclusão, precarização, privatização, desresponsabilização do estado”, as entidades nacionais brasileiras do setor educacional, relacionadas na nota de rodapé¹ (ANFOPE *et*

¹ Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio (MNDEM) Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências (ABRAPEC) Associação Brasileira de Currículo (ABdC) Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (FINEDUCA) Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES) Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) Fórum Nacional de Diretores de Faculdades, Centros de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas

all, 2018) denunciam os impactos negativos da reforma do Ensino Médio no Brasil, promovida durante o governo de Michel Temer (maio/2016 a dezembro/2018). Entidades nacionais destacam a precarização da formação das juventudes brasileiras, a privatização e o empresariamento do Ensino Médio público, bem como a desresponsabilização do Estado em relação à sua obrigatoriedade constitucional. Um dos pontos de destaque é a permissão de que até 40% do Ensino Médio seja realizado a distância, o que aprofunda as desigualdades educacionais, particularmente afetando os estudantes da escola pública. Além disso, o uso de recursos públicos para financiar a oferta privada é visto como uma privatização, que vai contra as responsabilidades constitucionais do governo.

Enfatiza-se que a reforma, orientada por interesses mercadológicos e neoliberais, compromete a formação sólida, crítica e socialmente contextualizada dos estudantes. No documento as entidades criticam a falta de participação da sociedade nas atualizações das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e exigem que o Conselho Nacional de Educação (CNE) envolva as partes interessadas na elaboração das normas educacionais. O texto conclama a sociedade a se manifestar em defesa da educação básica e do Ensino Médio de qualidade e exige que o governo e o CNE respeitem as vias tradicionais de elaboração das normas educacionais.

Nessa mesma direção, no texto “A regressividade democrática da BNCC”, Silvas e Giovedi (2022) discutem a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e sua relação com os princípios democráticos na educação. Os autores argumentam que a BNCC não cumpre a pretensão de legalidade e que seu enfoque na “pedagogia das competências” contraria princípios constitucionais. A Constituição de 1988 enfatiza a liberdade de ensinar e aprender, o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, bem como a autonomia das escolas na construção de suas propostas pedagógicas.

O texto enfatiza que a educação democrática requer a promoção de espaços de debate e diversidade de pensamento e que, no entanto, o Brasil, historicamente, enfrentou desafios em sua busca por uma educação democrática devido à exclusão de grupos sociais desfavorecidos.

Argumentam ainda esses autores, que o currículo e a pedagogia estão intrinsecamente ligados, com todas as decisões curriculares refletindo uma pedagogia subjacente. Isso significa que a BNCC, ao prescrever uma pedagogia específica, também impõe uma concepção curricular. Além disso, os autores destacam a importância de

respeitar o pluralismo de concepções pedagógicas e curriculares, conforme estipulado na Constituição.

Essa discussão abrange a necessidade de respeitar as concepções pedagógicas e curriculares diversas na construção do currículo. Silvas e Giovedi (2022) também mencionam a importância de considerar o contexto social e histórico na elaboração do currículo. Além disso, destacam a necessidade de envolver a comunidade na definição do currículo, enfatizando a ética e a política de dar voz aos oprimidos na educação.

O texto discute ainda a questão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no contexto da democracia no Brasil, destacando sua regressividade. Mencionam os autores que, no final do primeiro governo de Dilma Rousseff (2011 a 2014), a compreensão predominante era que a BNCC era cumprida por meio da edição de documentos orientativos. No entanto, movimentos como "Todos pela Base", liderados por entidades privadas e privatistas, como a Fundação Lemann e o Todos pela Educação, buscaram uma abordagem diferente.

A mudança significativa ocorreu durante o governo de Michel Temer, que assumiu em 2016 após um processo controverso, que resultou no impeachment da presidenta eleita – Dilma Rousseff. O governo nomeou representantes favoráveis ao pensamento privatista no Ministério da Educação (MEC) e no Conselho Nacional de Educação (CNE), facilitando a aprovação da BNCC para o Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Infantil. Essas medidas são vistas como favorecedoras do processo de privatização do currículo e do estabelecimento de um "guia curricular" denominado Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

Em resumo, os autores enfatizam a regressão democrática causada pela BNCC, que desconsidera princípios constitucionais e reduz a autonomia das escolas e professores, impondo uma concepção pedagógica única.

Já no texto “A atuação dos grupos de interesse no âmbito do legislativo: a quem interessou a reforma do ensino médio?”, Soares *et all* (2022) abordam a atuação dos grupos de interesse no âmbito do legislativo brasileiro, com foco na Reforma do Ensino Médio (REM) originada da Medida Provisória (MPV) 746/2016. A pesquisa visa analisar a atuação desses grupos no Congresso Nacional, examinando quais grupos de interesse estiveram envolvidos no processo decisório da MPV e quais interesses foram incorporados na proposição aprovada.

O estudo adota uma abordagem qualitativa, combinando levantamento bibliográfico e pesquisa documental para coletar dados. Foram analisadas publicações

oficiais disponíveis no site do Congresso Nacional, incluindo o texto integral MPV, pareceres de relatores, emendas parlamentares e notas taquigráficas de audiências públicas. Além disso, foram considerados materiais públicos disponíveis em sites oficiais e na mídia jornalística publicados por grupos de interesse.

O tratamento dos dados envolveu várias etapas, como pré-análise, exploração do material e tratamento dos dados, inferências e interpretação. A análise se concentrou nos temas abordados nas emendas parlamentares à MPV, revelando questões como: a obrigatoriedade de disciplinas, contratação de professores por "notório saber", carga horária, preparação para o mercado de trabalho, ensino a distância e a manutenção de disciplinas como Filosofia e Sociologia no currículo.

Os autores também destacam a influência do setor industrial-empresarial na REM, sugerindo que a retirada de certos conteúdos do currículo esteja relacionada às demandas desse setor. A REM é vista como parte de um projeto que busca formar um novo tipo de trabalhador, com foco nas competências necessárias para o mercado de trabalho.

O estudo aponta a importância do *lobby* no processo de formulação de políticas públicas e como diferentes grupos de interesse influenciam as decisões legislativas. Além disso, destacam a necessidade de compreender os aspectos institucionais que envolvem a atuação dos atores-chave na defesa de interesses em arenas decisórias, discutindo a atuação de grupos de interesse no âmbito do legislativo, especificamente no contexto da reforma do ensino médio no Brasil. Destacam, ainda, alguns pontos importantes como:

- O poder das medidas provisórias: que permitem ao chefe do Executivo emitir decretos com força de lei imediata, sem a necessidade de consultar o Poder Legislativo, tornando-se um ato monocrático;
- Comissão Mista de Medidas Provisórias (CMMP): para analisar o mérito das medidas provisórias, é criada uma Comissão Mista composta por deputados e senadores, que emitem pareceres e podem aprovar, rejeitar ou emendar as proposições;
- Poder das comissões: após a Constituição de 1988, as comissões ganharam poder conclusivo, permitindo que grupos organizados participem, facilitem a coleta e distribuição de informações, reduzam os custos de decisão e alcancem seus objetivos;
- A influência dos partidos políticos: a expertise e o arcabouço profissional e político anterior dos parlamentares influenciam a designação para as comissões,

e as CMMP também são ambicionadas pelos partidos, pois a aprovação da proposição é de interesse do Poder Executivo;

- Orientação político-ideológica: a votação da MPV 746/2016 revela uma orientação política-ideológica clara dos partidos, com 100% dos partidos à esquerda, votando contra a reforma, destacando a importância da ideologia em questões políticas.
- Grupos de interesse e suas preferências: que vocalizaram suas propostas e influenciaram os parlamentares, destacando a discordância em relação a aspectos como o fatiamento do currículo, reconhecimento do "notório saber", ampliação da jornada e a obrigatoriedade de disciplinas como Filosofia, Sociologia, Artes e Educação Física;
- A formação do Bloco 1: grupos de interesse que se posicionaram integral ou parcialmente contra as mudanças propostas na MPV 746/2016, com preferências específicas, influenciaram as emendas parlamentares e o resultado da MPV.

Os grupos de interesse mencionados no texto incluem a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC), UNIBANCO, Instituto Alfa e Beto, Estácio de Sá, Movimento Todos Pela Educação, Instituto de Estudos do Trabalho e da Sociedade, Unicesumar, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e Conselho de Secretários Estaduais de Educação (CONSED). Essas organizações buscaram influenciar a legislação educacional, promovendo uma abordagem mais orientada para o mercado de trabalho no ensino médio.

O texto também destaca a importância da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e como essa base curricular se alinhou com os interesses dos grupos mencionados. Além disso, os autores observam que as mudanças propostas favoreciam os setores empresariais interessados na padronização do ensino para atender a fins mercadológicos.

Em suas análises Soares *et al* (2022) apontam que essas mudanças na política educacional podem ter consequências negativas, como a inserção de jovens em um mercado de trabalho instável e altamente dependente do setor privado. No entanto, o texto também reconhece que houve resistência à reforma, com grande parte da população se opondo a ela.

No geral, o texto mostra como os grupos de interesse desempenharam um papel fundamental na elaboração da reforma do ensino médio no Brasil, destacando os interesses econômicos e a influência desses grupos no processo legislativo.

Já de acordo com o documento “Carta aberta pela revogação da reforma do ensino médio (LEI 13.415/2017) – Formação em Movimento”, publicado na Revista da ANFOPE, em 2003, durante o governo Lula, um seminário em Brasília marcou o início das discussões sobre a reformulação do Ensino Médio no Brasil, buscando enfrentar a fragmentação curricular e colocar as juventudes da escola pública no centro do debate. Diversas iniciativas foram propostas, destacando-se a integração dos eixos ciência, cultura, trabalho e tecnologia no currículo. No entanto, em 2016, uma reforma acelerada foi implementada, utilizando medidas autoritárias e ignorando o processo de discussão em curso desde 2012. A Reforma do Ensino Médio, convertida na Lei 13.415/2017, foi criticada por diversas entidades e provocou intensos movimentos de ocupação estudantil em protesto. A implementação da reforma durante a pandemia revelou sua faceta autoritária, impedindo o debate democrático e a participação das comunidades escolares.

A Reforma do Ensino Médio, ao invés de integrar, desintegrou o sistema, promovendo um modelo fragmentado e prejudicial. A suposta liberdade de escolha dos estudantes se mostrou ilusória, limitada pelos itinerários formativos impostos pelas escolas. Além disso, a reforma comprometeu a qualidade do ensino público, ampliando a adoção de ensino em tempo integral sem garantir investimentos adequados, desregulamentando a profissão docente e aumentando a oferta de Educação a Distância, o que acentuou as desigualdades educacionais e sociais. Por isso, é urgente a revogação da Reforma do Ensino Médio e a abertura de um amplo processo participativo e democrático para discutir esta etapa crucial da Educação Básica.

Em resumo, a carta aberta destaca a trajetória histórica das discussões sobre a reforma do Ensino Médio desde 2003, enfatiza as falhas e críticas à Reforma implementada em 2017, e aponta os impactos negativos dessa reforma, especialmente durante a pandemia. O texto conclui ressaltando a necessidade de revogação da reforma e a realização de um debate democrático respaldado nos princípios da legislação educacional vigente e nas contribuições do campo progressista e democrático.

No texto “O Desmonte da Escola Pública e os Efeitos da Reforma do Ensino Médio: exclusão, precarização, privatização, desresponsabilização do Estado”, entidades nacionais denunciam os efeitos prejudiciais da Reforma do Ensino Médio, promovendo a exclusão, precarização e privatização da educação pública no Brasil. A reforma permite

o uso de recursos públicos, incluindo do FUNDEB, para parcerias com o setor privado, inclusive para cursos a distância, intensificando a precariedade da oferta pública. Isso aprofunda as desigualdades educacionais e sociais, retirando o direito à formação plena dos jovens, principalmente os da escola pública, em violação à Constituição Federal de 1988. A mudança curricular baseada em interesses mercadológicos compromete uma formação sólida e crítica para todos os estudantes. A falta de participação da sociedade na elaboração das normas agrava o problema. Diante disso, as entidades exigem respeito às vias tradicionais de elaboração das normas educacionais e convocam a sociedade para defender uma educação básica de qualidade e um Ensino Médio acessível a todos. Em síntese, o texto relata os impactos negativos da reforma no sistema educacional brasileiro e apela para uma mobilização em defesa da educação pública e democrática.

Para encerrar esta parte referente aos apoios teóricos cumpre destacar como os autores estão interligados e permitem conduzir a leitura e análise dos dados obtidos.

Enfatizando a necessidade de estabelecer parcerias com os docentes, promovendo a criação de grupos de investigação da prática pedagógica, Franco (2019) ressalta a importância de uma abordagem participativa e dialógica na promoção da formação continuada aos professores, destacando que ela não é apenas um complemento à formação inicial, mas sim um processo contínuo, dialético, que precisa ser baseado numa abordagem emancipatória, na reflexão crítica e na transformação coletiva das práticas educativas.

Da mesma forma, ao reconhecer a centralidade dos professores na promoção da aprendizagem e no desenvolvimento dos alunos, Marcelo (2009a) mostra como é possível avançar em direção a uma educação de qualidade e equitativa, com o reconhecimento da autonomia e singularidade dos professores, o enfrentamento dos desafios que enfrentam na prática docente e a promoção de abordagens colaborativas e inovadoras para sua formação e desenvolvimento profissional – processo que ocorre tanto individualmente quanto de forma coletiva, dentro do ambiente escolar, baseado na reflexão e na prática contextualizada na escola (Marcelo, 2009b).

Para tanto, Marin (2019) destaca a importância de se considerar a forma como concebemos e denominamos o processo de formação continuada de professores em exercício, uma vez que são eles que embasam decisões e ações na escola – o que significa rever o uso de termos comuns presentes no discurso cotidiano, tais como reciclagem, treinamento, aperfeiçoamento, capacitação – para utilizar especialmente: educação permanente, formação continuada e educação continuada – que são termos que

convergem em torno da ideia de um processo educativo contínuo, em constante desenvolvimento ao longo da vida profissional. Ou seja, a educação continuada não se resume a simples atualizações, mas a processos dinâmicos e reflexivos que promovem o desenvolvimento profissional e a melhoria contínua das práticas educativas.

Por outro lado, promover o processo de formação continuada de professores na escola, de forma alinhada às orientações da política educacional exige o conhecimento das propostas para o novo Ensino Médio e seu contexto de elaboração.

A esse respeito, o estudo de Soares *et al* (2022) aborda a atuação de *lobbies* de diferentes grupos de interesse que influenciaram as decisões legislativas em relação à Reforma do Ensino Médio, abordando questões como: a obrigatoriedade de disciplinas, contratação de professores por "notório saber", carga horária, preparação para o mercado de trabalho, ensino a distância e a manutenção de disciplinas como Filosofia e Sociologia no currículo e destacando a influência do setor industrial-empresarial, sugerindo que a retirada de certos conteúdos do currículo esteja relacionada às demandas desse setor e configurando um projeto que busca formar um novo tipo de trabalhador, com foco nas competências necessárias para o mercado de trabalho.

Também a ANFOPE *et al* (2018) denunciam os impactos negativos da reforma do Ensino Médio no Brasil, promovida durante o governo de Michel Temer (maio/2016 a dezembro/2018), destacando a precarização da formação das juventudes brasileiras, a privatização e o empresariamento do Ensino Médio público, bem como a desresponsabilização do Estado em relação à sua obrigatoriedade constitucional.

Da mesma forma, Silvas e Giovedi (2022) discutem a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e sua relação com os princípios democráticos na educação, argumentando que a BNCC não cumpre a pretensão de legalidade e que seu enfoque na "pedagogia das competências" contraria princípios constitucionais, uma vez que, a Constituição de 1988, enfatiza a liberdade de ensinar e aprender, o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, bem como a autonomia das escolas na construção de suas propostas pedagógicas.

Nessa linha de raciocínio, também a ANFOPE (2018), em Carta aberta pela revogação da reforma do ensino médio (LEI 13.415/2017), argumenta que, ao invés de integrar, a reforma desintegrou o sistema, promovendo um modelo fragmentado e prejudicial. A suposta liberdade de escolha dos estudantes se mostrou ilusória, limitada pelos itinerários formativos impostos pelas escolas. Além disso, a reforma comprometeu a qualidade do ensino público, ampliando a adoção de ensino em tempo integral sem

garantir investimentos adequados, desregulamentando a profissão docente e aumentando a oferta de Educação a Distância, o que acentuou as desigualdades educacionais e sociais.

Também em Manifesto de 2018, diferentes entidades nacionais denunciam os efeitos prejudiciais da Reforma do Ensino Médio, promovendo a exclusão, precarização e privatização da educação pública no Brasil. A reforma permite o uso de recursos públicos, incluindo do FUNDEB, para parcerias com o setor privado, inclusive para cursos a distância, intensificando a precariedade da oferta pública.

5 OS RESULTADOS OBTIDOS: DAS CONCEPÇÕES DE ENSINO MÉDIO NOS DOCUMENTOS OFICIAIS ÀS AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NOS DOCUMENTOS DO CENTRO PAULA SOUZA E DA ETEC

Nesta parte da Dissertação estão reunidos os dados coletados para responder as perguntas norteadoras da pesquisa:

- O que propõe a legislação específica sobre o chamado novo ensino médio?
- O que essa legislação prevê sobre formação continuada de professores para atuar nesse novo projeto de ensino médio?
- A ETEC alvo da pesquisa tem oferecido algum programa pedagógico ou de formação continuada para os professores lecionarem os novos componentes dos itinerários formativos do Novo Ensino Médio – em especial o componente “Projetos de Aprofundamento”?
- Que dizem os documentos da instituição (centrais/Centro Paula Souza e da unidade escolar/ETEC) sobre essa formação – Projeto político-pedagógico da unidade, projeto de gestão escolar e coordenação e outros?

5.1 O Centro Paula Souza

O que é o Centro Paula Souza

O Centro Paula Souza (CPS) é uma autarquia do Governo do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação. Presente em 345 municípios, a instituição administra 228 Escolas Técnicas (ETECs), 79 Faculdades de Tecnologia (FATECs) estaduais e 468 Classes Descentralizadas (unidades que oferecem um ou mais cursos, sob a administração de uma ETEC). Atualmente, o CPS tem mais de 317 mil alunos matriculados em cursos técnicos de nível médio e superior tecnológicos.

Nas ETECs, mais de 226 mil estudantes estão matriculados nos Ensinos Técnico, Integrado, Médio e Especialização Técnica, incluindo habilitações nas modalidades presencial, semipresencial e online. As ETECs oferecem 237 cursos, voltados a todos os setores produtivos públicos e privados.

Já as FATECs atendem mais de 91 mil alunos matriculados em 96 cursos de graduação tecnológica, em diversas áreas, como Construção Civil, Mecânica, Informática, Tecnologia da Informação, Turismo, entre outras.

Além da graduação, o CPS oferece cursos de pós-graduação, atualização tecnológica e extensão.

Além da diversidade de cursos, um dos pontos fortes do Centro Paula Souza é a gratuidade do ensino. Isso permite que uma ampla gama de alunos tenha acesso à formação de qualidade sem custo algum, promovendo a inclusão social e abrindo portas para um futuro mais promissor. O acesso aos cursos é feito por meio de um processo seletivo competitivo, conhecido como **vestibulinho** para as ETECs e **vestibular** para as FATECs, garantindo uma seleção de estudantes motivados e específicos em se qualificar profissionalmente.

Outro aspecto importante do CPS é a sua proximidade com o setor produtivo. A instituição busca constantemente parcerias com empresas, setores e organizações para ajustar seus currículos às necessidades do mercado. Isso não só melhorou a qualidade do ensino, mas também aumentou as chances de empregabilidade dos alunos após a conclusão dos cursos. Estágios, visitas técnicas e projetos de inovação são algumas das ações realizadas em conjunto com o setor privado para oferecer uma formação mais prática e alinhada às exigências atuais do mundo do trabalho.

A instituição também é reconhecida como Instituto de Ciência e Tecnologia (ICT), uma organização sem fins lucrativos de administrações públicas ou privadas, que tem como principal objetivo a criação e o incentivo a pesquisas científicas e tecnológicas. (<https://www.cps.sp.gov.br/institucional/sobre-o-centro-paula-souza/>)

Frequentemente o CPS oferece aos seus servidores cursos de formação continuada nas modalidades presencial, semipresencial e a distância. Essas formações podem ser acessadas através do site <https://portaldoparticipante.cps.sp.gov.br> em uma área denominada “Portal do Participante”.

Portal do Participante

Login

Acesse usando o seu e-mail e senha:

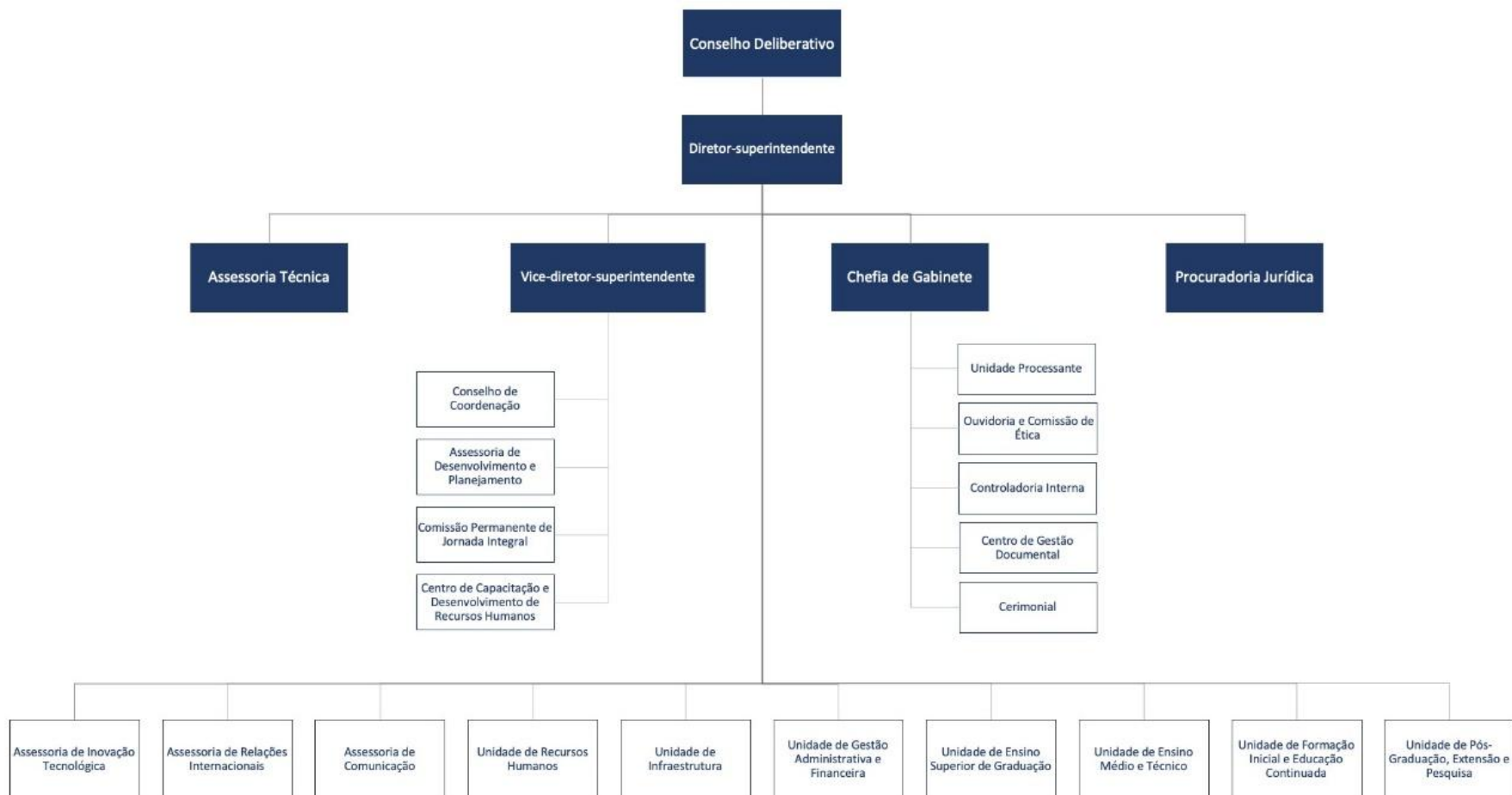
☐ Lembrar meu login? [Esqueci minha Senha](#)

[Não está cadastrado?](#)

Se você já acessa o sistema Sala Digital ou o SIPEP, utilize o mesmo login e senha para acesso ao Portal do SIPEP, caso contrário clique [AQUI](#) para efetuar o seu cadastro no Portal. No caso de dúvidas envie uma mensagem para a nossa equipe de suporte através do [FALE CONOSCO](#).

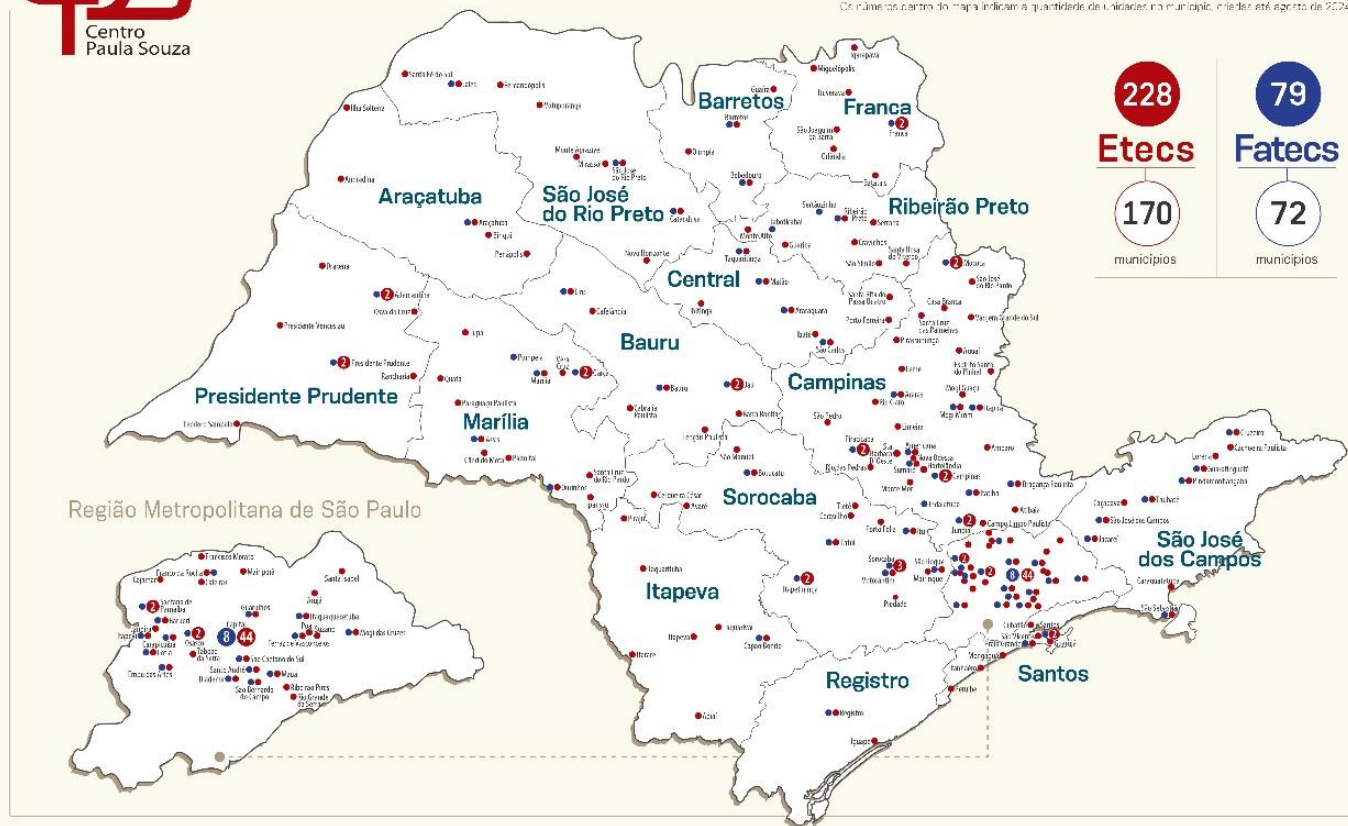
O horário de funcionamento do sistema é das 07:00 às 23:00

Organograma do Centro Paula Souza



Fonte: <https://www.cps.sp.gov.br/institucional/organograma/>

Os números dentro do mapa indicam a quantidade de unidades no município, e dados até agosto de 2024.



Fonte: <https://www.cps.sp.gov.br/asscom/manuais-assessoria-de-comunicacao/>

5.2 A ETEC alvo da pesquisa

A ETEC alvo da pesquisa está localizada em uma cidade do interior do estado de São Paulo, é uma referência nos cursos de ensino médio integrado ao técnico e cursos técnicos da região. A ETEC beneficia-se de localização estratégica com fácil acesso ao transporte público e proximidade de serviços essenciais, o que favorece o deslocamento de alunos de diversas partes da cidade e de municípios vizinhos.

Fundada com o objetivo de oferecer educação pública de qualidade, a ETEC integra o sistema do Centro Paula Souza, órgão do Governo do Estado de São Paulo que coordena as Escolas Técnicas Estaduais (ETECs) e Faculdades de Tecnologia (FATECs) em todo o estado. Desde a sua criação, a escola tem se empenhado em formar profissionais qualificados, prontos para atender às demandas do mercado regional e nacional. Essa missão é reforçada por sua proposta pedagógica, que prioriza uma educação prática, focada na resolução de problemas e na formação cidadã.

A escola oferece uma ampla gama de cursos, tanto no ensino médio integrado ao técnico de período integral (MTec-PI) quanto cursos técnicos, voltados para as necessidades específicas do mercado local e das regiões vizinhas.

Os cursos ofertados pela ETEC alvo da pesquisa são:

-  Ensino Médio Integrado ao Técnico em Administração (MTec-PI)
-  Ensino Médio Integrado ao Técnico em Edificações (MTec-PI)
-  Ensino Médio Integrado ao Técnico em Desenvolvimento de Sistemas (MTec-PI)
-  Ensino Médio Integrado ao Técnico em Informática (MTec-PI)
-  Ensino Médio Integrado ao Técnico em Mecatrônica (MTec-PI)
- Técnico em Administração
- Técnico em Edificações
- Técnico em Eletrotécnica
- Técnico em Enfermagem
- Técnico em Desenvolvimento de Sistemas
- Técnico em Logística
- Técnico em Mecânica
- Técnico em Nutrição e Dietética
- Técnico em Recursos Humanos
- Técnico em Segurança do Trabalho

- Técnico em Sistemas de Energias Renováveis
- Técnico em Soldagem

A ETEC em questão possui mais duas classes descentralizadas de Ensino Técnico em cidades da região e mais uma classe, em uma outra Escola Estadual dentro do próprio município, em parceria com a Secretaria de Educação com o curso de Ensino Médio Integrado ao Técnico em Administração denominado - Intercomplementar.

A ETEC alvo da pesquisa conta atualmente com 1.165 alunos matriculados e 76 professores concursados (indeterminados), onde 44 professores estão habilitados para lecionar nos componentes dos “Projetos de Aprofundamento” do novo ensino médio.

O ambiente escolar é pautado por valores como respeito, ética, cooperação e empatia, visando criar um espaço de aprendizado seguro e inclusivo para todos. A gestão democrática e participativa é uma das marcas da ETEC, com uma política institucional que valoriza o trabalho colaborativo entre docentes, alunos, familiares e comunidade. A escola também incentiva a prática de atividades extracurriculares, como o Grêmio Estudantil, que promove o protagonismo dos alunos na organização de eventos culturais, sociais e esportivos.

No âmbito pedagógico, a ETEC incentiva o uso das metodologias ativas de ensino, como a aprendizagem baseada em projetos e problemas. A avaliação contínua busca não apenas medir o conhecimento técnico, mas também desenvolver competências socioemocionais essenciais para o mundo do trabalho, como liderança, comunicação e trabalho em equipe.

A ETEC não se limita a formar profissionais, mas também cidadãos comprometidos com a transformação social. A escola promove projetos sociais, ações de voluntariado e campanhas de conscientização, reforçando o papel da educação na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Dessa forma reafirma sua importância como um dos principais centros de ensino da região, combinando tradição e inovação para oferecer uma educação de excelência.

A Matriz Curricular apresentada a seguir constitui um exemplo – referente à Habilitação Profissional em Administração – desse esforço de formação a ser oferecida aos alunos de ensino médio – entre outras 4 Habilitações também oferecidas: Desenvolvimento de Sistemas, Edificações, Informática e Mecatrônica.



CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Rua dos Andradas, 140 – Santa Ifigênia – 01208-000 – São Paulo – SP
(11) 3324-3300 – <http://www.cps.sp.gov.br>

MATRIZ CURRICULAR – 2024 – ENSINO MÉDIO COM HABILITAÇÃO PROFISSIONAL								
Unidade Escolar		Código	Município					
Eixo Tecnológico		GESTÃO E NEGÓCIOS						
Habilitação Profissional		TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO (Período Integral)				Plano de Curso	605	
Lei Federal 9394, de 20-12-1996; Lei 13415, de 16-2-2017; Resolução CNE/CEB 2, de 15-12-2020; Resolução CNE/CP 1, de 5-1-2021; Resolução CNE/CEB 3, de 21-11-2018; Resolução SE 78, de 7-11-2008; Decreto Federal 5154, de 23-7-2004, alterado pelo Decreto 8.268, de 18-6-2014; Parecer CNE/CEB 11, de 12-6-2008; Deliberação CEE 207/2022 e Indicação CEE 215/2022. Plano de Curso aprovado pela Portaria do Coordenador do Ensino Médio e Técnico – 2450, de 4-10-2022, publicada no Diário Oficial de 5-10-2022 – Poder Executivo – Seção I – página 43.								
Base Nacional Comum Curricular	Área de Conhecimento	Componentes Curriculares	Carga Horária em Horas-aula				Carga Horária em Horas	
			1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	Total		
			2024	2025	2026			
	Linguagens e suas Tecnologias	Língua Portuguesa	120	120	160	400	333	
		Língua Inglesa	80	80	80	240	200	
		Arte	80	-	-	80	67	
		Educação Física	80	80	-	160	133	
	Matemática e suas Tecnologias	Matemática	120	120	160	400	333	
	Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Física	80	80	-	160	133	
		Química	80	80	-	160	133	
Biologia		80	80	-	160	133		
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	História	80	80	-	160	133		
	Geografia	80	80	-	160	133		
	Filosofia	-	40	-	40	33		
	Sociologia	-	-	40	40	33		
Total da Base Nacional Comum Curricular			880	840	440	2160	1800	
Parte Diversificada	Projetos de Aprofundamento	Estudos Avançados em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Prática	40	40	120	200	167
		Estudos Avançados em Matemática e suas Tecnologias	Prática	40	40	120	200	167
		Laboratório de Investigação Científica	Teoria	80	-	-	80	67
		Práticas de Empreendedorismo	Teoria	80	-	-	80	67
		Laboratório de Mediação e Intervenção Sociocultural	Teoria	-	80	-	80	67
		Laboratório de Processos Criativos	Teoria	-	80	-	80	67
		Total dos Projetos de Aprofundamento	240	240	240	720	600	
	Formação Técnica e Profissional	Desenvolvimento das Ações de Marketing e dos Processos Comerciais	Prática	80	-	-	80	67
		Legislação Empresarial	Teoria	80	-	-	80	67
		Planejamento e Organização de Rotinas Administrativas	Teoria	80	-	-	80	67
		Aplicativos informatizados	Prática	80	-	-	80	67
		Custos, Processos e Operações contábeis	Teoria	-	120	-	120	100
		Planejamento e Organização de Rotinas de Departamento Pessoal	Prática	-	80	-	80	67
		Desenvolvimento de Modelos de Negócios	Prática	-	80	-	80	67
		Estudos da Administração Pública	Teoria	-	80	-	80	67
		Administração Financeira e Orçamentária	Teoria	-	-	120	120	100
		Administração da Produção e Serviços	Teoria	-	-	120	120	100
		Administração de Recursos Humanos	Teoria	-	-	120	120	100
		Estudos de Economia, Mercado e de Comércio Internacional	Teoria	-	-	80	80	67
		Ética e Cidadania Organizacional	Teoria	-	-	40	40	33
		Planejamento e Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Administração	Prática	-	-	120	120	100
		Processos Logísticos Empresariais	Teoria	-	-	80	80	67
		Tecnologia da Informação em Administração	Prática	-	-	80	80	67
		Total da Formação Técnica e Profissional	320	360	760	1440	1200	
Total da Parte Diversificada			560	600	1000	2160	1800	
TOTAL GERAL DO CURSO			1440	1440	1440	4320	3600	
Aulas semanais			36	36	36	-	-	
Certificados e Diploma		1ª Série	Qualificação Profissional Técnica de Nível Médio de AUXILIAR ADMINISTRATIVO					
		1ª + 2ª Séries	Qualificação Profissional Técnica de Nível Médio de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO					
		1ª + 2ª + 3ª Séries	Habilitação Profissional de TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO					
Observações	1. Todos os componentes curriculares preveem prática, expressa nas habilidades relacionadas às competências. Neste documento, para fins de organização da unidade escolar, os componentes curriculares com a carga horária descrita como "Prática", são aqueles a serem desenvolvidos em laboratórios (com previsão de divisão de classes em turmas).							
	2. Trabalho de Conclusão de Curso: 120 horas.							
	3. Horas-aula de 50 minutos (a carga horária não contempla o intervalo).							
Data:			Homologação:					
____/____/____			____/____/____					
DIRETOR DE ETEC (assinatura e carimbo)			SUPERVISOR EDUCACIONAL (assinatura e carimbo)					

5.3 Sobre o novo ensino médio, a formação continuada dos professores e o trabalho com os alunos

Os **Quadros 1, 2, 3, 4 e 5**, apresentados a seguir, reúnem informações extraídas dos documentos analisados, organizando um panorama geral, respectivamente, sobre:

- o novo ensino médio – **Quadro 1**;
- as relações entre ensino médio, mercado de trabalho e formação geral de jovens – **Quadro 2**;
- a formação continuada a ser oferecida aos professores – **Quadro 3**;
- o trabalho a ser realizado com os alunos – **Quadro 4**;
- o trabalho a ser realizado nos componentes curriculares do “Projetos de Aprofundamento” – **Quadro 5**.

Vale salientar que os dados constantes nos Quadros são fiéis ao teor de cada documento e à forma e linguagem que os documentos utilizam para se referirem aos diferentes aspectos abordados.

Os **Quadros 1 e 2** (relativos a como os documentos se referem à proposta do novo ensino médio e às relações entre o trabalho a ser realizado no ensino médio / as demandas do mercado de trabalho / e a necessidade de formação geral dos jovens) são apresentados a seguir para oferecer, inicialmente, uma visão geral das concepções que norteiam esse chamado “novo ensino médio” e que vão nortear também a formação continuada a ser oferecida aos professores para realização de seu trabalho com os alunos, em especial nos componentes curriculares do “Projetos de Aprofundamento” (apresentados nos **Quadros 3, 4 e 5**).

Quadro 1: O que propõem os documentos sobre o ensino médio

Documento	Novo ensino médio
ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – ANFOPE et all. O Desmonte da Escola Pública e os Efeitos da Reforma do Ensino Médio: exclusão, precarização, privatização, desresponsabilização do Estado. Mar. 2018. Disponível em: https://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2018/11/Manifesto_entidades-Ensino-Medio-20mar%C3%A7o2018.pdf	- A reforma é vista como uma ameaça à qualidade da educação, ao reduzir o currículo e promover a educação a distância. As entidades argumentam que isso compromete a formação integral dos estudantes, que necessitam de um ambiente escolar rico e presencial para desenvolverem suas habilidades e conhecimentos de forma plena.
ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – ANFOPE et all . DOCUMENTO: Carta Aberta pela Revogação da Reforma do Ensino Médio (LEI 13.415/2017). Formação em Movimento – Revista da ANFOPE. Rio de Janeiro-RJ: ANFOPE/UFRRJ, v.4, i.1, n.8, p. 675-680, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufrrj.br/index.php/formov/article/view/471/479	O documento contém várias ideias e orientações importantes sobre a definição de um novo Ensino Médio. As principais ideias e orientações incluem: Crítica ao Ensino Médio Atual (Fragmentação curricular, implementação autoritária, precarização, privatização e aumento das desigualdades educacionais). Orientações para um Novo Ensino Médio (Currículo integrado e democrático, educação inclusiva e equitativa, fortalecimento da formação científica e humanística, respeito à profissão docente, educação pública de qualidade e participação democrática) Chamado à Ação (Revogação da Lei 13.415/2017, novo debate participativo e democrático sobre o Ensino Médio)
BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília-DF: Conselho Nacional de Educação, Define as competências e habilidades essenciais que devem ser desenvolvidas ao longo da educação básica, incluindo o Ensino Médio. A	O objetivo principal é tornar o ensino médio mais flexível, atraente e alinhado às necessidades dos estudantes, promovendo uma formação mais integral e conectada ao mundo do trabalho e da vida acadêmica. As principais ideias e orientações da BNCC relacionadas ao Novo Ensino Médio são: 1.3.1.1 Currículo Flexível e Itinerários Formativos • . O currículo passa a ser dividido em duas partes: ○ Parte comum: Conteúdos obrigatórios definidos pela BNCC, que abrangem as áreas do conhecimento.

BNCC estabelece as diretrizes para a formação geral básica e os itinerários formativos.	○ Parte diversificada: Itinerários formativos, que permitem aos alunos aprofundar os seus estudos em áreas de maior interesse, como Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, ou Formação Técnica e Profissional. • O objetivo dessa flexibilização é oferecer um ensino mais adequado às necessidades individuais dos estudantes, promovendo maior autonomia e protagonismo juvenil. 2. Competências e Habilidades • A BNCC promove o desenvolvimento de competências gerais que são essenciais para o século XXI, tais como: ○ Pensamento crítico e resolução de problemas; ○ Competências socioemocionais, como empatia, autocontrole, e capacidade de trabalhar em equipe; ○ Autonomia e responsabilidade; ○ Cultura digital, desenvolvendo habilidades de uso consciente e produtivo das tecnologias digitais. • Essas competências têm como objetivo preparar os estudantes para os desafios da vida contemporânea, tanto no mercado de trabalho quanto na cidadania. 3. Carga Horária Ampliada • O novo ensino médio aumenta a carga horária mínima, passando de 800 horas anuais para 1.000 horas anuais, com o objetivo de atingir um total de 3.000 horas ao longo dos três anos. Essa mudança é pensada para proporcionar mais tempo de aprendizado e aprofundamento nos itinerários formativos escolhidos pelos estudantes. 4. Integração entre Teoria e Prática • A BNCC incentiva a integração entre teoria e prática, promovendo o desenvolvimento de projetos interdisciplinares e atividades práticas que se aproximam dos conteúdos escolares da realidade dos alunos e do mundo do trabalho. Isso pode incluir a criação de projetos de pesquisa, estágios supervisionados, ou atividades que envolvem a comunidade. 1.3.1.2 Área Comum de Formação Geral Básica • Apesar da flexibilidade oferecida pelos itinerários formativos, todos os alunos devem cumprir uma formação geral básica, que está homologada às quatro áreas do conhecimento: ○ Linguagens e suas tecnologias (incluindo Língua Portuguesa, Artes, Educação Física e Língua Estrangeira);
--	--

	○ Matemática e suas tecnologias; ○ Ciências da Natureza e suas tecnologias (Biologia, Física e Química); ○ Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (História, Geografia, Filosofia e Sociologia). • Essa formação garante que os estudantes tenham uma base de conhecimento comum, essencial para a sua formação como cidadãos críticos e participativos. 1.3.1.3 Formação Técnica e Profissional • O novo ensino médio também permite a inclusão de formação técnica e profissional como parte dos itinerários formativos. Dessa forma, os alunos podem optar por um percurso que combine o ensino regular com uma formação profissionalizante, ajudando a integrar o aluno mais rapidamente ao mercado de trabalho ou a seguir estudos técnicos de nível superior. 1.3.1.4 Avaliação Formativa e Processual • A BNCC orienta que as avaliações no novo ensino médio devem ter um caráter formativo e processual, ou seja, não se limitando a provas e exames finais. O foco deve ser o acompanhamento contínuo do desenvolvimento das habilidades e competências dos alunos ao longo do tempo. • Além disso, os alunos devem valorizar as diferentes formas de aprendizagem e promover uma reflexão crítica por parte dos estudantes. 8. Foco no Protagonismo Juvenil 6. Uma das principais ideias do novo ensino médio é o foco no protagonismo do aluno, incentivando os jovens a terem maior participação na construção do seu percurso educacional. A possibilidade de escolha dos itinerários formativos e a ênfase em projetos interdisciplinares visam envolver mais os estudantes e fazer com que eles se sintam mais motivados a aprender e se desenvolver. 9. Educação Integral • O documento promove uma educação integral, que busca não apenas o desenvolvimento cognitivo dos alunos, mas também a formação ética, emocional e social. A ideia é que o ensino médio prepare os jovens para todos os aspectos da vida, não apenas para o vestibular ou o mercado de trabalho, mas também para a convivência em sociedade e para os desafios do mundo moderno.
--	--

	Essas mudanças visam transformar o ensino médio em uma etapa mais atraente e significativa para os estudantes, promovendo uma formação mais conectada com seus interesses e com as demandas do mundo atual.
BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, incluindo as regras gerais para o Ensino Médio. Brasília-DF: MEC, 1996.	Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), por ser anterior ao Novo Ensino Médio faz referência apenas ao ensino médio. A definição de ensino médio está estabelecida no artigo 35. O ensino médio é considerado a etapa final da educação básica e deve ter uma duração mínima de três anos. As principais finalidades dessa etapa de ensino, de acordo com a LDB, são: 1. Consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, permitindo ao aluno prosseguir com seus estudos; 2. Preparação básica para o trabalho e o exercício da cidadania, de modo que o estudante seja capaz de continuar aprendendo e adaptar-se a novas condições de trabalho ou aperfeiçoamento; 3. Aprimoramento do indivíduo como pessoa humana, com ênfase na formação ética, no desenvolvimento da autonomia intelectual e no pensamento crítico; 4. Compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática em cada disciplina.
BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Lei Parecer CNE/CP nº 15/2017: Aprova a BNCC para o Ensino Médio e orienta a implementação das mudanças curriculares propostas. Brasília-DF: MEC, 2017.	As principais ideias e orientações do Parecer CNE/CP nº 15/2017 em relação ao novo Ensino Médio é que o novo Ensino Médio seja organizado de forma mais flexível e diversificada, dividido em formação geral básica, baseada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com foco nas competências gerais da educação básica e Itinerários Formativos que ofereça percursos de aprofundamento nas áreas de Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, além da formação técnica e profissional . Também cita o protagonismo do aluno na educação integral e na conexão com o mercado de trabalho.
BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Lei nº 13.415/2017: Altera a LDB e institui a reforma do Ensino Médio, introduzindo a flexibilização curricular, a ampliação da carga horária, e os itinerários formativos. Brasília-DF: MEC, 2017.	A Lei nº 13.415/2017 trouxe uma profunda reformulação para o ensino médio no Brasil, com o objetivo de modernizar e adaptar esse nível de ensino às demandas atuais e às necessidades dos jovens brasileiros. Entre as principais ideias contidas na lei, destaca-se a busca por flexibilizar o currículo, aumentar a carga horária e oferecer mais opções de formação, com o intuito de tornar a educação mais atrativa e relevante para os estudantes. Um dos pilares centrais da reforma é a flexibilização do currículo, que agora é dividido em duas partes. A primeira parte, popularmente chamada de “Base Comum”, é obrigatória para todos os alunos e inclui disciplinas essenciais como língua portuguesa, matemática (devem ser oferecidas durante todos os três anos

	do ensino médio), ciências, história e geografia. A segunda parte é composta pelos itinerários formativos, que oferecem ao estudante a possibilidade de escolher uma área de conhecimento de acordo com seus interesses e objetivos pessoais. Esses itinerários estão organizados em cinco grandes áreas: linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e sociais aplicadas, e a formação técnica e profissional. Essa inovação foi pensada para criar um ensino mais personalizado e alinhado às aspirações de cada aluno, permitindo uma educação menos padronizada e mais conectada à realidade de cada estudante. A ideia é que essa possibilidade de escolha permita aos jovens direcionarem sua formação para áreas que mais se alinhem com seus projetos de vida e com o mercado de trabalho, tornando o ensino médio mais significativo. Além disso, o foco na formação técnica e profissional responde a uma demanda crescente por profissionais capacitados em áreas técnicas, o que permite aos alunos uma qualificação prática já no ensino médio, facilitando sua inserção no mundo do trabalho. Com a reforma, o aumento da carga horária mínima do ensino médio passa a ser de 1.000 horas anuais, com uma meta de chegar, gradualmente, a 3.000 horas ao longo dos três anos do ensino médio. Além disso, a lei incentiva a implementação de escolas em tempo integral, com jornadas de 1.400 horas por ano, oferecendo mais tempo para que os alunos se aprofundem nos conteúdos e desenvolvam habilidades práticas. O aumento da carga horária visa dar mais robustez à formação dos estudantes, garantindo mais tempo para a assimilação dos conhecimentos essenciais e permitindo um aprofundamento nas áreas de maior interesse. A possibilidade de parcerias entre as redes de ensino e instituições privadas, tanto para a oferta de ensino técnico quanto para a formação em tempo integral são previstas na lei. Essas parcerias visam garantir que mesmo escolas com menos recursos possam oferecer itinerários formativos adequados e um ensino de qualidade. O ensino de língua inglesa também se torna obrigatório, com outras línguas estrangeiras sendo oferecidas de forma opcional. A Lei foi desenhada para ser implementada de forma progressiva, dando tempo para que as escolas, tanto da rede pública quanto privada, se adaptem às novas exigências.
Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais: Estabelece as normas gerais para o funcionamento das ETECs, incluindo aspectos administrativos, pedagógicos e disciplinares.	O Regimento Comum das ETECs busca alinhar-se às diretrizes nacionais e assegurar que as ETECs ofereçam uma formação que combine a educação técnica com a formação básica, conforme as necessidades dos estudantes e do mercado de trabalho. A estrutura do ensino médio nas ETECs é definida em três séries anuais, com a possibilidade de ser organizada em semestres. O currículo é dividido em duas partes:

	Parte Comum: composta por componentes curriculares que integram a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual visa garantir a formação geral básica dos estudantes. Parte Diversificada: constituída pelos itinerários formativos, que são organizados por áreas de conhecimento ou formação técnica-profissional. Os itinerários respeitam as especificidades locais e regionais, bem como as expectativas dos estudantes, dando-lhes a possibilidade de escolher áreas que correspondam aos seus interesses futuros. O Regimento Comum das ETECs define um ensino médio flexível e integrado à educação técnica, com o objetivo de preparar os estudantes tanto para o mercado de trabalho quanto para o prosseguimento de seus estudos. A estrutura curricular adaptada às necessidades regionais e a inclusão dos itinerários formativos são fundamentais para garantir que o ensino nas ETECs esteja alinhado com as demandas do mundo atual.
Deliberação CEETEPS nº 23, de 17 de setembro de 2015. A Deliberação CEETEPS nº 23, de 17 de setembro de 2015 estabelece as normas para a atribuição de aulas nas Escolas Técnicas Estaduais (ETECs) do Centro Paula Souza. Ela detalha os procedimentos para a fixação da carga horária dos docentes, que deve seguir os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e interesse público.	A Deliberação CEETEPS nº 23, de 17 de setembro de 2015 não trata de questões unicamente ligadas ao novo ensino médio. Ele trata das atribuições de aulas de forma geral em todas as áreas. Um fato relevante é que para que as aulas, inclusive do novo ensino médio, sejam atribuídas deve-se antes consultar o “Catálogo de Requisitos de Titulação” existente no site do Centro Paula Souza no endereço https://crt.cps.sp.gov.br/ que é liberado para consulta pública. O Catálogo de Requisito de Titulação fornece a comunidade escolar do Centro Paula Souza e ao domínio público, os requisitos de titulação para os docentes atuarem dentro das escolas técnicas do Centro Paula Souza. Nele pode-se obter informações sobre as habilitações existente em cada escola e quais os componentes curriculares e titulações dos professores que podem ministrar esses componentes respectivamente.
Plano Plurianual de Gestão (PPG): Tem como objetivo orientar o desenvolvimento pedagógico e administrativo da escola, definindo o caminho a ser percorrido e os objetivos a serem alcançados. O PPG visa organizar e direcionar o funcionamento da escola para alcançar a educação desejada, considerando o contexto em que está inserida.	O Plano Plurianual de Gestão (PPG) da ETEC Alvo da pesquisa referentes as definições do Novo Ensino Médio na modalidade Mtec-PI. 1. Integração entre Ensino Médio e Formação Técnica: A ETEC Alvo da pesquisa oferece o Mtec-PI como parte da reforma do Novo Ensino Médio, que busca combinar a formação acadêmica tradicional com a habilitação técnica. 2. Formação Integral e Flexível: No modelo do Mtec-PI, os alunos têm a possibilidade de escolher itinerários formativos que combinam as disciplinas do ensino médio regular com o ensino técnico em áreas como Desenvolvimento de Sistemas, Administração, Edificações e Mecatrônica. A oferta desses cursos reflete a flexibilidade do Novo Ensino Médio, adaptando-se às demandas de formação técnica para o mercado de trabalho regional.

	3. Carga Horária Ampliada: O Mtec-PI exige uma carga horária ampliada, o que significa que os alunos permanecem mais tempo na escola, participando tanto de disciplinas acadêmicas quanto de atividades práticas e laboratoriais, necessárias para a formação técnica. Isso está em consonância com as diretrizes do Novo Ensino Médio, que incentiva um ensino integral, onde os alunos são preparados para diversas situações do cotidiano profissional e acadêmico. 4. Projetos de Aprofundamento e Preparação para o Mercado de Trabalho: O PPG também menciona a importância de projetos que aprofundam as áreas de conhecimento técnico dentro do Mtec-PI. Esses projetos são uma resposta direta às exigências do Novo Ensino Médio, que visa proporcionar aos estudantes uma formação mais aplicada, conectando o que aprendem em sala de aula com as demandas reais do mercado de trabalho. Essas orientações no plano refletem o compromisso da ETEC Alvo da pesquisa com as mudanças trazidas pelo Novo Ensino Médio, através da implementação da modalidade Mtec-PI, que oferece uma formação técnica sólida e integrada ao ensino regular, preparando os alunos para desafios tanto acadêmicos quanto profissionais.
Projeto Político Pedagógico (PPP): É um documento, inserido no PPG, essencial que guia o trabalho pedagógico das ETEC's, nele estão definidos os objetivos, metas e ações baseadas em planejamento estratégico e participativo. Define também as diretrizes pedagógicas específicas das ETECs, incluindo metodologias de ensino, avaliação, e organização curricular, alinhada às diretrizes do Centro Paula Souza.	De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da ETEC alvo da pesquisa, as principais ideias e orientações relacionadas ao novo ensino médio, especialmente dos cursos de MTEC-PI (Ensino Médio Integrado ao Técnico de Período Integral), incluem interdisciplinaridade onde cada professor é incentivado a implementar práticas que ajudem os alunos a utilizar técnicas específicas de suas áreas e 55nterliga-las com outras disciplinas. A ideia é fornecer uma formação que esteja alinhada com as demandas do mercado de trabalho e que também promova o desenvolvimento de competências socioemocionais. Outras orientações estão ligadas a aprendizagem prática e dinâmica e a integração com o mercado de trabalho Essas abordagens são características fundamentais do novo ensino médio contidas no PPP onde a formação do ensino regular é integrada ao técnico criando uma educação mais completa, que prepara os alunos tanto para o mercado de trabalho quanto para o exercício da cidadania.

Fonte: Quadro organizado pelo autor da pesquisa, com base na leitura dos documentos.

A leitura dos dados do **Quadro 1** permite algumas observações quanto a aspectos em destaque nos diferentes documentos em relação ao novo ensino médio:

a) Nos documentos das associações educativas:

- ✓ Comprometimento da formação integral dos estudantes
- ✓ Fragmentação curricular, implementação autoritária, precarização, privatização e aumento das desigualdades educacionais
- ✓ Necessidade de fortalecimento da formação científica e humanística
- ✓ Importância de novo debate participativo e democrático sobre o Ensino Médio

b) Nos documentos oficiais:

- ✓ Destacam a flexibilidade do currículo por meio dos Itinerários Formativos
- ✓ Propõem competências gerais consideradas essenciais para o século XXI, tais como:
 - Pensamento crítico e resolução de problemas;
 - Competências socioemocionais, como empatia, autocontrole, e capacidade de trabalhar em equipe;
 - Autonomia e responsabilidade;
 - Cultura digital.
- ✓ Propõem integração entre teoria e prática, por meio de projetos interdisciplinares e atividades práticas
- ✓ **Formação geral** ligada a 4 áreas de conhecimento que incluem as disciplinas curriculares:
 - Linguagens e suas tecnologias (incluindo Língua Portuguesa, Artes, Educação Física e Língua Estrangeira);
 - Matemática e suas tecnologias;
 - Ciências da Natureza e suas tecnologias (Biologia, Física e Química);
 - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (História, Geografia, Filosofia e Sociologia).
- ✓ **Formação técnica e profissional** como parte dos itinerários formativos
- ✓ **Outros aspectos citados:**
 - Consolidação e aprofundamento dos conhecimentos do ensino fundamental
 - Preparação básica para o trabalho e o exercício da cidadania
 - Formação ética, autonomia intelectual e pensamento crítico;

- Compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos em cada disciplina.
- Avaliação formativa e processual, não só com provas e exames finais
- Foco no Protagonismo Juvenil
- Educação integral, não apenas para o vestibular ou o mercado de trabalho

Nos documentos da ETEC e Centro Paula Souza:

- ✓ Estrutura curricular adaptada às necessidades regionais
- ✓ Requisitos de titulação para os docentes
- ✓ Integração entre Ensino Médio e Formação Técnica
- ✓ Adaptação às demandas de formação técnica para o mercado de trabalho regional
- ✓ Carga Horária ampliada com um ensino integral e alunos sendo preparados para diversas situações do cotidiano profissional e acadêmico
- ✓ Projetos de Aprofundamento e preparação para o Mercado de Trabalho
- ✓ Interdisciplinaridade – para que cada professor implemente práticas que ajudem os alunos a utilizarem técnicas específicas de suas áreas e interligá-las com outras disciplinas.
- ✓ Combinar educação técnica com formação básica: preparar para o mercado de trabalho e para o prosseguimento de seus estudos

Enquanto os **documentos das associações educativas** apontam o comprometimento da formação integral, científica e humanística dos estudantes, bem como a fragmentação curricular e sua implementação autoritária, sem iniciativas de debate participativo e democrático sobre o ensino médio, os **documentos oficiais** destacam a flexibilidade do currículo por meio dos Itinerários Formativos e propõem competências gerais como: pensamento crítico, resolução de problemas; empatia, trabalhar em equipe; autonomia e cultura digital, além de defender a integração entre teoria e prática, por meio de projetos interdisciplinares e atividades práticas nas diferentes áreas.

Além disso, no que tange à formação técnica e profissional os documentos apresentam os chamados “itinerários formativos”.

Alinhados aos documentos oficiais, os **documentos da ETEC e do Centro Paula Souza** propõem combinar educação técnica e formação básica, preparando o aluno para o

mercado de trabalho e para o prosseguimento de seus estudos, conforme as características regionais de localização da ETEC. Assim, com a estrutura curricular e itinerários formativos adaptados às necessidades regionais e carga horária ampliada para ensino integral, os Projetos de Aprofundamento se voltam para a preparação para o Mercado de Trabalho.

O **Quadro 2**, apresentado a seguir, reúne as informações extraídas dos documentos analisados, sobre essas relações entre ensino médio, mercado de trabalho e formação geral de jovens.

Quadro 2: O que propõem os documentos sobre as relações entre ensino médio, mercado de trabalho e formação geral de jovens

Documento	Relações entre ensino médio e mercado de trabalho	Relações entre ensino médio e formação geral de jovens
ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - ANFOPE et all. O Desmonte da Escola Pública e os Efeitos da Reforma do Ensino Médio: exclusão, precarização, privatização, desresponsabilização do Estado. mar. 2018. Disponível em: https://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2018/11/Manifesto_entidades-Ensino-Medio-20mar%C3%A7o2018.pdf	As entidades educacionais criticam a reforma por promover uma educação que serve principalmente aos interesses do mercado, em vez de proporcionar uma formação ampla e crítica. Há uma preocupação de que a reforma esteja preparando os estudantes para serem apenas "peças" no mercado de trabalho, em vez de cidadãos conscientes e bem formados. Ao reduzir o currículo e promover o ensino a distância, compromete a qualidade da formação profissional dos estudantes. Uma educação superficial, focada em atender demandas imediatas do mercado, não oferece a profundidade necessária para uma verdadeira preparação profissional. A reforma tende a aumentar as desigualdades no acesso ao mercado de trabalho, ao oferecer uma educação de qualidade inferior para os estudantes das escolas públicas. Aqueles que não podem pagar por uma educação privada de qualidade ficam em desvantagem, criando um loop infinito de exclusão social e econômica. As entidades defendem uma educação que vá além da preparação para o mercado de trabalho. O desenvolvimento integral dos estudantes, incluindo habilidades críticas, culturais e sociais, é visto como essencial. A reforma, ao focar excessivamente no mercado, negligência esse aspecto fundamental da educação. O documento denuncia a influência desproporcional do setor empresarial na definição das políticas educacionais. A reforma permite que empresas de educação a distância participem da formação dos estudantes, direcionando o ensino para atender às necessidades empresariais em vez das necessidades educativas na formação dos jovens.	O Ensino Médio no Brasil é fundamental para a formação integral dos jovens, preparando-os com os conteúdos pedagógicos e para a vida em sociedade. Recentes reformas, que visam o mercado de trabalho e que permitem até 40% das aulas a distância, têm gerado preocupação quanto à precarização e à redução da qualidade educacional, afastando os estudantes de uma experiência presencial rica. Essas mudanças podem aprofundar as desigualdades educacionais, especialmente entre jovens de escolas públicas e privadas. Além disso, a utilização de recursos públicos em parcerias com empresas privadas é vista como uma desresponsabilização do Estado, comprometendo sua função constitucional de oferecer educação de qualidade para todos. Uma formação integral deve desenvolver habilidades diversas e promover pensamento crítico, mas a reforma pode restringir essa visão, focando em uma educação mais técnica.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - ANFOPE et all . DOCUMENTO: Carta Aberta pela Revogação da Reforma do Ensino Médio (LEI 13.415/2017). Formação em Movimento – Revista da ANFOPE. Rio de Janeiro-RJ: ANFOPE/UFRRJ, v.4, i.1, n.8, p. 675-680, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufrj.br/index.php/formov/article/view/471/479	O documento aborda a relação entre o Ensino Médio e o mercado de trabalho criticando fortemente a maneira como a reforma atual trata essa questão e propondo orientações para um modelo mais adequado. Sobram críticas à relação atual entre ensino médio e mercado de trabalho como qualificação profissional de baixa complexidade, precarização e privatização, segmentação e desigualdade. Dentre as orientações para uma relação adequada entre ensino médio e mercado de trabalho são citadas a formação integrada e ampla, uma educação profissional de qualidade com investimento e infraestrutura, equidade no acesso às oportunidades, valorização da profissão docente e a participação democrática na definição de itinerários.	O documento apresenta várias ideias e orientações sobre a relação entre o Ensino Médio e a formação geral de jovens, destacando a importância de um currículo integrado e coeso, formação ampla e democrática, educação de qualidade e equitativa, a valorização da formação humanística e científica. O combate à desigualdade educacional é um destaque e críticas a fragmentação e a precarização introduzidas pela reforma demonstram o quanto esse documento está preocupado com a formação geral dos jovens.
BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília-DF: Conselho Nacional de Educação, Define as competências e habilidades essenciais que devem ser desenvolvidas ao longo da educação básica, incluindo o Ensino Médio. A BNCC estabelece as diretrizes para a formação	O documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece orientações sobre a relação entre o ensino médio e o mercado de trabalho, refletindo a necessidade de preparar os alunos para o mundo profissional, sem deixar de lado a formação cidadã e acadêmica. 1. Desenvolvimento de Competências para o Mundo do Trabalho A BNCC foca no desenvolvimento de competências gerais e específicas que preparam os alunos para atuar no mercado de trabalho de maneira competente e ética como: Pensamento crítico e resolução de problemas: Capacidade de analisar, refletir e resolver questões complexas de maneira criativa. Cultura digital: Habilidade de usar tecnologias de forma crítica e produtiva, essenciais no mundo de trabalho contemporâneo.	As ideias e orientações buscam preparar os estudantes para os múltiplos desafios do mundo atual, promovendo uma formação que envolve tanto o desenvolvimento acadêmico como pessoal. 1. Formação Integral e Desenvolvimento Completo do Estudante A formação integral engloba tanto os aspectos acadêmicos quanto os valores e atitudes, preparando o jovem para enfrentar os desafios da vida em diferentes contextos. 2. Competências Gerais Conhecimento: Valorizar e utilizar os conhecimentos para entender e transformar o mundo.

geral básica e os itinerários formativos.	Trabalho em equipe e comunicação: Importância de colaborar com outras pessoas e comunicar-se de maneira eficaz em diferentes contextos, uma habilidade essencial no ambiente corporativo. 2. Integração entre Ensino e Formação Técnica e Profissional A BNCC promove a integração entre o ensino regular e a formação técnica e profissional. O novo modelo do ensino médio permite que os alunos escolham itinerários formativos para a formação técnica e profissional. Essa possibilidade de formação profissionalizante durante o ensino médio visa facilitar a inserção dos jovens no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que permite que eles continuem seus estudos em nível superior, se desejarem. 3. Itinerários Formativos Voltados ao Mercado de Trabalho Os itinerários formativos são uma das grandes inovações do novo ensino médio e estão alinhados com as demandas do mercado de trabalho. Além de áreas como Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas, os estudantes podem optar por itinerários formativos técnicos e profissionais, que oferecem uma preparação mais direta para a entrada no mercado. 4. Educação para a Empregabilidade A BNCC inclui uma ênfase clara na preparação para a empregabilidade dos estudantes, com orientações sobre o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e técnicas que são altamente valorizadas pelo mercado de trabalho como: Desenvolvimento da autonomia e responsabilidade pessoal; Capacidade de inovar e adaptar-se a novos contextos e desafios; Senso ético e respeito às normas e aos direitos no ambiente profissional. 5. Competências Socioemocionais O documento destaca a importância das competências socioemocionais, que são fundamentais para a atuação no mercado de trabalho como:	Pensamento científico, crítico e criativo: Desenvolver a capacidade de argumentação, resolução de problemas e tomada de decisões. Cultura digital: Dominar e utilizar as tecnologias de forma responsável e crítica. Comunicação: Expressar-se de forma eficaz em diferentes contextos, utilizando diversas linguagens. Trabalho e projeto de vida: Refletir sobre suas escolhas e planejar seu futuro, tanto no aspecto profissional quanto pessoal. Responsabilidade e cidadania: Agir com ética, responsabilidade e comprometimento social. Argumentação: Utilizar recursos de comunicação e argumentação em discussões e decisões. Autoconhecimento e autocuidado: Promover o autoconhecimento e práticas saudáveis de autocuidado. Empatia e cooperação: Agir com empatia, respeitando as diferenças e promovendo a convivência familiar. Responsabilidade socioambiental: Valorizar o meio ambiente e adotar atitudes sustentáveis. 3. Currículo Flexível e Itinerários Formativos O ensino médio oferece um currículo mais flexível, que permite aos estudantes escolherem itinerários formativos de acordo com seus interesses, aptidões e projetos de vida. A ideia é que os alunos possam: 4. Projeto de Vida A BNCC dá grande ênfase ao projeto de vida dos jovens, incentivando-os a refletir sobre suas metas, aspirações e escolhas tanto no campo profissional quanto no pessoal. Os itinerários formativos são
--	--	---

	Empatia, importante para o relacionamento interpessoal e para o trabalho em equipe; Resolução de conflitos e capacidade de lidar com a diversidade; Autocontrole e gestão emocional, essenciais para o desempenho em ambientes de trabalho com prazos e pressões constantes. 6. Preparação para o Mundo do Trabalho A BNCC reconhece que o mercado de trabalho está em constante transformação, especialmente com o avanço das tecnologias digitais e a quarta revolução industrial. Assim, o documento destaca a necessidade de preparar os alunos para atuar em funções que desabilitem habilidades como: Adaptabilidade e flexibilidade para lidar com as mudanças rápidas nas exigências do mercado. Capacidade de aprender ao longo da vida, garantindo que os estudantes estejam preparados para evoluir em suas carreiras e enfrentar novos desafios. Iniciativa e empreendedorismo, incentivando os estudantes a criarem suas próprias oportunidades de trabalho ou inovarem dentro das empresas. 7. Conexão com o Mundo do Trabalho por Meio de Projetos e Práticas A BNCC sugere que as escolas promovam atividades práticas e projetos interdisciplinares que conectem o aprendizado teórico à realidade do mercado de trabalho. Isso pode incluir: Estágios supervisionados; Parcerias com empresas e instituições; Projetos de pesquisa aplicada, que incentivam os alunos a resolver problemas reais de suas comunidades ou áreas de interesse. 8. Ampliação da Carga Horária para Preparação Profissional Com o aumento da carga horária mínima para 3.000 horas no ensino médio, sendo pelo menos 1.200 horas destinadas aos itinerários	pensados para oferecer oportunidades que ajudem os alunos a traçarem seu próprio caminho, seja na direção ao ensino superior, ao mercado de trabalho ou ao empreendedorismo. 5. Interdisciplinaridade e Integração de Saberes A BNCC promove a interdisciplinaridade, incentivando a integração entre diferentes áreas do conhecimento. O objetivo é oferecer uma visão mais ampla e integrada do mundo, ajudando os jovens a desenvolverem uma compreensão mais crítica e ligada às questões sociais, científicas e culturais. 6. Educação para a Cidadania O ensino médio deve promover o conhecimento dos direitos e deveres dos cidadãos, além de promover o respeito pelas diferenças culturais, sociais e étnicas, preparando os jovens para atuarem de forma ativa e crítica em suas comunidades e no mundo. 7. Desenvolvimento das Competências Socioemocionais Essas competências são essenciais para o sucesso pessoal e profissional, e incluem habilidades como: Empatia; Resiliência; Autocontrole; Trabalho em equipe; Capacidade de lidar com frustrações e desafios. 8. Responsabilidade e Autonomia A ideia é que os jovens sejam protagonistas de suas trajetórias, assumindo responsabilidade por suas escolhas e impacto que essas escolhas têm na sua vida e na sociedade.
--	---	---

	formativos, os alunos terão mais tempo para se prepararem para o mercado de trabalho, seja por meio de cursos técnicos ou de atividades que desenvolvem suas competências profissionais. 9. Formação Integral e Desenvolvimento Pessoal A BNCC não se limita a preparar o estudante para o mercado de trabalho de forma técnica, mas também para sua formação integral como ser humano. A orientação é para que a educação no ensino médio leve em conta tanto a formação acadêmica quanto o desenvolvimento pessoal e social, promovendo valores como ética, cidadania e responsabilidade.	9. Diversidade e Inclusão A escola deve promover o respeito às diversas identidades e realidades dos estudantes, trabalhando para reduzir desigualdades e promover a inclusão em todos os aspectos da vida escolar.
BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, incluindo as regras gerais para o Ensino Médio. Brasília-DF: MEC, 1996.	A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 define o ensino médio como uma etapa que prepara o estudante tanto para a continuidade dos estudos quanto para o ingresso no mercado de trabalho. A LDB entende o ensino médio como uma fase de formação geral que deve consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, ao mesmo tempo em que oferece uma preparação básica para o trabalho e para o exercício da cidadania. Desde sua criação, a LDB deixa claro que o ensino médio deve fornecer aos alunos uma formação abrangente, desenvolvendo competências que os ajudem a compreender o mundo do trabalho. Isso inclui a integração de conhecimentos científicos e tecnológicos aos processos produtivos, preparando os jovens para entender o funcionamento do mercado e para enfrentar as demandas das diferentes áreas de ocupação. A lei também prevê que o currículo do ensino médio deve incluir conteúdos relacionados ao trabalho e à tecnologia, ajudando os alunos a entender a organização da produção e a sua relação com a sociedade. Dessa forma, o estudante é incentivado a desenvolver uma visão crítica sobre os processos econômicos e produtivos, o que é essencial para seu futuro papel no mundo do trabalho.	A Seção IV da Lei nº 9.394/1996, que trata do ensino médio, estabelece que esta fase é a última etapa da educação básica e tem por objetivo consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, proporcionando aos jovens uma formação geral que lhes permitam desenvolver suas capacidades intelectuais e pessoais. O ensino médio deve preparar o aluno para o exercício da cidadania e oferecer o preparo básico para o trabalho. Isso significa que, além de garantir o conhecimento científico e cultural, essa etapa deve capacitar o estudante para atuar de forma consciente na sociedade e ter uma base para o mundo do trabalho. No entanto, a LDB destaca que o ensino médio não é puramente técnico: seu papel é formar cidadãos aptos a continuar aprendendo, o que inclui a adaptação às mudanças que podem surgir em suas vidas pessoais e profissionais. O currículo do ensino médio deve incluir conteúdos que promovam a compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos dos processos

	Outro aspecto importante na LDB é a possibilidade de integração entre o ensino médio e a educação profissional. Isso significa que, ao concluir o ensino médio, o aluno pode optar por uma formação técnica que lhe dará habilidades específicas para uma ocupação, aumentando suas chances de inserção no mercado de trabalho logo após a conclusão dos estudos. Assim, a LDB de 1996 enxerga o ensino médio como um espaço de preparação tanto para a vida acadêmica quanto para a vida profissional, oferecendo ao estudante uma base sólida de conhecimentos gerais e ao mesmo tempo permitindo o desenvolvimento de competências que são valorizadas no mundo do trabalho.	produtivos, permitindo ao aluno compreender como esses processos funcionam e qual o seu papel dentro deles. Isso reflete a preocupação da lei com a preparação para a vida prática dos alunos, incluindo o entendimento sobre como o conhecimento pode ser aplicado no contexto do trabalho. Adicionalmente, o ensino médio deve ser estruturado de modo que permita a continuidade de estudos para aqueles que desejam ingressar no ensino superior, além de formar uma consciência ética e crítica nos alunos, capacitando-os a exercer suas responsabilidades como cidadãos. Essa seção da LDB enfatiza que o preparo básico para o trabalho não se refere a uma formação técnica específica, mas a uma formação geral que fornece ao aluno as bases necessárias para sua inserção no mundo do trabalho e para o prosseguimento dos estudos.
BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Lei Parecer CNE/CP nº 15/2017: Aprova a BNCC para o Ensino Médio e orienta a implementação das mudanças curriculares propostas. Brasília-DF: MEC, 2017.	O documento propõe a integração de itinerários formativos para a formação técnica e profissional, alinhando o currículo do Ensino Médio às demandas do mercado de trabalho atual. Essa formação visa desenvolver competências práticas e cognitivas, preparando os alunos para se adaptarem às novas condições ocupacionais e critérios do mercado. O ensino deve fomentar habilidades que permitam aos estudantes serem inovadores e que se adaptem as contínuas transformações tecnológicas e sociais do mercado de trabalho. As escolas devem levar em consideração a realidade econômica e social local ao oferecer diferentes opções de formação promovendo uma participação ativa dos alunos nas questões sociais e economia do seu contexto. O documento enfatiza o protagonismo dos jovens, incentivando-os a se tornarem sujeitos ativos, seja por meio de empreendedorismo,	O documento enfatiza a necessidade de promover uma formação integral para os jovens, que abrange aspectos cognitivos, socioemocionais, éticos e culturais, envolvendo o desenvolvimento pleno da pessoa e sua preparação para o exercício da cidadania. Destaca-se a importância de consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, permitindo que os jovens prossigam seus estudos, mas também adquiram competências essenciais para a vida adulta, como pensamento crítico e autonomia intelectual. Outro ponto importante que o documento aborda é a importância de apoiar os jovens na construção de seus projetos de vida, abordando tanto o aspecto

	mediação sociocultural ou inovação tecnológica, preparando-os para enfrentar desafios profissionais de forma ética e responsável.	educacional quanto o pessoal e profissional, de maneira que estejam sintonizados com as expectativas dos estudantes e as demandas da sociedade. As orientações sugerem que o currículo do ensino médio seja flexível e articulado, incorporando tanto a formação geral básica quanto os itinerários formativos, que proporcione um leque de escolhas aos estudantes, considerando os interesses e a realidade local.
BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Lei nº 13.415/2017: Altera a LDB e institui a reforma do Ensino Médio, introduzindo a flexibilização curricular, a ampliação da carga horária, e os itinerários formativos. Brasília-DF: MEC, 2017.	A Lei nº 13.415/2017 estabelece uma nova relação entre o ensino médio e o mercado de trabalho, oferecendo aos estudantes uma formação mais prática, técnica e adaptável. Ao permitir itinerários formativos profissionalizantes, ao incentivar parcerias com o setor privado e ao incluir estágios no currículo, a reforma visa preparar os jovens para uma inserção mais rápida e qualificada no mercado de trabalho, atendendo tanto às demandas profissionais quanto às necessidades dos alunos em busca de uma carreira bem-sucedida. Esse novo formato do ensino médio permite que os alunos escolham caminhos educacionais voltados para áreas específicas do mercado de trabalho. Essa integração entre o ensino regular e o técnico é uma resposta direta às necessidades do mercado, que demanda profissionais cada vez mais qualificados e preparados para os desafios atuais. Ao permitir que os alunos saiam do ensino médio com uma formação profissional, a lei facilita sua entrada no mercado de trabalho de forma mais rápida e eficiente. A Lei amplia a possibilidade de parcerias entre as escolas e o setor privado, o que reforça ainda mais a relação entre o ensino médio e o mundo do trabalho. Por meio dessas colaborações, empresas podem participar da educação técnica e profissional dos jovens, oferecendo estágios, cursos complementares e até infraestrutura. Essa estratégia aproxima os alunos das realidades práticas das empresas e dos setores	A Lei nº 13.415/2017 trouxe uma série de mudanças que impactam diretamente a formação geral dos jovens no ensino médio brasileiro. Ao reformular a estrutura desse nível de ensino, a lei propõe um novo modelo que busca equilibrar uma formação básica sólida com a possibilidade de o estudante personalizar parte de sua trajetória educacional. A principal ideia é promover um ensino mais flexível, ao mesmo tempo em que garante uma base comum de conhecimentos essenciais para o desenvolvimento integral do aluno. Uma das mudanças mais significativas introduzidas pela lei é a criação de um currículo dividido em duas partes. A primeira parte, de caráter obrigatório, é composta por um conjunto de conhecimentos e competências essenciais, que deve ser oferecido a todos os alunos, garantindo que eles recebam uma formação sólida e abrangente. Esse currículo comum busca assegurar que todos os estudantes saiam do ensino médio com um conjunto de saberes fundamentais para seu desenvolvimento pessoal, social e profissional.

	produtivos, além de garantir que os conteúdos ensinados nas escolas estejam alinhados às exigências do mercado.	A segunda parte do currículo, por sua vez, é mais flexível e permite que o estudante escolha entre diferentes itinerários formativos, que podem estar voltados para áreas como linguagens, ciências da natureza, ciências humanas, matemática ou uma formação técnica e profissionalizante. Com essa opção, a lei pretende tornar o ensino médio mais dinâmico, permitindo que o aluno se aprofunde em áreas de seu interesse, ao mesmo tempo em que continua recebendo uma formação geral sólida. Essa flexibilidade é vista como uma forma de respeitar as individualidades e os interesses dos jovens, tornando o ensino mais relevante para suas vidas e aspirações. Outro ponto importante da lei é a ampliação da carga horária mínima, que passa a ser de 1.000 horas anuais. Com essa mudança, o objetivo é proporcionar mais tempo para que os alunos possam se dedicar tanto à formação geral quanto ao aprofundamento nas áreas escolhidas nos itinerários formativos. Essa maior carga horária é fundamental para garantir que a formação geral seja suficientemente robusta, permitindo que os jovens desenvolvam não apenas competências acadêmicas, mas também habilidades importantes para a vida em sociedade. A lei também estabelece que, independentemente do itinerário formativo escolhido, o ensino de língua portuguesa e matemática será obrigatório durante os três anos do ensino médio. Isso reflete a importância dessas áreas de conhecimento para a formação geral dos jovens, já que são consideradas essenciais para o desenvolvimento do pensamento crítico, da
--	--	---

		comunicação e do raciocínio lógico, habilidades fundamentais para o exercício da cidadania e para a inserção no mundo do trabalho. Além disso, a obrigatoriedade do ensino de língua inglesa aparece como outra inovação importante trazida pela lei. A inclusão dessa disciplina visa preparar os jovens para um mundo cada vez mais globalizado, em que o domínio de uma segunda língua é visto como uma competência essencial tanto para a comunicação quanto para o acesso a oportunidades profissionais e acadêmicas em um cenário internacional.
Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais: Estabelece as normas gerais para o funcionamento das ETECs, incluindo aspectos administrativos, pedagógicos e disciplinares.	O Regimento Comum das ETECs trata de maneira clara com o foco em garantir que os alunos saiam de suas instituições com uma formação que atenda tanto às exigências educacionais quanto às necessidades do mercado. A principal ideia expressa no documento é que o ensino nas ETECs visa não apenas oferecer uma formação acadêmica sólida, mas também preparar os alunos para a vida profissional por meio da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Uma das principais orientações do regimento é a articulação entre o ensino médio e a formação técnica profissionalizante. O regimento prevê que essa integração pode ocorrer de diferentes maneiras, incluindo modalidades integrada, concomitante e subsequente, permitindo que os alunos combinem a educação básica com a formação técnica desde o ensino médio ou após sua conclusão. O documento também enfatiza a importância dos itinerários formativos, organizados por áreas de conhecimento ou por formação técnica-profissional, que permitem ao estudante escolher o caminho educacional que melhor se alinha às suas aspirações futuras. Essa flexibilidade permite que os jovens possam direcionar sua educação	O Regimento Comum das ETECs garante que a educação oferecida em suas unidades atenda não apenas às exigências técnicas e profissionais, mas também às demandas de uma formação integral que prepare os alunos para a cidadania, a vida social e a continuidade dos estudos. O regimento estabelece que o currículo do ensino médio nas ETECs é composto por uma parte comum, que segue as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Essa parte comum é voltada para a formação geral dos estudantes, com ênfase no desenvolvimento de competências essenciais como raciocínio lógico, pensamento crítico, habilidades de comunicação e interpretação. Essa formação básica é considerada crucial para o desenvolvimento de cidadãos preparados para os desafios da vida moderna e para sua atuação no ambiente social e profissional. O regimento também destaca que a formação nas ETECs deve contribuir para o desenvolvimento social,

	para áreas que estão em alta demanda no mercado de trabalho, promovendo uma maior integração entre o conhecimento acadêmico e as exigências profissionais. O estágio é descrito como um ato educativo escolar supervisionado, em que os alunos têm a oportunidade de vivenciar situações reais de trabalho. Ele pode ser obrigatório, dependendo do curso, e está intimamente ligado ao perfil profissional de cada área técnica. Os estágios são uma forma de proporcionar aos alunos uma experiência prática e valiosa, facilitando sua transição para o mercado de trabalho. Além dos estágios, o regimento também menciona a certificação de competências adquiridas no ambiente de trabalho ou fora do ambiente escolar formal. Isso permite que os alunos tenham parte de sua formação reconhecida com base em experiências profissionais anteriores, valorizando o conhecimento prático que possa ter sido adquirido em outros contextos. O documento ainda aborda a possibilidade de parcerias entre as ETECs e empresas privadas, o que facilita a conexão dos alunos com o mercado de trabalho. Essas parcerias visam proporcionar mais oportunidades de estágios e desenvolvimento de projetos conjuntos, possibilitando que os alunos apliquem o que aprenderam em sala de aula diretamente no ambiente de trabalho.	cultural e pessoal dos jovens. Ao lado das disciplinas tradicionais, o ambiente escolar é visto como um espaço para promover a autonomia, responsabilidade e convivência ética entre os alunos. Isso inclui a valorização das relações interpessoais e a preparação dos estudantes para o exercício consciente da cidadania, que são parte da formação integral promovida pela BNCC e reforçada pelo regimento das ETECs.
Deliberação CEETEPS nº 23, de 17 de setembro de 2015. A Deliberação CEETEPS nº 23, de 17 de setembro de 2015 estabelece as normas para a atribuição de aulas nas Escolas Técnicas Estaduais (ETECs) do Centro Paula	Na Deliberação CEETEPS nº 23, de 17 de setembro de 2015, não há uma menção explícita às relações entre o Ensino Médio e o mercado de trabalho. O documento foca principalmente na regulamentação do processo de atribuição de aulas nas Escolas Técnicas Estaduais (ETECs).	Na Deliberação CEETEPS nº 23, de 17 de setembro de 2015, não há menção explícita às relações entre o Ensino Médio e a formação geral de jovens.

Souza. Ela detalha os procedimentos para a fixação da carga horária dos docentes, que deve seguir os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e interesse público.		
Plano Plurianual de Gestão (PPG): Tem como objetivo orientar o desenvolvimento pedagógico e administrativo da escola, definindo o caminho a ser percorrido e os objetivos a serem alcançados. O PPG visa organizar e direcionar o funcionamento da escola para alcançar a educação desejada, considerando o contexto em que está inserida.	O PPG da ETEC Alvo da pesquisa aborda a relação entre o ensino médio e o mercado de trabalho de diversas maneiras. Preparação para o Mercado de Trabalho: O PPG enfatiza a importância de capacitar os alunos do ensino médio técnico para o mercado de trabalho local e regional. Ele destaca a oferta de cursos que respondem diretamente às demandas como os cursos de Administração, Mecatrônica, Edificações, Desenvolvimento de Sistemas, entre outros. Esses cursos integram conhecimentos práticos com a realidade do mercado de trabalho, facilitando a inserção dos alunos no mercado logo após a conclusão. Integração Prática e Teórica: O plano também propõe que as aulas sejam dinâmicas e práticas, com atividades que simulam situações reais do ambiente de trabalho. Isso inclui o uso de laboratórios específicos para as áreas técnicas e a simulação de processos administrativos e industriais, o que auxilia os alunos a se prepararem para os desafios profissionais que enfrentarão. Parcerias com Empresas: O PPG menciona a importância das parcerias com empresas locais para a oferta de estágios e oportunidades de experiência prática. Essas parcerias não apenas proporcionam aos alunos vivência no mercado de trabalho, mas também ajudam a escola a manter o currículo alinhado às necessidades do mercado. Desenvolvimento de Competências Profissionais: O plano detalha como os cursos técnicos oferecem uma formação que desenvolve não	O PPG da ETEC Alvo da pesquisa prevê, além das aulas do chamado “núcleo comum do ensino médio”, a oferta de diversos projetos e atividades complementares que visam melhorar a condição de aprendizagem e a formação geral dos jovens. Entre esses projetos está o "Vestibular em Foco", que tem como objetivo preparar os alunos para os principais vestibulares do país e para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Este projeto inclui a aplicação de simulados, orientação sobre prazos de inscrição, e dicas para a gestão do tempo durante as provas. Além disso, o projeto também fornece apoio emocional, oferecendo parcerias para orientar os alunos a lidar com a ansiedade e o estresse típicos dessa fase. O "Laboratório de Matemática", que visa auxiliar tanto os professores quanto os alunos na preparação para provas de vestibulares e o Enem. Esse laboratório oferece aulas práticas focadas em melhorar o desempenho dos alunos em matemática, além de promover o trabalho em grupo e a criação de materiais específicos para o ensino da disciplina. Essas iniciativas demonstram o compromisso da escola em proporcionar uma formação completa, que

	apenas competências técnicas, mas também habilidades interpessoais e de trabalho em equipe, consideradas essenciais para o mercado de trabalho atual.	não apenas prepara os alunos para o mercado de trabalho, mas também foca no desenvolvimento de habilidades necessárias para a continuidade dos estudos em nível superior.
Projeto Político Pedagógico (PPP): É um documento, inserido no PPG, essencial que guia o trabalho pedagógico das ETEC's, nele estão definidos os objetivos, metas e ações baseadas em planejamento estratégico e participativo. Define também as diretrizes pedagógicas específicas das ETECs, incluindo metodologias de ensino, avaliação, e organização curricular, alinhada às diretrizes do Centro Paula Souza.	De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da ETEC Alvo da pesquisa, o Novo Ensino Médio na modalidade MTEC-PI(Ensino Médio e Técnico de Período Integral) está estruturado para oferecer uma formação integrada que alie o ensino regular com uma habilitação técnica, capacitando o estudante tanto para investigação nos estudos quanto para ingressar no mercado de trabalho. O documento orienta que essa formação seja interdisciplinar e voltada para o desenvolvimento de competências técnicas, práticas e socioemocionais, de modo que o estudante possa enfrentar os desafios do mercado atual, que exigem flexibilidade, capacidade de trabalho em equipe e resolução de problemas. As orientações relativas às relações entre o Ensino Médio MTEC-PI e o mercado de trabalho enfatizam a preparação dos alunos para atuarem de maneira ética e competente em suas áreas profissionais. Os cursos, como Desenvolvimento de Sistemas, Administração, Edificações e Mecatrônica utilizam metodologias práticas, como a Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL), para simular situações do mundo real, promovendo o desenvolvimento de habilidades essenciais, como o trabalho em equipe, liderança e a comunicação efetiva, que são altamente valorizadas no ambiente corporativo. Dessa forma, o MTEC-PI é planejado para integrar os alunos ao mercado, capacitando-os e promovendo seu desenvolvimento como cidadãos conscientes e profissionais preparados.	O Projeto Político Pedagógico (PPP) da ETEC Alvo da pesquisa destaca que o Novo Ensino Médio MTEC-PI tem como objetivo oferecer uma formação completa e integrada, unindo a formação geral com a formação técnica em cursos como Administração, Desenvolvimento de Sistemas, Edificações e Mecatrônica. Essas formações são planejadas de maneira a preparar os jovens tanto para o ingresso no mercado de trabalho quanto para a continuação dos estudos no ensino superior. Esses cursos combinavam tanto a formação técnica quanto o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e cognitivas, como o comprometimento com a ética e o trabalho em equipe, preparando os jovens para enfrentar os desafios do mundo atual e promover o desenvolvimento integral dos jovens.

Fonte: Quadro organizado pelo autor da pesquisa, com base na leitura dos documentos.

O exame dos dados do **Quadro 2** sugere algumas considerações e destaques no que tange às relações entre ensino médio, mercado de trabalho e formação geral de jovens.

a) Nos documentos das associações educativas:

- ✓ Educação que serve principalmente aos interesses do mercado, em vez de proporcionar uma formação ampla e crítica.
- ✓ Reduzir o currículo e promover o ensino a distância,
- ✓ Influência desproporcional do setor empresarial na definição das políticas educacionais
- ✓ Ensino para atender às necessidades empresariais em vez das necessidades educativas na formação dos jovens.
- ✓ Reformas, que visam o mercado de trabalho e que permitem até 40% das aulas a distância, têm gerado preocupação quanto à precarização e à redução da qualidade educacional,
- ✓ Recursos públicos em parcerias com empresas privadas é vista como uma desresponsabilização do Estado

c) Nos documentos oficiais:

- ✓ Preparar os alunos para o mundo profissional, sem deixar de lado a formação cidadã e acadêmica
- ✓ Foco no Desenvolvimento de Competências para o Mundo do Trabalho
- ✓ Propõe competências gerais consideradas essenciais para o século XXI, tais como:
 - Pensamento crítico e resolução de problemas;
 - Competências socioemocionais, como empatia, autocontrole, e capacidade de trabalhar em equipe;
 - Autonomia e responsabilidade;
 - Cultura digital.
- ✓ Integração entre o ensino regular e a formação técnica e profissional.
- ✓ Itinerários Formativos voltados ao Mercado de Trabalho
- ✓ Educação para a Empregabilidade, relacionamento interpessoal e trabalho em equipe;
- ✓ Adaptabilidade e flexibilidade para lidar com as mudanças rápidas nas exigências do mercado
- ✓ Conexão com o Mundo do Trabalho por Meio de Projetos e Práticas
- ✓ Competências Socioemocionais para o sucesso pessoal e profissional,
- ✓ Currículo com conteúdos relacionados ao trabalho e à tecnologia
- ✓ Apoiar os jovens na construção de seus projetos de vida, no aspecto educacional, pessoal e profissional
- ✓ Parcerias entre as escolas e o setor privado,

d) Nos documentos da ETEC e do Centro Paula Souza:

- ✓ O ensino nas ETECs visa formação acadêmica sólida e preparo dos alunos para a vida profissional
- ✓ Itinerários formativos, organizados por áreas de conhecimento e para formação técnica-profissional
- ✓ Estágio como ato educativo escolar supervisionado, com os alunos em situações reais de trabalho
- ✓ Capacitar os alunos para o mercado de trabalho local e regional, com aulas dinâmicas e práticas, com projetos e atividades que simulem situações reais do ambiente de trabalho
- ✓ Currículo planejado para integrar os alunos ao mercado.

Aqui também se mostram contrastantes os conteúdos dos documentos analisados. Ou seja, enquanto os **documentos das associações educativas** acusam as propostas para o ensino médio de se voltarem principalmente aos interesses do mercado de trabalho (em vez de proporcionar uma formação ampla e crítica aos alunos, reduzindo o currículo e promovendo o ensino a distância), os **documentos oficiais** apresentam um discurso que defende a preparação dos alunos para o mundo profissional, sem deixar de lado a formação cidadã e acadêmica, mas sempre com foco no desenvolvimento de competências para o mundo do trabalho, identificando-as com as competências gerais consideradas essenciais para o século XXI.

Dessa forma, os Itinerários Formativos se voltam para o Mercado de Trabalho, a Empregabilidade, a Tecnologia e para as Parcerias entre as escolas e o setor privado. É o que mostram também os **documentos da ETEC e do Centro Paula Souza**, que visam tanto a formação acadêmica, quanto a preparação dos alunos para o mercado de trabalho local e regional.

Em seguida, diante desse panorama de concepções sobre o trabalho a ser realizado no novo ensino médio, vale observar o que propõem os documentos analisados no **Quadro 3** – que se voltam especificamente para a formação continuada a ser oferecida aos professores para realização desse trabalho.

Quadro 3: O que propõem os documentos sobre formação continuada de professores

Documentos	Formação continuada de professores para atuar no novo ensino médio	Orientações para o processo de formação continuada de professores	Condições físicas, materiais e humanas para essa formação
ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - ANFOPE et all. O Desmonte da Escola Pública e os Efeitos da Reforma do Ensino Médio: exclusão, precarização, privatização, desresponsabilização do Estado. mar. 2018. Disponível em: https://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2018/11/Manifesto_entidades-Ensino-Medio-20mar%C3%A7o2018.pdf	O texto não trata sobre a formação continuada de professores	O texto não trata sobre o processo de formação continuada de professores.	O texto não trata das condições físicas, materiais e humanas para a formação continuada dos professores.
ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - ANFOPE et all . DOCUMENTO: Carta Aberta pela Revogação da Reforma do Ensino Médio (LEI 13.415/2017). Formação em Movimento – Revista da ANFOPE. Rio de Janeiro-RJ: ANFOPE/UFRRJ, v.4, i.1, n.8, p. 675-680, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufrj.br/index.php/formov/article/view/471/479	O texto destaca a importância da qualificação e regulamentação da profissão docente. Critica a reforma no contexto da formação de professores quanto a desregulamentação da profissão docente pois a reforma permite a contratação de pessoas sem formação docente adequada para ministrar disciplinas, especialmente nos itinerários de qualificação profissional. Isso desvaloriza a profissão docente e compromete a qualidade do ensino.	O documento menciona de maneira geral a importância da formação e qualificação dos professores, mas não entra em detalhes específicos sobre orientações práticas para o processo de formação continuada de professores.	O documento não aborda diretamente condições físicas, materiais e humanas específicas para a formação continuada dos professores.

	O documento enfatiza a necessidade de valorizar a formação dos professores, garantindo que todas as disciplinas sejam ministradas por profissionais devidamente qualificados, com formação específica, contínua, ampla e articulada: Para garantir a qualidade do ensino, é necessário investir na formação continuada dos professores, oferecendo programas de capacitação e atualização que lhes permitam acompanhar as mudanças e inovações no campo educacional.		
BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília-DF: Conselho Nacional de Educação, Define as competências e habilidades essenciais que devem ser desenvolvidas ao longo da educação básica, incluindo o Ensino Médio. A BNCC estabelece as diretrizes para a formação geral básica e os itinerários formativos.	A BNCC e currículos têm papéis complementares para assegurar as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da Educação Básica, uma vez que tais aprendizagens só se materializam mediante o conjunto de decisões que caracterizam o currículo em ação. Dentre as ações cita a de criar e disponibilizar materiais de orientação para os professores, bem como manter processos permanentes de formação docente que possibilitem contínuo aperfeiçoamento dos processos de ensino e aprendizagem.	Dentre as orientações destacamos a necessidade de uma formação contínua, atualizada e voltada para as novas demandas educacionais, garantindo que os professores sejam agentes transformadores do processo de ensino e aprendizagem no Novo Ensino Médio. A formação continuada de professores deve ser baseada em três dimensões: conhecimento, prática e engajamento, de acordo com a BNCC. A formação continuada é um processo de aprendizagem permanente que visa atualizar e aperfeiçoar os professores.	O documento da BNCC não trata de trechos exatos sobre condições físicas, materiais e humanas para a formação continuada dos professores.

		Para que os professores possam aplicar o currículo no dia a dia e compreender as mudanças da BNCC, é necessário que tenham acesso a materiais e instrumentos que os aproximem do como ensinar. A formação continuada pode ser realizada por meio de cursos de formação, capacitações, oficinas, programas de qualificação profissional, entre outras abordagens.	
BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, incluindo as regras gerais para o Ensino Médio. Brasília-DF: MEC, 1996.	O texto não trata sobre o processo de formação continuada de professores no “novo ensino médio”.	Dois artigos são claros quanto a formação continuada de professores no “TÍTULO VI - DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO” da LDB 9.394/1996. No artigo 63 parágrafo III diz: Os institutos superiores de educação manterão: III - programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis. No artigo 67 parágrafo II diz: Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:	A LDB 9.394/1996, em seu texto original, não detalha aspectos como condições físicas, materiais ou humanas de maneira explícita. O que a lei faz é determinar que os sistemas de ensino devem garantir a formação continuada dos professores, mencionando isso como parte do processo de valorização profissional e que os envolvidos tenham condições adequadas de trabalho.

		II – Aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;	
BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Lei Parecer CNE/CP nº 15/2017: Aprova a BNCC para o Ensino Médio e orienta a implementação das mudanças curriculares propostas. Brasília-DF: MEC, 2017.	Os cursos de formação continuada devem ser reestruturados para garantir que os professores sejam alinhados com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tanto em termos de conteúdo quanto de metodologia. Isso inclui a adaptação dos currículos para incorporar as novas competências e habilidades definidas para o Ensino Médio. A formação continuada é vista como um componente essencial para a valorização dos professores e deve permitir que os professores desenvolvam estratégias pedagógicas que promovam o protagonismo dos alunos, considerando suas especificidades e realidades locais. A formação deve contemplar aspectos de inclusão e respeito à diversidade, preparando os docentes para lidar com as diferentes realidades sociais e culturais dos alunos, contribuindo para um ambiente de aprendizagem mais equitativo.	O processo de formação continuada de professores, conforme descrito no Parecer CNE/CP nº 15/2017, devem ser ajustados às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), garantindo que os docentes desenvolvam competências pedagógicas integradas aos novos currículos e objetivos educacionais. Os professores devem ter acesso a recursos tecnológicos e materiais de orientação, facilitando a aplicação prática nas atividades pedagógicas e permitindo o desenvolvimento docente contínuo. A formação continuada deve incluir estratégias para aperfeiçoar a gestão da sala de aula e o planejamento pedagógico, garantindo a eficácia das práticas de ensino e a avaliação formativa dos alunos. Temas como direitos humanos, diversidade cultural e inclusão devem preparar os professores para lidar com diferentes realidades sociais e culturais.	O Parecer CNE/CP nº 15/2017 aborda as condições necessárias para a formação continuada dos professores de maneira geral, enfatizando que é essencial garantir que as escolas e os centros de formação tenham instalações adequadas para a realização de cursos de formação continuada, incluindo recursos didáticos e novas tecnologias.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Lei nº 13.415/2017: Altera a LDB e institui a reforma do Ensino Médio, introduzindo a flexibilização curricular, a ampliação da carga horária, e os itinerários formativos. Brasília-DF: MEC, 2017.	Especificamente a lei 13.415/2017 não trata de forma explícita da formação continuada dos professores, mas ela coloca desafios que exigem capacitação constante desses profissionais. Os docentes precisarão se adaptar às novas exigências curriculares, à ampliação da carga horária e às demandas de um ensino cada vez mais voltado para o desenvolvimento integral do estudante, o que só será possível com programas de formação que acompanhem essas transformações e proporcionem aos professores as ferramentas necessárias para atuar de maneira efetiva no novo cenário educacional. A introdução dos itinerários formativos, o aumento da carga horária, flexibilização curricular no novo ensino médio depende diretamente do preparo adequado e contínuo desses profissionais. É preciso que os docentes estejam prontos para lidar com as novas realidades da educação, que incluem um ensino mais dinâmico e integrado às demandas sociais e	A Lei 13.415/2017 aborda de forma indireta o tema da formação continuada de professores.	A Lei nº 13.415/2017 trata de uma reforma significativa no ensino médio brasileiro, no entanto, ao analisar estritamente o texto da lei, é possível perceber que o documento não aborda de maneira específica ou detalhada as condições físicas, materiais e humanas necessárias para a formação continuada dos professores. Essas condições até podem estar descritas em outras alterações dessa Lei.
--	---	---	---

	profissionais. Fica claro que, para que o novo ensino médio se concretize de maneira eficaz, a formação dos professores deve ser contínua, abrangendo tanto o domínio dos conteúdos tradicionais quanto a capacidade de trabalhar com os novos itinerários formativos e de gerenciar o aprendizado dos alunos em um contexto educacional mais flexível e personalizado.		
Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais: Estabelece as normas gerais para o funcionamento das ETECs, incluindo aspectos administrativos, pedagógicos e disciplinares.	O Artigo 102 diz que são direitos dos membros do corpo docente participar de cursos de capacitação e atualização profissional na área de sua atuação. Isso mostra que a formação continuada de professores para atuar no novo ensino médio ou em qualquer outra modalidade de curso nas unidades das ETECs é tratada como uma prioridade para garantir a implementação eficaz das mudanças curriculares e pedagógicas necessárias.	O Regimento Comum das ETECs descreve em seu Artigo 33 que a Coordenação Pedagógica tem como responsabilidade promover a formação continuada dos docentes. Este artigo delineia que o coordenador deve implementar, coordenar e avaliar atividades pedagógicas que envolvam a atualização e o aperfeiçoamento contínuo dos professores, assegurando que eles estejam preparados para atender às demandas educacionais e às novas exigências do ensino médio e da educação profissional.	No Regimento Comum das ETECs as orientações sobre as condições físicas, materiais e humanas para a formação continuada dos professores são abordadas de forma indireta. Como por exemplo no Artigo 20 diz que o Diretor de Unidade da ETEC, sem prejuízo de outras constantes em documento próprio do CEETEPS e da legislação, terá as seguintes atribuições: IV - gerenciar os recursos físicos, materiais, humanos e financeiros para atender às necessidades da escola a curto, médio e longo prazos.
Deliberação CEETEPS nº 23, de 17 de setembro de 2015. A Deliberação CEETEPS nº 23, de 17 de setembro de	Na Deliberação CEETEPS nº 23, de 17 de setembro de 2015, por tratar de atribuições de aulas, não há	Na Deliberação CEETEPS nº 23, de 17 de setembro de 2015, não há menção explícita sobre orientações	Na Deliberação CEETEPS nº 23, de 17 de setembro de 2015, não cita sobre as condições físicas,

2015 estabelece as normas para a atribuição de aulas nas Escolas Técnicas Estaduais (ETECs) do Centro Paula Souza. Ela detalha os procedimentos para a fixação da carga horária dos docentes, que deve seguir os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e interesse público.	menção explícita sobre as relações da formação continuada de professores para atuar no novo ensino médio.	para o processo de formação continuada de professores, no entanto, na Portaria CETEC 1.263 de 26/07/2017 que regulamenta os procedimentos de pontuação, classificação e atribuição de aulas, conforme fixado na Deliberação em questão, diz que os professores que realizarem cursos de aperfeiçoamento, treinamentos e cursos de atualização, na área de formação do docente ou na área de educação serão acrescidos de pontos para que sejam beneficiados no momento da atribuição de aulas de acordo com sua pontuação.	materiais e humanas para a formação continuada dos professores
Plano Plurianual de Gestão (PPG): Tem como objetivo orientar o desenvolvimento pedagógico e administrativo da escola, definindo o caminho a ser percorrido e os objetivos a serem alcançados. O PPG visa organizar e direcionar o funcionamento da escola para alcançar a educação desejada, considerando o contexto em que está inserida.	No Plano Plurianual de Gestão (PPG) da ETEC alvo da pesquisa, a formação continuada dos professores para atuar no Novo Ensino Médio é abordada principalmente por meio da ênfase na capacitação semestral. O plano destaca a necessidade de proporcionar aos docentes recursos pedagógicos e metodológicos atualizados para atender às demandas dessa nova estrutura de ensino. O plano propõe a realização de capacitações semestrais com o objetivo de atualizar as práticas educativas dos professores. Essas	O PPG da ETEC alvo da pesquisa apresenta diversas orientações relacionadas ao processo de formação continuada de professores. A principal estratégia mencionada para esse processo é a capacitação periódica, oferecida regularmente aos docentes da instituição. Os temas abordados nessas capacitações incluem metodologias ativas de ensino e atualizações específicas para diferentes áreas de conhecimento. Todas as capacitações são organizadas e acompanhadas pela	O Plano Plurianual da ETEC alvo da pesquisa aborda às condições físicas, materiais e humanas da unidade de forma geral, menciona por diversas vezes as capacitações dos docentes (formação continuada), no entanto, não descreve especificamente as condições físicas, materiais e humanas para a formação continuada dos professores.

	formações visam oferecer metodologias e recursos pedagógicos diferenciados para auxiliar os docentes a lidar com as novas exigências do Novo Ensino Médio, incluindo o uso de metodologias ativas de aprendizagem. Há uma preocupação em introduzir e consolidar metodologias que tornem as aulas mais dinâmicas e participativas, promovendo maior engajamento dos alunos. A formação continuada dos professores busca, assim, proporcionar as ferramentas necessárias para incorporar essas metodologias no cotidiano escolar. Essas ações fazem parte de uma estratégia mais ampla de melhorar o desempenho escolar e garantir que os professores estejam preparados para as mudanças trazidas pelo Novo Ensino Médio.	Coordenação Pedagógica, e os professores participantes recebem certificações ao concluir os cursos. Além disso, o PPG destaca a necessidade de intervenções nas práticas pedagógicas, propondo capacitações semestrais para os professores. O objetivo dessas capacitações é oferecer novas metodologias e recursos pedagógicos que possam ajudar a melhorar as práticas de ensino, especialmente nas áreas que apresentam lacunas de aprendizagem. O plano estabelece a meta de atualizar continuamente as práticas educativas para que o corpo docente esteja preparado para lidar com os desafios pedagógicos da escola e do Novo Ensino Médio.	
Projeto Político Pedagógico (PPP): É um documento, inserido no PPG, essencial que guia o trabalho pedagógico das ETEC's, nele estão definidos os objetivos, metas e ações baseadas em planejamento estratégico e participativo. Define também as diretrizes pedagógicas específicas das ETECs, incluindo metodologias de ensino, avaliação, e organização curricular,	O Projeto Político Pedagógico (PPP) da ETEC Alvo da pesquisa não trata explicitamente da formação de professores para atuar no novo ensino médio, no entanto destaca no item ACOMPANHAMENTO E GERENCIAMENTO DOS PROJETOS - Formação do Corpo Docente que periodicamente são	No Projeto Político Pedagógico (PPP) da ETEC Alvo da pesquisa, a formação continuada dos professores é abordada como uma estratégia fundamental para manter a qualidade do ensino. O documento menciona que periodicamente são oferecidas capacitações e oficinas aos professores com foco em	O documento não menciona explicitamente sobre condições físicas, materiais e humanas para a formação continuada dos professores, apenas menciona que periodicamente são ofertadas aos docentes capacitações e oficinas, com o objetivo de atender à formação continuada. Esses

alinhada às diretrizes do Centro Paula Souza.	oferecidas aos professores, capacitações e oficinas com o objetivo de atender a formação continuada dos docentes. Os temas ofertados contemplam aprendizados didáticos, como metodologias ativas, ou capacitações específicas de acordo com as diferentes áreas. Todas as capacitações são acompanhadas pela Coordenação Pedagógica e os professores participantes recebem uma certificação.	metodologias ativas e em áreas específicas.	treinamentos incluem tanto metodologias didáticas, como metodologias ativas, quanto capacitações específicas para diferentes áreas de ensino. Todas as capacitações são acompanhadas pela Coordenação Pedagógica, e os professores participantes recebem uma certificação ao final.
Site: https://portaldoparticipante.cps.sp.gov.br	Cursos de formação continuada realizados no Portal do Participante do CPS por professores da ETEC alvo da pesquisa na área dos componentes dos “Projetos de Aprofundamento” relacionados ao novo ensino médio, no período: 2019 a 2023 2019 – Curso: 1º Encontro do Ensino Médio por Práticas Inovadoras Carga horária: 06 horas / Modalidade: Presencial / Certificados emitidos: 04 2020 - O Ensino de Idiomas (ING/ESP) sob o olhar da Nova BNCC Carga horária: 40 horas / Modalidade: A distância / Certificados emitidos: 01 2021 - Função quadrática e BNCC: criando conteúdos e atividades práticas Carga horária: 40 horas / Modalidade: A distância / Certificados emitidos: 01 2022 – 4 Cursos realizados; Total de certificados emitidos: 05; Total de professores certificados: 05 1.Componente Estudos Avançados (Itinerário Formativo): Abordagem Didática Carga horária: 60 horas / Modalidade: A distância / Certificados emitidos: 01 2. Práticas de Empreendedorismo para os Itinerários Formativos no Ensino Carga horária: 30 horas / Modalidade: A distância / Certificados emitidos: 01 3. A Educação Física nos Itinerários Formativos do EM. Carga horária: 40 horas / Modalidade: A distância / Certificados emitidos: 01		

	4. BNCC e a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas Carga horária: 30 horas / Modalidade: A distância / Certificados emitidos: 02 2023 - 3 cursos realizados; Total de certificados emitidos: 03; Total de professores certificados: 02 (um professor participou de 2 cursos) 1.LIC (Laboratório de Investigação Científica na Prática - Novo Ensino Médio) Carga horária: 40 horas / Modalidade: A distância / Certificados emitidos: 01 2.Trabalhando as habilidades do Ensino Médio por Itinerário Formativo Carga horária: 40 horas / Modalidade: A distância / Certificados emitidos: 01 3.Práticas de Empreendedorismo para os Itinerários Formativos - Turma 2 Carga horária: 30 horas / Modalidade: A distância / Certificados emitidos: 01
--	--

Fonte: Quadro organizado pelo autor da pesquisa, com base na leitura dos documentos.

A **Tabela 1**, a seguir, sintetiza algumas informações relativas aos cursos de formação continuada oferecidos aos professores da ETEC alvo da pesquisa, na área dos componentes dos “Projetos de Aprofundamento”, relacionados ao novo ensino médio, no período: 2019 a 2023.

Tabela 1: Cursos de formação continuada realizados no Portal do Participante do CPS por professores da ETEC alvo da pesquisa na área dos componentes dos “Projetos de Aprofundamento” relacionados ao novo ensino médio.

Ano que o curso de formação continuada foi ofertado	Total de curso(s) ofertado(s) nesse ano	Total de certificado(s) emitido(s) a professor(es) da ETEC alvo da pesquisa	Total de professor(es) certificado(s) da ETEC alvo da pesquisa
2019	01	04	04
2020	01	01	01
2021	01	01	01
2022	04	05	05
2023	03	03	02 (um professor participou de dois cursos)
Totais	10	14	13

Fonte: Sistema Integrado para Planejamento e Execução de Projetos – SIPEP
Cetec – Célula de Apoio Administrativo

O exame dos dados do **Quadro 3** e **Tabela 1** permite pôr em destaque alguns aspectos relativos à formação continuada dos professores:

a) Nos documentos das associações educativas:

- ✓ Importância da qualificação e regulamentação da profissão docente.
- ✓ Crítica à contratação de pessoas sem formação docente adequada para ministrar disciplinas, especialmente nos itinerários de qualificação profissional

b) Nos documentos oficiais:

- ✓ Investir na formação continuada dos professores, oferecendo programas de capacitação e atualização
- ✓ Criar e disponibilizar materiais de orientação para os professores
- ✓ Manter processos de formação permanentes, contínuos e voltados para as novas demandas educacionais
- ✓ Formação continuada de professores baseada em três dimensões: conhecimento, prática e engajamento, de acordo com a BNCC

- ✓ Valorização dos profissionais da educação, por meio de estatutos, planos de carreira, aperfeiçoamento profissional continuado, e licenciamento periódico remunerado para esse fim
- ✓ Garantir que os professores sejam alinhados com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tanto em termos de conteúdo quanto de metodologia, desenvolvendo competências pedagógicas integradas aos novos currículos e objetivos educacionais
- ✓ Garantir que as escolas e os centros de formação tenham instalações adequadas para a realização de cursos de formação continuada, incluindo recursos didáticos e novas tecnologias.

c) Nos documentos da ETEC e do Centro Paula Souza:

- ✓ São direitos dos membros do corpo docente participar de cursos de capacitação e atualização profissional na área de sua atuação
- ✓ A Coordenação Pedagógica tem como responsabilidade promover a formação continuada dos docentes
- ✓ Ênfase na capacitação semestral com o objetivo de atualizar as práticas educativas dos professores, oferecendo metodologias e recursos pedagógicos diferenciados para auxiliar os docentes a lidar com as novas exigências do Novo Ensino Médio e introduzindo e consolidando metodologias que tornem as aulas mais dinâmicas e participativas
- ✓ Formação continuada dos professores é abordada como uma estratégia fundamental para manter a qualidade do ensino
- ✓ Na ETEC pesquisada, no período de 2019 a 2023 foram oferecidos 10 cursos e 13 professores foram certificados.

Nos **documentos das associações educativas** sobressaem as discussões sobre qualificação da profissão docente e o despreparo pedagógico dos professores responsáveis pelas disciplinas dos itinerários de qualificação profissional.

A esse respeito os **documentos oficiais** investem no discurso sobre a importância da formação continuada dos professores, com a oferta de “programas de capacitação e atualização”, seguindo normas alinhadas à BNCC (conteúdos, metodologia, competências).

Os **documentos oficiais** analisados mencionam ainda a valorização dos profissionais da educação, por meio de “estatutos, planos de carreira, aperfeiçoamento profissional continuado, e licenciamento periódico remunerado para esse fim”.

Nessa direção, os **documentos da ETEC e do Centro Paula Souza** consideram os cursos de capacitação e atualização profissional na área de sua atuação, como direito dos membros do corpo docente e como responsabilidade da Coordenação Pedagógica promover essa formação continuada aos docentes, atualizando práticas e recursos em direção às novas exigências do Ensino Médio.

No entanto, na ETEC pesquisada, embora os documentos afirmem a formação continuada dos professores como “estratégia fundamental para manter a qualidade do ensino”, no período de 5 anos (de 2019 a 2023) foram oferecidos 10 cursos, mas somente 13 professores foram certificados.

O que se percebe aqui é que o perfil desenhado nos documentos sobre as funções do ensino médio – formação geral dos alunos e preparação para o mercado de trabalho – gera demandas específicas para a prática pedagógica dos professores e para as propostas de formação continuada a eles destinadas, em especial para aqueles que vão trabalhar diretamente com os Projetos de Aprofundamento e/ou Itinerários Formativos previstos no currículo.

Além disso, embora os documentos revelem a presença de algumas ações de formação continuada realizadas na ETEC pesquisada, elas não se mostram suficientes para atender a tais demandas ou, ainda, para mobilizar um número expressivo de professores.

Os dados do **Quadro 4**, apresentado a seguir, ao trazerem uma visão geral das orientações para o trabalho a ser realizado com os alunos no ensino médio, revelam as demandas de formação atuais dos alunos e o que isso sugere em relação às necessidades de formação continuada para os professores.

Quadro 4: O que propõem os documentos para o trabalho com os alunos

Documento	Orientações para o trabalho com os alunos
ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - ANFOPE et all. O Desmonte da Escola Pública e os Efeitos da Reforma do Ensino Médio: exclusão, precarização, privatização, desresponsabilização do Estado. mar. 2018. Disponível em: https://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2018/11/Manifesto_entidades-Ensino-Medio-20mar%C3%A7o2018.pdf	A reforma do ensino médio inclui no seu contexto conteúdos voltados para o trabalho na intenção de antecipar o atendimento de demandas do mercado.
ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - ANFOPE et all. DOCUMENTO: Carta Aberta pela Revogação da Reforma do Ensino Médio (LEI 13.415/2017). Formação em Movimento – Revista da ANFOPE. Rio de Janeiro-RJ: ANFOPE/UFRRJ, v.4, i.1, n.8, p. 675-680, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufrj.br/index.php/formov/article/view/471/479	O documento menciona o Projeto de Lei 6.494/2019 que tramita na Câmara dos Deputados e visa alterar a LDB, propondo o aproveitamento “das horas de trabalho em aprendizagem para efeitos de integralização da carga horária do Ensino Médio até o limite de 200 horas por ano”. Com isso há a intensão de antecipar o atendimento de demandas do mercado.
BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília-DF: Conselho Nacional de Educação, Define as competências e habilidades essenciais que devem ser desenvolvidas ao longo da educação básica, incluindo o Ensino Médio. A BNCC estabelece as	A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) traz orientações para o trabalho com os jovens que visam garantir o direito de todos os estudantes a um conjunto de conhecimentos e habilidades comuns. Algumas das principais ideias e orientações da BNCC para o trabalho com os jovens são: - Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais - Desenvolver o pensamento científico, crítico e criativo - Promover a autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação

diretrizes para a formação geral básica e os itinerários formativos.	Incentivar a tomada de decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários Apropriar-se de conhecimentos e experiências que permitam entender as relações do mundo do trabalho Fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao projeto de vida A BNCC também destaca o desenvolvimento de competências gerais, como: Comunicação Cultura digital Trabalho e projeto de vida Argumentação Autoconhecimento e autocuidado Empatia e cooperação A BNCC enfatiza a importância do projeto de vida dos jovens, orientando as escolas a ajudar os alunos a refletirem sobre seus interesses, metas pessoais e objetivos profissionais. O trabalho com os jovens deve: Estimular a reflexão sobre suas aspirações e a construção de um planejamento de futuro; Promover o protagonismo dos estudantes, incentivando-os a tomar decisões conscientes sobre a sua formação e carreira; Preparar os alunos para identificar suas aptidões e interesses, ajudando-os a escolher programas formativos que estejam alinhados com seus projetos de vida. A ideia é que a escola ofereça suporte para que os jovens possam visualizar o futuro e fazer escolhas informadas que estejam de acordo com seus objetivos pessoais e profissionais.
BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, incluindo as regras gerais para o Ensino Médio. Brasília-DF: MEC, 1996.	A LDB 9.394/1996 apresenta uma série de orientações específicas para o trabalho com os jovens, buscando oferecer uma formação que vai além dos conteúdos formais da educação. Ao focar no desenvolvimento integral, na preparação para o mundo do trabalho e na inclusão daqueles que não concluíram os estudos na idade correta, a LDB reforça o compromisso de promover uma educação que respeite as necessidades e potencialidades dos jovens brasileiros. Assim, a lei aponta para uma educação que não só prepara o jovem para os desafios da vida profissional, mas também para o exercício pleno da cidadania, em uma sociedade cada vez mais complexa e exigente. Um dos principais pontos de atuação com jovens na LDB está relacionado ao ensino médio. O ensino médio tem como objetivo a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, além de buscar o desenvolvimento integral dos jovens. A lei destaca que essa fase da educação

	deve preparar os estudantes para o exercício da cidadania e para a vida profissional, assegurando uma formação que estimule a autonomia intelectual e o pensamento crítico. A LDB também reforça a importância de uma formação que não seja voltada apenas ao conhecimento acadêmico, mas que leve em conta o desenvolvimento das diferentes dimensões do ser humano – incluindo o intelecto, o corpo, as emoções e as relações sociais A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é outra modalidade voltada diretamente aos jovens, especialmente aqueles que não tiveram a oportunidade de concluir a educação básica na idade regular. A LDB orienta que os sistemas de ensino ofereçam gratuitamente essa modalidade, garantindo que esses jovens tenham a oportunidade de retomar seus estudos. A lei também reconhece que os jovens e adultos atendidos pela EJA possuem realidades distintas daqueles que frequentam o ensino regular. Por isso, ela recomenda que os métodos e conteúdos sejam adequados às condições de vida desses estudantes, respeitando seu tempo e suas necessidades específicas. A educação profissional também é uma área central na LDB quando se trata de jovens. A lei incentiva que essa formação possa ocorrer de forma articulada com o ensino médio, permitindo que os jovens possam se qualificar tecnicamente ao mesmo tempo que concluem a educação básica.
BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Lei Parecer CNE/CP nº 15/2017: Aprova a BNCC para o Ensino Médio e orienta a implementação das mudanças curriculares propostas. Brasília-DF: MEC, 2017.	O documento propõe um ensino voltado para o desenvolvimento integral de jovens, englobando aspectos cognitivos, emocionais e éticos. O objetivo é promover uma formação que prepare os estudantes para o exercício pleno da cidadania, o mercado de trabalho e a vida em sociedade. O trabalho com os jovens deve incentivá-los para que sejam protagonistas, estimulando-os a tomar decisões conscientes e a serem agentes ativos em suas próprias trajetórias de aprendizagem. Os professores são orientados a adotar metodologias e estratégias didático-pedagógicas diversificadas que valorizem a participação ativa dos alunos, inserindo-os em realidades culturais, sociais e econômicas no meio em que vivem, respeitando às diversidades regionais e a promoção de uma educação inclusiva, adaptada às especificidades locais. É importante ajudar os jovens a construir e perseguir seus projetos de vida, oferecendo orientação e suporte no desenvolvimento de competências tais como pensamento crítico, resolução de problemas, colaboração, comunicação e ética que os preparam para enfrentar os desafios da vida adulta e do mercado de trabalho.
BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Lei nº 13.415/2017: Altera a LDB e institui a reforma do Ensino Médio, introduzindo a flexibilização	A Lei nº 13.415/2017 apresenta uma visão renovada para o ensino médio brasileiro, focada em promover uma educação mais flexível e adequada às necessidades e interesses dos jovens. Seu principal objetivo é tornar o ensino médio mais atrativo e conectado com a realidade dos estudantes, oferecendo um

curricular, a ampliação da carga horária, e os itinerários formativos. Brasília-DF: MEC, 2017.	percurso educacional que se adapte às suas escolhas e ao contexto em que vivem. Para isso, a lei traz algumas ideias centrais e orientações sobre como deve ser o trabalho com os jovens nessa nova fase de sua formação. Com um currículo flexível a lei permite aos estudantes escolherem itinerários formativos de acordo com suas preferências e projetos de vida. Essa estrutura foi pensada para que o ensino médio se torne mais personalizado, oferecendo aos jovens a possibilidade de trilhar um caminho educacional que faça sentido para eles. Esse modelo busca colocar o estudante no centro do processo de ensino-aprendizagem, promovendo maior engajamento e sentido em sua jornada educacional. O trabalho com os jovens, de acordo com a reforma, deve envolver também o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como a autonomia, a responsabilidade, a cidadania, a capacidade de trabalhar em grupo e o pensamento crítico. A reforma reconhece a importância de oferecer aos estudantes a oportunidade de se qualificarem para o mercado de trabalho já durante o ensino médio. Com a inclusão dos itinerários formativos voltados para a formação técnica, a lei possibilita que os jovens tenham acesso a uma educação que os prepare para o exercício de uma profissão, ao mesmo tempo em que continuam desenvolvendo suas competências acadêmicas.
Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais: Estabelece as normas gerais para o funcionamento das ETECs, incluindo aspectos administrativos, pedagógicos e disciplinares.	A principal ideia contida no documento para o trabalho com os jovens é promover uma educação que prepare-os para os desafios do futuro, tanto no âmbito pessoal quanto no profissional, considerando suas potencialidades e necessidades individuais. O regimento estabelece que as unidades das ETECs têm como finalidade capacitar o educando para o exercício da cidadania e fornecer-lhe os meios para sua inserção no mundo do trabalho e continuidade nos estudos. Os jovens devem ir além do conteúdo técnico ou acadêmico, devem desenvolver suas aptidões para a vida produtiva e social. O documento valoriza a gestão democrática, onde o diálogo e a participação são essenciais. Os jovens são incentivados a participar ativamente da vida escolar, envolvendo-se em órgãos colegiados como o Conselho de Escola, Grêmios Estudantil e Associação de Pais e Mestres. O regimento também integra a preparação para o mercado de trabalho com o desenvolvimento acadêmico e social dos jovens. Além de oferecer uma sólida formação técnica, as ETECs procuram estimular habilidades que são valorizadas em ambientes profissionais, como a responsabilidade, a ética e a capacidade de trabalhar em equipe.

Deliberação CEETEPS nº 23, de 17 de setembro de 2015. A Deliberação CEETEPS nº 23, de 17 de setembro de 2015 estabelece as normas para a atribuição de aulas nas Escolas Técnicas Estaduais (ETECs) do Centro Paula Souza. Ela detalha os procedimentos para a fixação da carga horária dos docentes, que deve seguir os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e interesse público.	Na Deliberação CEETEPS nº 23, de 17 de setembro de 2015, não cita orientações para o trabalho com os jovens.
Plano Plurianual de Gestão (PPG): Tem como objetivo orientar o desenvolvimento pedagógico e administrativo da escola, definindo o caminho a ser percorrido e os objetivos a serem alcançados. O PPG visa organizar e direcionar o funcionamento da escola para alcançar a educação desejada, considerando o contexto em que está inserida.	O Plano Plurianual de Gestão (PPG) da ETEC alvo da pesquisa traz orientações para o trabalho com os jovens como por exemplo melhorar o sucesso escolar e promover ações de acompanhamento dos alunos, com foco em resolver dificuldades de aprendizagem. O documento menciona a importância de estratégias que melhorem o índice de permanência e sucesso dos alunos. O plano menciona o foco em ajudar os alunos a desenvolverem tanto competências cognitivas quanto socioemocionais, o que é essencial para melhorar o desempenho acadêmico e o engajamento nos cursos oferecidos.
Projeto Político Pedagógico (PPP): É um documento, inserido no PPG, essencial que guia o trabalho pedagógico das ETEC's, nele estão definidos os objetivos, metas e ações baseadas em planejamento estratégico e participativo. Define também as diretrizes pedagógicas específicas das ETECs, incluindo metodologias de ensino, avaliação, e organização curricular, alinhada às diretrizes do Centro Paula Souza.	O Projeto Político Pedagógico (PPP) da ETEC Alvo da pesquisa contém diversas orientações voltadas ao trabalho com os jovens, enfatizando uma formação integral que vai além das competências técnicas, abrangendo também o desenvolvimento de competências socioemocionais e a promoção da cidadania. Para manter o interesse dos jovens e desenvolver suas capacidades de resolução de problemas, a ETEC adota metodologias que estimulam a curiosidade e o desejo pelo aprendizado, utilizando abordagens como a educação baseada em problemas e desafios. O envolvimento dos responsáveis dos jovens no processo de aprendizagem dos jovens é visto como essencial. O documento também menciona atividades práticas como palestras, visitas técnicas, projetos sociais, campeonatos esportivos, e eventos como a "Expotec", que visa integrar os alunos e a comunidade escolar, estimulando a participação ativa dos jovens em diferentes áreas. Essas ações indicam um esforço consciente da escola em adaptar o ensino às necessidades dos jovens, promovendo uma educação que equilibra teoria e prática, com ênfase no desenvolvimento humano e social.

Fonte: Quadro organizado pelo autor da pesquisa, com base na leitura dos documentos.

No **Quadro 4**, os dados apresentados permitem destacar os seguintes aspectos, propostos nos documentos analisados, em relação ao trabalho a ser realizado com os alunos.

Nos documentos das associações educativas:

- ✓ Críticas à intenção de antecipar o atendimento de demandas do mercado.

Nos documentos oficiais:

- ✓ Garantir o direito de todos os estudantes a um conjunto de conhecimentos e habilidades comuns;
- ✓ Ajudar o aluno a apropriar-se de conhecimentos e experiências que permitam entender as relações do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao projeto de vida;
- ✓ Ajudar os alunos a refletirem sobre seus interesses, metas pessoais e objetivos profissionais;
- ✓ Oferecer suporte para que os jovens possam visualizar o futuro e fazer escolhas informadas, que estejam de acordo com seus objetivos pessoais e profissionais;
- ✓ Práticas que desenvolvam as diferentes dimensões do ser humano – o intelecto, o corpo, as emoções e as relações sociais;
- ✓ Ajudar os jovens a construírem e perseguirem seus projetos de vida, escolhendo itinerários formativos de acordo com suas preferências e projetos de vida.

Nos documentos da ETEC e do Centro Paula Souza:

- ✓ Fornecer os meios para inserção do aluno no mundo do trabalho e continuidade nos estudos;
- ✓ Fazer o aluno participar ativamente da vida escolar, envolvendo-se em órgãos colegiados como o Conselho de Escola, Grêmio Estudantil e Associação de Pais e Mestres;
- ✓ Utilizar estratégias que melhorem o índice de permanência e sucesso dos alunos;
- ✓ Usar metodologias que estimulam a curiosidade e o desejo pelo aprendizado, com abordagens como a educação baseada em problemas e desafios;
- ✓ Promover atividades práticas como palestras, visitas técnicas, projetos sociais, campeonatos esportivos, e eventos que visem integrar os alunos e a comunidade escolar.

Nos **documentos das associações educativas** são ressaltadas críticas ao currículo que se propõe antecipar, na formação dos alunos, o atendimento às demandas do mercado de trabalho.

Contrapondo-se a tais críticas, os **documentos oficiais** apostam no discurso que defende essa antecipação, com a justificativa de que, com isso, pretende-se garantir o direito de todos os estudantes a um conjunto de conhecimentos e habilidades / competências comuns, consideradas necessárias no mundo de hoje, em especial no “mundo do trabalho, no exercício da cidadania e no seu projeto de vida”.

Trata-se da ideia de ajudar os alunos a construírem seus projetos de vida, escolhendo itinerários formativos de acordo com eles.

A esse respeito, nos **documentos da ETEC e do Centro Paula Souza** aparecem referências ao envolvimento dos alunos em órgãos colegiados como o Conselho de Escola, Grêmios Estudantis e Associação de Pais e Mestres, bem como a estratégias e metodologias que reforcem a aprendizagem dos alunos e a sua permanência na escola com atividades como “palestras, visitas técnicas, projetos sociais, campeonatos esportivos, e eventos que visem integrar os alunos e a comunidade escolar” – especialmente vinculadas ao trabalho dos professores com “Projetos de Aprofundamento”.

Finalmente, no **Quadro 5**, a seguir, estão reunidas as referências e orientações presentes nos documentos analisados, a respeito do trabalho com os Projetos de Aprofundamento e o que isso acarreta para as ações de preparo e formação continuada dos professores responsáveis por tais Projetos de Aprofundamento / Itinerários Formativos.

Quadro 5: O que propõem os documentos sobre o trabalho com “Projetos de Aprofundamento”

Documento	O trabalho com “Projetos de Aprofundamento”
Site Centro Paula Souza: https://www.cps.sp.gov.br/etecs-apresentam-novidades-para-ensino-medio-integrado-em-2022/	O Centro Paula Souza, por intermédio de sua Unidade do Ensino Médio e Técnico (Cetec), instituiu um departamento cuja missão constitui-se no estudo e na análise de currículos escolares, bem como na sua elaboração e atualização contínuas. Este departamento é denominado Grupo de Formulação e Análises Curriculares (Gfac) e foi criado em 2008. Entretanto, desde 1999, o trabalho de elaboração e de reelaboração curricular é contínuo, sob a face de “Laboratório de Currículo”, junto a especialistas e a instituições, públicas e privadas, priorizando a formação de parcerias. O Gfac define Currículo da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, nos limites de suas atribuições, como “esquema teórico-metodológico que direciona o planejamento, a sistematização e o desenvolvimento de perfis profissionais, atribuições, atividades, competências, habilidades, bases tecnológicas, valores e conhecimentos, organizados em componentes curriculares e por eixo tecnológico/área de conhecimento, a fim de atender a objetivos de Formação Profissional de Nível Médio, de acordo com as funções do mercado de trabalho e dos processos produtivos e gerenciais, bem como as demandas sociopolíticas e culturais, as relações e atores sociais da escola.” Em uma perspectiva de projeto curricular, destinado à implantação nas ETECs dotadas de infraestrutura compatível e de corpo docente habilitado, a partir de estudo de demanda e do Projeto Pedagógico da Unidade, o desenvolvimento curricular dá-se intraunidade de ensino, conforme as especificidades da comunidade escolar. O planejamento é padronizado, o que garante o status e as características de uma rede de ensino. A elaboração, a reformulação e a atualização dos currículos e respectivos Planos de Curso das Habilitações Profissionais Técnicas oferecidas pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza seguem uma metodologia aprimorada constantemente no Gfac. O método envolve equipes de especialistas em procedimentos de pesquisa e sistematização de perfis profissionais alinhados com demandas sociais e com o mundo de trabalho, incluindo procedimentos de seleção e definição de referenciais de atribuições, atividades; competências, habilidades e bases tecnológicas e científicas, articulados em componentes curriculares que configuram uma matriz curricular em um determinado Eixo Tecnológico, contemplando a Formação Geral. O plano de curso destina-se à macrofunção de planejamento curricular, nos termos das Diretrizes Curriculares da Educação Profissional Técnica de Nível Médio; o trabalho do Gfac, além da estruturação de planos de curso e das matrizes curriculares, abrange: pesquisa e sistematização das titulações dos docentes habilitados a ministrar aulas

	em cada componente curricular; pesquisa e padronização da infraestrutura dos ambientes didáticos, incluindo acervo bibliográfico; pesquisa e difusão curricular, na forma de publicações e de cursos de atualização docente. O "Projeto de Aprofundamento" nas matrizes curriculares dos cursos de Ensino Médio oferecidos pelo Centro Paula Souza (CPS) visa fortalecer o aprendizado em áreas específicas, integrando competências gerais e habilidades profissionais. Este projeto está presente nas modalidades M-Tec-PI (integral), M-Tec (regular) e AMS (Articulação da Formação Profissional Média e Superior).
Plano de Curso – Mtec-PI: http://cpscetec.com.br/gfac/	Os componentes curriculares dos Projetos de Aprofundamento nos cursos de ensino médio (Mtec-PI) das ETECs buscam desenvolver competências variadas, que combinam aspectos técnicos, cognitivos e socioemocionais dos alunos. Isso inclui a preparação para o mercado de trabalho e a cidadania, ao mesmo tempo em que atende às necessidades individuais dos estudantes. É promovido um aprendizado interdisciplinar, onde diferentes componentes curriculares se conectam para criar uma abordagem educacional mais ampla. Isso envolve metodologias ativas de ensino, como a aprendizagem baseada em projetos e problemas, visando contextualizar o conhecimento e torná-lo mais aplicável ao cotidiano. Os componentes curriculares dos Projetos de Aprofundamento no plano de curso do MTEC-PI em Administração são: 1. Estudos Avançados em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 2. Estudos Avançados em Matemática e suas Tecnologias 3. Laboratório de Investigação Científica 4. Laboratório de Processos Criativos 5. Práticas de Empreendedorismo 6. Laboratório de Mediação e Intervenção Sociocultural Os componentes curriculares dos Projetos de Aprofundamento nos planos de curso do MTEC-PI Desenvolvimento de Sistemas, MTEC-PI Edificações, MTEC-PI Informática e MTEC-PI Mecatrônica são: 1. Estudos Avançados em Ciências da Natureza e suas Tecnologias 2. Estudos Avançados em Matemática e suas Tecnologias 3. Laboratório de Investigação Científica 4. Práticas de Empreendedorismo 5. Laboratório de Mediação e Intervenção Sociocultural 6. Laboratório de Processos Criativos.

Fonte: Quadro organizado pelo autor da pesquisa, com base na leitura dos documentos.

No **Quadro 5**, a leitura dos dados permite destacar os seguintes aspectos em relação ao que dizem os documentos sobre o trabalho a ser realizado com os componentes curriculares dos “Projetos de Aprofundamento”.

Nos documentos da ETEC e do site do Centro Paula Souza:

- ✓ Planejamento, sistematização e desenvolvimento de perfis profissionais, atribuições, atividades, competências, habilidades, bases tecnológicas, valores e conhecimentos, organizados em componentes curriculares e por eixo tecnológico/área de conhecimento
- ✓ Atender a objetivos de Formação Profissional de Nível Médio, de acordo com as funções do mercado de trabalho e dos processos produtivos e gerenciais, bem como as demandas sociopolíticas e culturais, as relações e atores sociais da escola
- ✓ O desenvolvimento curricular dá-se intraunidade de ensino, conforme as especificidades da comunidade escolar
- ✓ O "Projetos de Aprofundamento" nas matrizes curriculares dos cursos de Ensino Médio oferecidos pelo Centro Paula Souza (CPS) visa fortalecer o aprendizado em áreas específicas, integrando competências gerais e habilidades profissionais
- ✓ Busca desenvolver competências variadas, que combinam aspectos técnicos, cognitivos e socioemocionais dos alunos, inclui a preparação para o mercado de trabalho, a cidadania, e atende às necessidades individuais dos estudantes
- ✓ Em cada curso oferecido na unidade, os componentes curriculares dos Projetos de Aprofundamento incluem:
 1. Estudos Avançados em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
 2. Estudos Avançados em Matemática e suas Tecnologias
 3. Laboratório de Investigação Científica
 4. Laboratório de Processos Criativos
 5. Práticas de Empreendedorismo
 6. Laboratório de Mediação e Intervenção Sociocultural

5.4 Como se articulam nos documentos a visão política sobre o ensino médio e a proposta de formação continuada aos professores

Procura-se, neste momento, analisar como a política educacional relativa ao chamado “novo ensino médio”, expressa nos documentos analisados, orienta e aponta ações de formação continuada a serem oferecidas aos professores para que atendam às demandas de formação dos alunos no novo currículo.

Trata-se de compreender como a visão política sobre o ensino médio e sobre a formação a ser oferecida aos alunos (em especial nos chamados Projetos de Aprofundamento ou Itinerários Formativos presentes no novo currículo) articula-se à concepção de formação continuada proposta aos professores.

Para uma análise mais precisa dessas relações que articulam, de um lado, o que dizem ou preveem os documentos sobre ensino médio e seus objetivos em relação à formação dos alunos e, de outro lado, o que registram os documentos sobre a formação continuada que vem sendo orientada e oferecida aos professores – o **Quadro 6**, apresentado a seguir, sintetiza algumas observações específicas em relação à política revelada nos documentos oficiais e a realidade registrada nos documentos da ETEC e do Centro Paula Souza.

Quadro 6 – O que preveem os documentos e o que ocorre na realidade da ETEC

O que preveem os documentos oficiais: a política para o ensino médio	O que registram os documentos da ETEC e do Centro Paula Souza: a formação oferecida aos professores
A política educacional do Novo Ensino Médio, expressa nos documentos oficiais, apresenta diretrizes que redefinem o currículo e os objetivos da formação dos alunos, alinhando-se a uma proposta de flexibilização e personalização dos itinerários formativos. Essa reformulação curricular tem impacto direto na prática docente, exigindo a implementação de programas de formação continuada para os professores. Os documentos oficiais indicam que a formação continuada deve preparar os docentes para os novos critérios pedagógicos, incluindo metodologias ativas, ensino por competências e a integração de componentes curriculares diversos. Além disso, enfatiza-se a necessidade de capacitação para o uso de novas tecnologias e	Os documentos descrevem que as ETECs poderão oferecer, conforme suas disponibilidades, cursos e programas, presenciais, híbridos e/ou a distância, de capacitação, especialização, aperfeiçoamento, atualização e outros de interesse da comunidade, para docentes, demais servidores das Unidades das ETECs e trabalhadores em geral. A Coordenação Pedagógica deve promover a formação continuada dos docentes, assim em conjunto com os demais coordenadores, atinjam os principais indicadores de desempenho dos cursos para que tenham uma melhoria contínua dos resultados pedagógicos e de formação profissional.

estratégias interdisciplinares, buscando garantir que os professores estejam aptos a conduzir o ensino de forma contextualizada e significativa para os estudantes.	No âmbito estadual, o Centro Paula Souza, mantém Programas de Formação Pedagógica de Docentes, destinado a profissionais que desejam atuar nas disciplinas do currículo da educação profissional de nível médio.
---	--

Fonte: Quadro organizado pelo autor da pesquisa, com base na leitura dos documentos.

O exame dos dados do **Quadro 6** permite observar que vários aspectos se destacam em relação à temática sob análise.

O primeiro deles diz respeito à hipótese norteadora da pesquisa, segundo a qual, a formação continuada de professores para implementação do novo ensino médio tem se configurado como uma formação de professores alinhada com as novas diretrizes curriculares, tendo em vista a lógica empresarial e gerencialista imposta pelos documentos oficiais, à revelia das necessidades formativas e desafios enfrentados pelos professores na sua atuação, diante da contradição entre: formação geral e para a vida dos alunos X formação para as demandas do mercado de trabalho.

Os dados presentes neste **Quadro 6** (e nos **Quadros 1 a 5**) confirmam tal hipótese, especialmente quando se analisam os contrastes entre o que afirmam e criticam os documentos das associações educativas e o discurso presente nos documentos oficiais, ao qual se alinha o discurso dos documentos da ETEC e do Centro Paula Souza.

É o que afirmam, por exemplo, Silvas e Giovedi (2022), que discutem a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e sua relação com os princípios democráticos na educação. Os autores argumentam que a BNCC não cumpre a pretensão de legalidade, na medida em que seu enfoque na "pedagogia das competências" contraria princípios constitucionais, uma vez que a Constituição de 1988 enfatiza a liberdade de ensinar e aprender, o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, bem como a autonomia das escolas na construção de suas propostas pedagógicas.

Da mesma forma, em Carta aberta pela revogação da reforma do ensino médio (LEI 13.415/2017) a ANFOPE analisa a Reforma do Ensino Médio e mostra que, ao invés de integrar, a reforma desintegrou o sistema já constituído, promovendo um modelo fragmentado, no qual, a suposta liberdade de escolha dos estudantes se mostrou ilusória, limitada pelos itinerários formativos impostos pelas escolas.

Além disso, essa Associação Nacional afirma na carta que a reforma comprometeu a qualidade do ensino público, ampliando a adoção do ensino em tempo integral sem garantir investimentos materiais e humanos adequados, sem investir na regulamentação da profissão

docente e aumentando a oferta de Educação a Distância – o que acentuou as desigualdades educacionais e sociais.

Também as diferentes entidades nacionais de educação² denunciam em Manifesto (2018), os efeitos prejudiciais da Reforma do Ensino Médio, promovendo a exclusão, precarização e privatização da educação pública no Brasil. A reforma permite o uso de recursos públicos, incluindo do FUNDEB, para parcerias com o setor privado, inclusive para cursos a distância, intensificando a precariedade da oferta pública.

A lógica empresarial e gerencialista imposta pelos documentos oficiais pode ser observada ainda na concepção de formação continuada de professores para implementação do novo ensino médio, presente nos documentos, pela utilização de termos como *reciclagem*, *treinamento*, *aperfeiçoamento*, *capacitação* e *atualização* com implicações no que tange às decisões e ações na área educacional, conforme análise crítica de tais termos encontrada em Marin (2019), para quem a *reciclagem* constitui termo a ser aplicado a objetos materiais e não à complexidade do conhecimento humano. Da mesma forma, a autora mostra que o termo "*treinamento*" sugere a ideia de repetição de tarefas e movimentos específicos, não compatíveis com a formação de conhecimentos profissionais.

Igualmente inadequados, segundo a autora, são os termos: *aperfeiçoamento* – que sugere busca de perfeição – o que nega a própria essência do processo educativo, bem como *capacitação* – que implica em objetivos fechados, sem possibilidade de autonomia e reflexão crítica pelos “treinados”.

Nesse caso, tais termos, utilizados nos documentos, expressam concepções que podem levar a práticas e ações de formação que ao estarem focadas somente nas novas diretrizes e orientações curriculares, perdem de vista as necessidades formativas e desafios enfrentados pelos professores na sua atuação, especialmente diante da contradição entre: formação geral e humanística dos alunos e a formação para as demandas do mercado de trabalho.

Assim, para Marin (2019), o próprio termo *Formação Continuada* traz, de forma mais precisa, a ideia de educação permanente, necessária ao compromisso de qualquer professor com seu constante desenvolvimento ao longo da vida profissional, valorizando o conhecimento

² Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio (MNDEM) Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências (ABRAPEC) Associação Brasileira de Currículo (ABdC) Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (FINEDUCA) Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES) Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) Fórum Nacional de Diretores de Faculdades, Centros de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras (FORUMDIR) Campanha Nacional pelo Direito à Educação Ação Educativa Rede Escola Pública e Universidade (REPU)

como eixo central – o que é diferente de simples atualizações, mas se refere a processos reflexivos melhoria contínua das práticas educativas.

A esse respeito, também Marcelo (2009a) afirma que desenvolvimento profissional dos professores deve ser pensado como um processo construtivista e contínuo, baseado na reflexão e na prática contextualizada na escola, ou seja, um processo que ocorre tanto individualmente quanto de forma coletiva, dentro do ambiente escolar, por meio de experiências diretamente relacionadas com as práticas diárias dos professores. Portanto, não se trata apenas de ações de formação que apenas orientem os professores a porem em prática as diretrizes da reforma a ser implementada.

Nessa direção, também Franco (2019) enfatiza a necessidade de que ações de formação continuada estabeleçam parcerias com os docentes, promovendo a criação de grupos de investigação da prática pedagógica, ressaltando a importância de uma abordagem participativa e dialógica. Ou seja, para essa autora, a formação continuada não é apenas um complemento à formação inicial, mas sim um processo contínuo, baseado na reflexão crítica e na transformação coletiva das práticas educativas.

Essa concepção de formação tem efeitos sobre a identidade profissional dos professores envolvidos, como mostra o estudo de Marcelo (2009b) – ao reconhecer a centralidade dos professores na promoção da aprendizagem e no desenvolvimento dos alunos. Ou seja, esse estudo aponta para a **importância da autonomia e singularidade dos professores, o enfrentamento dos desafios da prática docente e a promoção de abordagens colaborativas e inovadoras nas ações de formação continuada voltadas para o desenvolvimento profissional docente. E são essas ações que tornam possível avançar em direção a uma educação de qualidade e equitativa.**

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo investigar as políticas e práticas de formação continuada oferecidas aos professores responsáveis pelos "Projetos de Aprofundamento" no Itinerário Formativo do Novo Ensino Médio em uma ETEC do interior do Estado de São Paulo.

O estudo buscou compreender como os documentos oficiais, tanto em âmbito federal quanto institucional (Centro Paula Souza e a ETEC alvo da pesquisa) regulamentam e implementam a capacitação docente necessária para a aplicação desse novo modelo curricular.

A pesquisa revelou que, embora a legislação e os documentos institucionais apontem para a necessidade de formação continuada dos docentes, há lacunas significativas entre a normatização e a prática efetiva nas unidades escolares. Identificou-se que, em muitos casos, os professores que atuam nos Projetos de Aprofundamento não passaram por um processo estruturado de formação específica para esses componentes curriculares, o que impacta diretamente a implementação e a qualidade do ensino oferecido aos alunos.

Os dados analisados indicam que o Centro Paula Souza dispõe de programas de capacitação e formação continuada, como o Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes e o Programa Permanente de Capacitação, os quais têm como propósito atualizar e aprimorar o trabalho docente. No entanto, verificou-se que essas formações, muitas vezes, não contemplam de maneira aprofundada as especificidades do Novo Ensino Médio e dos Itinerários Formativos. O acesso a essas formações também não é uniforme entre os professores, seja por falta de divulgação, seja pela dificuldade dos docentes em conciliar a participação nesses programas com sua carga de trabalho que, muitas vezes, vai além das aulas dentro da ETEC.

Outro aspecto relevante observado foi a influência da lógica empresarial e gerencialista na formulação das diretrizes do Novo Ensino Médio, conforme destacado nos documentos analisados. Essa orientação tem impacto direto na formação continuada dos professores, uma vez que os programas oferecidos enfatizam competências voltadas ao mercado de trabalho, muitas vezes em detrimento de uma formação mais ampla e reflexiva sobre a prática pedagógica e os desafios da educação contemporânea.

Além disso, constatou-se que a formação continuada docente ainda enfrenta desafios estruturais, tais como a ausência de um plano formativo contínuo e específico para os professores que atuam nos Itinerários Formativos, bem como a falta de incentivos institucionais para que os docentes participem ativamente desses processos formativos. Isso reforça a necessidade de que as políticas educacionais não apenas reconheçam a importância da formação

dos professores, mas também implementem mecanismos que garantam sua efetiva participação e atualização.

Os dados aqui apresentados denunciam descompassos entre as propostas da reforma do ensino médio e as condições e desafios no contexto de trabalho dos docentes – um cenário para o qual a formação continuada constitui apoio necessário ao desenvolvimento profissional dos professores e ao seu trabalho na escola. A pouca procura dos professores pelas oportunidades de formação continuada oferecida pela escola não constitui mero descaso, mas está ligada às condições objetivas dos professores para participarem dos cursos oferecidos.

Os Quadros apresentados revelam as críticas de estudiosos e profissionais da área às posições oficiais e dão pistas de como gerir esses desafios nas escolas, diante da lógica empresarial e gerencialista que vem afetando os professores, os alunos, a vida escolar e a própria formação oferecida.

Há que se alertar aqui para o risco de que esse se torne o novo normal nas escolas, sem nenhum questionamento e sem que, o conjunto de proposições contidas nos documentos oficiais (Novo Ensino Médio, Diretrizes, BNCC), se torne pretexto para que as práticas sejam questionadas e não só para que sejam simplesmente “alinhadas” às novas normas oficiais.

É preciso chamar a atenção de gestores e professores para o como conduzir a articulação desejada entre a formação geral e a formação profissional dos alunos, para que se tornem ferramentas para enfrentar o mundo acadêmico, profissional, social e pessoal dos alunos – e alertar para o como isso esbarra nas reformas que não trazem junto as condições objetivas necessárias ao trabalho dos professores nas escolas (ainda que as escolas tentem usar a margem de autonomia que possuem para isso na formação continuada dos professores).

Em face do conjunto de reflexões aqui apresentadas, esta pesquisa reforça a importância de um debate mais aprofundado sobre a formação docente no contexto do Novo Ensino Médio, sobretudo no que se refere aos Projetos de Aprofundamento. A adoção de políticas mais estruturadas, com formações específicas e “obrigatórias” para os docentes envolvidos nos Itinerários Formativos, poderia contribuir para uma melhor adequação entre a proposta curricular e a prática pedagógica.

Por fim, recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem a análise das experiências dos professores nesse contexto, buscando compreender como eles percebem e vivenciam a implementação dos Itinerários Formativos e quais são suas reais necessidades em termos de formação continuada. Apenas por meio de um diálogo efetivo entre gestores, docentes e pesquisadores será possível construir um modelo de formação que esteja, de fato, alinhado às necessidades dos professores e, conseqüentemente, dos alunos.

Como decorrência do estudo realizado e, em função do cargo que o pesquisador exerce em uma das ETECs pertencentes ao Centro Paula Souza, encontra-se em andamento, como aplicação orientada para o campo de atuação profissional específico para o qual se volta esta pesquisa – o trabalho docente no ensino médio – a proposta de organização de reuniões a serem realizadas com professores e profissionais da equipe técnica da ETEC alvo da pesquisa, voltadas especificamente para a discussão dos resultados desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - ANFOPE et all. **O Desmonte da Escola Pública e os Efeitos da Reforma do Ensino Médio: exclusão, precarização, privatização, desresponsabilização do Estado.** mar. 2018. Disponível em: https://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2018/11/Manifesto_entidades-Ensino-Medio-20mar%C3%A7o2018.pdf

ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - ANFOPE et all . DOCUMENTO: Carta Aberta pela Revogação da Reforma do Ensino Médio (LEI 13.415/2017). **Formação em Movimento – Revista da ANFOPE.** Rio de Janeiro-RJ: ANFOPE/UFRRJ, v.4, i.1, n.8, p. 675-680, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrj.br/index.php/formov/article/view/471/479>

CENTA, Fernanda Gall. **Autonomia Docente no Novo Ensino Médio: Possibilidades e Constrangimentos no Contexto do RS.** 2022. 378 p. Tese (Doutorado em Educação, Docência, Saberes e Desenvolvimento Profissional) - Universidade Federal de Santa Maria RS, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12839670

ELZA, Galdino de Oliveira. **Formação Continuada de Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico: investigação do itinerário formativo.** 2019. 155 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior) – Universidade Federal da Paraíba, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8450820

FERNANDES, Manoela Wendler. **Formação Continuada para os Profissionais da Educação: Contribuições para Saberes e Fazeres nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.** 2020. 82 p. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnologia) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9764214

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Formação continuada de/para/com docentes: para quê? para quem? In: IMBERNON , Francisco; NETO, Alexandre Shigunov; FORTUNATO, Ivan; (Orgs.) **Formação permanente de professores: experiências iberoamericanas.** São Paulo (SP): Hipótese, 2019. P. 96-110. Disponível em: <http://nutecca.webnode.com.br>

GIOVANNI, Luciana Maria. **Análise documental nas pesquisas em educação.** (Texto elaborado para fins didáticos). Araraquara-SP: Programa de Pós-graduação em Educação Escolar – FCL/UNESP, 1999 (Divulgação em meio digital).

GIOVANNI, Luciana Maria. Sobre procedimentos para organização e análise de dados. In: MARIN, A. J. *et all. Relatório Parcial de Pesquisa (Fapesp e CNPq): Desenvolvimento profissional docente e transformações na escola*. Araraquara: UNESP-FCLAr, 1998.

KRELLING, Lucelia Izabel Fraga. **Novo Ensino Médio e o Componente Curricular Projeto de Vida: Significações Atribuídas por Jovens em uma Escola de Joinville/SC**. 2022. 149 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação, Currículo, Tecnologias e Práticas Educativas) – Universidade da Região de Joinville SC, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12979581

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagem qualitativa**. São Paulo: EPU, 1986.

MARCELO, Carlos. A identidade docente: constantes e desafios. **Revista Brasileira de Educação Sobre Formação Docente**. Belo Horizonte-MG: v. 01, n. 01, p. 109-131, ago/dez. 2009a. Disponível em: <http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br>

MARCELO, Carlos (2009b). Desenvolvimento Profissional Docente: passado e futuro. **Sísifo. Revista de Ciências da Educação**, 08, p. 7-22 Consultado em [mês, ano] em <http://sisifo.fpce.ul.pt>

MARIN, Alda Junqueira. Educação Continuada: Introdução a uma Análise de Termos e Concepções. In: MARIN, Alda Junqueira. **Textos de Alda Junqueira Marin, Professora**. Araraquara-SP: Junqueira&Marin, 2019, p. 105-115.

MENDES, Daiane Ferreira. **“Projeto de Vida” como Componente Curricular**. 2023. 110 p. Dissertação (Mestrado em Educação, Formação de Professores, Políticas e Práticas Educativas - Itinerários Formativos: inovações curriculares para o Ensino Médio) – Universidade Regional de Blumenau SC. 2023. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13695788

SILVAS, Itamar Mendes da e GIOVEDI, Valter Martins. A regressividade democrática da BNCC. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. Porto Alegre-RS: ANPAE/UFRS, v. 38, n. 01, 2022, p. 1-21. Disponível em: <https://doi.org/10.21573/vol38n12022.114107>

SOARES, Efraim Lopes; CRUZ, Mariana Trindade; OLIVEIRA, Rosimar de Fátima e CABRAL, Eugênia Rosa. A atuação dos grupos de interesse no âmbito do legislativo: a quem interessou a reforma do ensino médio? **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. Porto Alegre-RS: ANPAE/UFRS, v. 38, n. 01, 2022, p. 1-23. Disponível em: <https://doi.org/10.21573/vol38n12022.114107>

APÊNDICE 1 - Roteiro para coleta de dados e análise de documentos (Versão preliminar)

Referência do documento:

1. Identificação do documento:

1.1 Título:

1.2 Data:

1.3 Órgão responsável pela elaboração:

1.4 Quem assina o documento:

1.5 Contexto de origem:

1.6 Destinação:

1.7 Assunto:

2. Estrutura do documento:

(Fazer uma descrição esquemática do documento)

3. Principais ideias e orientações contidas no documento, referentes a:

3.1 Definição de novo ensino médio:

3.2 Relações entre ensino médio e mercado de trabalho:

3.3 Relações entre ensino médio e formação geral de jovens:

3.4 Formação continuada de professores para atuar no novo ensino médio:

3.5 Orientações para o processo de formação continuada de professores:

3.6 Orientações para o trabalho com os jovens:

3.7 Condições físicas, materiais e humanas para a formação continuada dos professores:

3.8 Outros: